

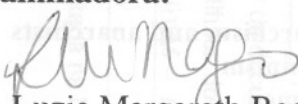
MARIA CLARA PIVATO BIAJOLI

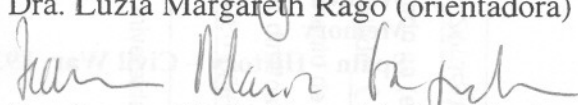
**NARRAR UTOPIAS VIVIDAS -
MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO DE SI NAS MUJERES LIBRES DA
ESPANHA.**

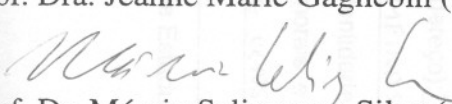
Dissertação de Mestrado apresentada no
programa de pós-graduação em História, do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas -
Universidade Estadual de Campinas, realizada
sob a orientação da Prof.a Dra. Luzia Margareth
Rago.

Este exemplar corresponde à redação
Final da Dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora
em 08/11/2007

Banca examinadora:


Prof. Dra. Luzia Margareth Rago (orientadora)


Prof. Dra. Jeanne Marie Gagnebin (membro)


Prof. Dr. Márcio Seligmann-Silva (membro)

Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto (suplência)

Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari (suplência)

Setembro/2007

UNIDADE BC
Nº CHAMADA: T/UNICAMP B47m
V. _____ EX. _____
TOMBO BCCL 75136
PROC 16.145-07
C _____ D X
PREÇO 11,00
DATA 05/12/07
BIB-ID 418234

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

B47n Biajoli, Maria Clara Pivato
Narrar utopias vividas: memória e construção de si nas
"Mujeres Libres" da Espanha / Maria Clara Pivato Biajoli.
-- Campinas, SP : [s. n.], 2007.

Orientadora: Luzia Margareth Rago.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Anarquismo e anarquistas. 2. Feminismo. 3. Mulheres –
Espanha - História. 4. Memória. 5. Espanha – História – Guerra
Civil, 1936-1939. I. Rago, Luzia Margareth. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

cn/ifch

Título em inglês: Narratives of lived utopias: memory and self-construction in
"Free Women" of Spain

Palavras-chaves em inglês (keywords) : Anarchism and anarchists
Feminism
Women
Memory
Spain – History – Civil War, 1936-1939

Área de Concentração: História Cultural

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora: Luzia Margareth Rago, Jeanne Marie Gagnebin, Márcio
Seligmann-Silva

Data da defesa: 08-11-2007

Programa de Pós-Graduação: História

Resumo

Este trabalho analisa os relatos de memória de algumas mulheres que militaram no movimento anarquista feminino espanhol do grupo *Mujeres Libres*, que esteve ativo durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Focaliza as entrevistas, os livros, e documentários produzidos por elas, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, sobre aqueles acontecimentos na Espanha e suas experiências. Pergunta de que forma se dá essa rememoração, que guarda fortemente as marcas do tempo presente, e ainda de que forma esses acontecimentos e essas memórias contribuíram na construção de suas subjetividades como mulheres anarquistas, após cinquenta anos ou mais da derrota para as forças franquistas em 1939.

Palavras-chave: Anarquismo; Feminismo; “Mujeres Libres”; Guerra Civil Espanhola; Memória

Abstract

This work analyses the narratives of memory of some women who participated at the Spanish anarchist and feminist movement of the group “Mujeres Libres”, which was active during the Spanish Civil War (1936-1939). It focuses on the interviews, books and documentaries that have been produced by these women, especially at the 1980s and 1990s, about those events and their experiences. It asks about how this work of memory happens, which keeps strong marks of the present, and how this memories contribute to the construction of their subjectivities as anarchist women, even fifty years ou more after the defeat to the franquist army in 1939.

Keywords: Anarchism; Feminism; “Free Women”; Spanish Civil War; Memory

Agradecimentos

Poderia dizer que este trabalho nasceu em 2001, com um convite da prof.a Dra. Margareth Rago para participar de uma pesquisa que realizava com o apoio do CNPq intitulada “Experiência e Subjetividade: Mujeres Libres da Espanha”. Daquele começo até esta etapa, o fim do Mestrado, percorri um longo caminho. Tive a sorte de contar com a paciência da família e com a ajuda de muitos e grandes amigos, aos quais dedico essa dissertação, pois sem eles tudo teria sido incrivelmente mais difícil: Ana Cláudia e Carolina, companheiras de longa data, Juliana, sempre rindo comigo, e Diego, para sempre.

Também recebi o apoio de grandes professores, em especial de minha orientadora, dos professores Dr. Pedro Paulo Abreu Funari e Dr. Márcio Seligmann-Silva, a quem agradeço muito pela participação no exame de qualificação, e de todos os professores do IFCH que são responsáveis, direta e indiretamente, pela minha formação intelectual. Agradeço ainda à professora Dra. Jeanne Marie Gagnebin, cujo curso oferecido no IEL no segundo semestre de 2005 abriu o meu pensamento para novos horizontes.

Gostaria de lembrar também dos colegas da Linha de Pesquisa “Gênero, subjetividades e cultura material” na qual esse trabalho foi desenvolvido. Em especial, Priscila, Carô e Luana, porque juntas formamos um grande time.

E devo agradecer, por fim, à FAPESP, cujo importante apoio financeiro possibilitou essa pesquisa.

*Yo no tengo casa. Tengo, sí, un techo amable
para resguardarte de la lluvia y un lecho para
que descanses y me hables de amor. Pero no
tengo Casa. ¡No quiero! No quiero la
insaciable ventosa que ahila el Pensamiento,
absorbe la Voluntad, mata el Ensueño, rompe
la dulce línea de la Paz y el Amor. Yo no tengo
casa. Quiero amar en el anchuroso “más allá”
que no cierra ningún muro ni limita ningún
egoísmo.*

Amparo Poch y Gascón

*Generales
Traidores:
mirad mi casa muerta
mirad España rota;
pero de cada casa muerta sale metal ardiendo
en vez de flores,
pero de cada hueco de España
sale España,
pero de cada niño muerto sale un fusil con ojos,
pero de cada crimen nacen balas
que os hallarán un día el sitio
del corazón*

*Preguntaréis por que su poesía
no nos habla del sueño, de las hojas
de los grandes volcanes de su país natal?*

*venid a ver la sangre por las calles,
venid a ver
la sangre por las calles,
venid a ver la sangre
por las calles!*

Pablo Neruda

Índice

<i>Apresentação</i>	03
<i>Capítulo 1: Memória, gênero e esquecimento</i>	13
<i>Primeira parte: escritas de si</i>	13
<i>Segunda parte: um alerta para a memória</i>	24
<i>Terceira parte: lembranças de mulheres, escrita feminina?</i>	31
<i>Capítulo 2: Seis revoluções</i>	37
<i>Primeira Parte: A Espanha e os anarquistas no começo do séc. XX</i>	41
<i>Antonia Fontanillas</i>	41
<i>Concha Pérez</i>	42
<i>Lola Benavent</i>	44
<i>Pepita Carpeña</i>	45
<i>A formação anarquista: educação e reconstrução de si</i>	52
<i>Revolução e autogestão, debates na História</i>	63
<i>Segunda Parte: As mulheres entram em cena</i>	67
<i>Maruja Lara</i>	67
<i>Sara Berenguer</i>	70
<i>Feminizar o espaço público: o grupo Mujeres Libres</i>	74
<i>A revista “Mujeres Libres” – espaço de debate para as questões feministas</i>	82
<i>Herdeiras de uma luta anterior</i>	93
<i>Capítulo 3: Cruzar a fronteira ou trancar as portas</i>	99

<i>Primeira parte: metade da Espanha em silêncio</i>	99
<i>Maruja Lara</i>	99
<i>Lola Benavent</i>	101
 <i>Segunda Parte: não olhar para trás</i>	112
<i>Sara Berenguer</i>	112
<i>Pepita Carpeña</i>	121
<i>Antonia Fontanillas</i>	127
 <i>Terceira parte: o direito à memória, degelo da História</i>	132
 <i>Para encerrar: Em Dreux, uma vila muito, muito distante ...</i>	139
 <i>Fontes</i>	143
 <i>Bibliografia</i>	145
 <i>Anexo: Caderno de Imagens</i>	155

Apresentação

No início do ano de 1939, o general Francisco Franco, sob uma Espanha destruída e exausta, declarou o fim da guerra civil que durara quase três anos. O conflito, de causas complexas, entrou para a História como uma luta entre dois grupos, os nacionalistas e os republicanos, os primeiros desejosos de tirar do poder o governo de esquerda que havia sido eleito, os últimos tentando sobreviver nele. No entanto, cada lado continha uma variedade de grupos e idéias que ficaram escondidos sob aqueles dois rótulos: dentro do grupo dos nacionalistas, liderado por Franco, além dos grandes chefes militares do exército espanhol, encontravam-se unidos partidos de direita e extrema-direita, inclusive de orientação fascista, como a Falange, católicos conservadores, latifundiários e outros descontentes com o governo da época. Do outro lado, e é este lado que aqui será trabalhado, além dos republicanos, lutavam a “*Esquerra Catalã*”, pela autonomia de sua região, e partidos de esquerda de todo tipo - trotskistas, comunistas, socialistas - e os anarquistas, cuja força vinha do grande engajamento de operários e camponeses à sua central sindical, a CNT (Confederación Nacional del Trabajo, criada em 1910)¹.

A Guerra Civil Espanhola, como ficou oficialmente conhecida, teve seu início no dia 17 de julho de 1936, quando militares alojados no Marrocos desembarcaram na Espanha e tentaram um golpe de Estado. Foram surpreendidos, no entanto, por uma resistência do governo republicano e da população civil, que estava armada e organizada nas ruas para defender as cidades. O golpe fora derrotado - ou adiado – mas muitas áreas da Espanha caíram sob o controle franquista, e o país se viu quase que imediatamente dividido em dois. Nos anos que se seguiram, observamos uma luta muito difícil para os dois lados, de avanços e recuos constantes, porém, ao final, os nacionalistas saíram vitoriosos. E, para os que estavam no lado republicano, violência, prisões, execuções, exílio².

O levante militar de 1936 acabou também por dar o empurrão que faltava para que milhares de trabalhadores se levantassem para fazer uma tão esperada revolução. Durante os três anos de conflito, e em vários pontos da Espanha, mas principalmente na região da

¹ Cf.: BOLLOTEN, Burnett **La Guerra Civil Española – Revolucion y contrarrevolucion** Espanha: Alianza Editorial, 1997; SEMPRÚN-MAURA, Carlos **Revolucion e contrarrevolucion en cataluña (1936-1937)** Barcelona: Tusquets Editor, 1978.

² PEIRATS, José **La CNT en la Revolución Española** (três tomos) Colômbia: Carvajal SA, 1988

Catalunha industrializada, local de grande adesão à CNT, práticas revolucionárias tomaram conta de todas as atividades e setores das pequenas vilas e das grandes cidades: fábricas, terras, transportes públicos, tudo foi coletivizado, passando a ser administrado pelos próprios trabalhadores. O cotidiano das pessoas simplesmente foi mudado da noite para o dia. A força dessas mudanças pode ser sentida, por exemplo, no relato do escritor George Orwell, que chegou a Barcelona em fins de 1936:

Eu chegara à Espanha com certa intenção de escrever artigos para a imprensa, mas ingressara na milícia quase em seguida à minha chegada, porque naquela época, e naquela atmosfera, isso pareceu ser a única coisa que podia fazer. (...) Ao longo da “Ramblas”, a artéria central da cidade onde multidões andavam sem cessar, de um para outro lado, os auto-falantes berravam as canções revolucionárias por todo o dia e adentravam-se pela noite. Mas o aspecto proporcionado pelas multidões constituía o ponto mais estranho de todos. Em sua aparência exterior, tratava-se de cidade na qual haviam praticamente deixado de existir as classes ricas. Com exceção de pequeno número de mulheres e estrangeiros, não havia pessoas ‘bem vestidas’, em absoluto. Virtualmente todos usavam roupas brutas de trabalhadores, ou macacões azuis, ou ainda alguma variação do uniforme miliciano. Tudo isso era estanho e comovedor. Muita coisa eu não compreendia e, de certo modo, não me agradava, mas reconheci imediatamente a situação como um estado de coisas pelo qual valia a pena lutar.”³

Esse ambiente libertário e de esperanças ofereceu também espaço para um outro e diferente grupo fortalecer-se, a *Agrupación Mujeres Libres*. Fundado, também em 1936, por mulheres anarquistas que queriam abrir espaço para a discussão e solução dos problemas femininos, conseguiu reunir mais de 20 mil afiliadas (este é um número mínimo, existem historiadoras falando até em 40 mil) nos seus quase três anos de existência. Seu objetivo principal era libertar as mulheres de sua ignorância e da sua escravidão do lar através de educação, profissionalização e constituição de redes de solidariedade. Desta forma, o ML concentrou suas energias em criar escolas, creches e cursos profissionalizantes, e divulgar sua revista, também chamada “Mujeres Libres”, para alcançar o maior número de mulheres possível.

³ ORWELL, George **Lutando na Espanha & Recordando a Guerra Civil** Rio de Janeiro: Globo, 1987, pp.05-06.

Com seu trabalho, o ML ofereceu uma oportunidade para as mulheres espanholas, especialmente as operárias, modificarem a situação em que viviam, oportunidade que não era muito possível de ser encontrada antes. Junto com a guerra contra os fascistas, o grupo desenvolveu seu objetivo de dar impulso à conquista da liberdade feminina, unindo um olhar político anarquista a outro olhar extremamente crítico das relações de gênero.

No entanto, como já foi dito, o ano de 1939 viu o fim da revolução e da guerra, quando Franco anunciou sua vitória em abril e iniciou sua ditadura, que iria durar até o ano de sua morte, em 1975. Foram quase quarenta anos de grande repressão e restabelecimento das hierarquias, poder e desigualdade, por cujo fim tantos homens e mulheres lutaram. Frente a essa situação, muitos espanhóis viram-se diante de uma difícil decisão em seus futuros: fugir e sobreviver, mas abandonando suas casas, ou ficar e enfrentar o que estava por vir. Muitos nem consideraram a segunda opção. Mais de meio milhão de pessoas foram obrigadas - por suas posições políticas, por solidariedade a amigos e familiares, ou por medo - a marchar para o exílio, através da fronteira com a França, para não sofrerem as consequências da perseguição franquista⁴. Outros fugiram para a Rússia, México, Inglaterra. Nesse meio, estavam também muitas das militantes do *Mujeres Libres* e suas famílias, que só retornariam para a Espanha após a morte do ditador, em 1975, e o difícil processo de redemocratização do país.

Ainda durante o período de exílio, na década de 1960 e começo de 1970, algumas dessas mulheres reuniram-se e tentaram retomar aquele trabalho paralisado anos atrás, publicando inclusive uma nova revista, o “*Portavoz de la Federación de Mujeres Libres de España en el Exilio*”⁵. Quando esta se encerrou, alguns anos depois, aquelas mesmas mulheres iniciaram então um intenso trabalho de pesquisa para recuperar a documentação do grupo e, a partir dela, começaram a participar de congressos e outros eventos, para divulgar a trajetória do *Mujeres Libres*, aproveitando também a abertura da Espanha pós-1975. Durante quase três décadas, essas companheiras trabalharam muito para não deixar que as experiências vividas caíssem no esquecimento, constituindo a memória, organizando arquivos, produzindo livros, escrevendo autobiografias, participando de seminários dentro e

⁴ Cf.: DREYFUS-ARMAND, Geneviève **El exilio de los republicanos españoles en Francia – De la guerra civil a la muerte de Franco** Barcelona: Editorial Crítica, 2000.

fora das universidades, realizando documentários, concedendo entrevistas, assessorando trabalhos acadêmicos, etc.

O estudo das narrativas de memórias de algumas ex-militantes do *Mujeres Libres*, seja através de autobiografias, entrevistas ou outros escritos, tem aqui dois objetivos. O primeiro pode ser colocado como “generificar” a escrita da história espanhola recente, ou seja, pensá-la a partir da categoria de “gênero”, a qual não deseja incluir as mulheres em um discurso histórico pronto, mas sim pretende rever esses discursos, buscando entender as construções sócio-culturais dos espaços e papéis dos homens e das mulheres. Utilizo, aqui, o termo “gênero” referindo-me a uma categoria de análise incorporada pelos estudos feministas, para mostrar as diferenças construídas entre homens e mulheres. Abro um parêntese para explicá-lo melhor⁶.

As pesquisas que trabalham com as relações de gênero têm como objetivo apontar para a construção cultural e social das diferenças sexuais, deslocando o foco do sujeito "mulheres" para pensar as **relações** entre os sexos. Visam desnaturalizar as identidades sexuais supostamente naturais ou biológicas, criadas pelo pensamento do século XIX⁷.

A categoria de gênero permitiu desconstruir também a noção de um sujeito universal, inclusive feminino. A identidade da “Mulher” buscada pelos movimentos feministas da década de 1960 foi problematizada. Abriu-se, assim, um importante espaço para se pensar a diferença, de uma forma relacional, que passou a incluir também não só questões de gênero, mas de classe, etnia e raça.

De acordo com a historiadora Joan Scott, o "*nosso objetivo é descobrir o alcance dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la*."⁸ Incluindo, portanto, o gênero na história, percebe-se que tudo o que já foi produzido precisa ser repensado também a partir dessa categoria, pois também a linguagem utilizada até então era masculina e não neutra como pensávamos: "*Nós aprendemos (...) que*

⁵ Trata-se de um pequeno boletim trilingüe datilografado, editado entre as cidades de Paris e Londres. Contamos com os números 1, 2, 4, 12, 36, 46 e 47, abrangendo os anos de 1964 até 1976.

⁶ Cf.: SCOTT, Joan “História das Mulheres” in **A Escrita da História – Novas Perspectivas** São Paulo: Ed. Unesp, 1992, pp.63-95.

⁷ Cf.: SOIHET, Raquel “História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate” in AGUIAR, Neuma **Gênero e Ciências Humanas** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998, pp.95-114.

⁸ SCOTT, Joan "Gênero: uma categoria útil da análise histórica" in *Educação e Realidade* vol. 15, nº2. Porto Alegre, jul/dez 1990, p.03.

*inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. (...) uma tal metodologia implica não somente numa nova história das mulheres, mas uma nova história."*⁹

A historiadora Mary Nash, pioneira no trabalho com as *Mujeres Libres*, também percebeu a necessidade de realizar mudanças nos trabalhos com a história das mulheres a partir do uso dessa categoria. Na introdução de um importante livro intitulado **Rojas. Las mujeres republicanas en la Guerra Civil**¹⁰, Nash afirma que as pesquisas da década de 1970 sobre esse tema foram realizadas a partir de categorias binárias opostas como público/privado, poder/submissão, confrontação/consentimento, vítima/heroína. A autora inclusive reconhece que suas obras dessa época também estão permeadas por esses tipos de categorias rígidas que apenas polarizavam as experiências estudadas. Neste livro, ela explica que procurou quebrar com essas categorias e chamar a atenção para as ambigüidades e paradoxos das vivências das mulheres, ainda que esta seja uma visão menos heróica. Diz ela: *"diferente de outros textos publicados nos anos 70, este nos permite uma aproximação mais matizada que busca o reconhecimento de sua valentia, coragem e capacidade mas, por outro lado, chama a atenção para suas contradições e para as complexas realidades culturais e sociais que se enfrentavam (...). Seu objetivo é colocar em evidência as ambigüidades inerentes à resistência e à ação coletiva das mulheres e discutir o significado do peso dos fatores da continuidade e das restrições de gênero que continuaram operando apesar das rápidas mudanças que se produziram na sociedade espanhola"*¹¹.

Devemos lembrar que a história das mulheres e das relações de gênero já tem sido feita, de maneira muito rica e criativa, em trabalhos que abrangem, entre outras, as operárias, as mães, as prostitutas, as donas-de-casa, as presas, as militantes socialistas e as

⁹ Scott, Joan *op. cit.*, p. 06.

¹⁰ Cf.: NASH, Mary **Rojas. Las mujeres republicanas en la Guerra Civil** Madrid: Taurus, 1999.

¹¹ NASH, Mary *op. cit.*, p.31.

anarquistas¹². No caso das *Mujeres Libres*, prosseguirei com o trabalho no tema já iniciado por outras feministas, como Mary Nash¹³ e Martha Ackelsberg¹⁴.

O segundo objetivo desse trabalho é abrir espaço para uma nova proposta de interpretação, que parte dos relatos de memória de algumas das ex-militantes do grupo para pensar suas experiências, levando em conta todas as problematizações teóricas que envolvem essa temática. Um objetivo que trabalha, portanto, com a questão dos “usos do passado”¹⁵.

Esta questão deve ser pensada, pelo menos, a partir de dois movimentos. Primeiro, a indagação sobre o modo pelo qual as memórias reconstroem o passado de acordo com as experiências vividas no presente. Ou seja, como o olhar moldado pelas experiências presentes constrói e reconstrói de inúmeras maneiras a lembrança e também o esquecimento do passado. Consideramos, assim, a memória não como um dado objetivo a respeito do passado, mas sim como mais um discurso construído sobre ele, que acompanha as mudanças vividas no presente pelo indivíduo que lembra. Como diz Ecléa Bosi, devemos duvidar da abordagem que acredita em um relato neutro e objetivo do passado, e abraçar o caráter subjetivo da memória:

“(...) lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída por materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam a nossa

¹² No Brasil, temos muitas historiadoras engajadas nessa tarefa, como Raquel Soihet, Maria Odila Leite da Silva Dias, Margareth Rago, Joana Maria Pedro, Mary Del Priore, entre muitas outras. Um exemplo da grande força deste tema é o Seminário Internacional Fazendo Gênero (UFSC), que em sua sétima edição no ano de 2006, congregou cerca de 1,4 mil trabalhos inscritos. Cf. as seguintes obras: PRIORE, Mary Del (org.) **História das Mulheres no Brasil** São Paulo: Contexto, 2004.; SOIHET, Raquel e Matos, Maria Izilda S. de (orgs.) **O corpo feminino em debate** São Paulo: Editora Unesp, 2003.; RAGO, Margareth **Os prazeres da noite – prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991., e DIAS, Maria Odila L. S. **Cotidiano e Poder em São Paulo no século XIX** São Paulo: Brasiliense, 1995 e “Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectivas Históricas e Hermenêutica do Cotidiano” in COSTA, A. de Oliveira e BRUSCHINI, C. (orgs.) **Uma questão de gênero** Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1992.

¹³ NASH, Mary *op. cit.*

¹⁴ ACKELSBERG, Martha A. **Mujeres Libres. El anarquismo y la lucha por la emancipación da las mujeres.** Barcelona, Virus Editorial, 1999.

¹⁵ Cf.: SILVA, Glaydson José da **História Antiga e Usos do Passado** São Paulo: Annablume, 2007.

consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entra as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista”¹⁶.

O segundo movimento, que, na verdade, não pode ser dissociado do primeiro é destacar como o passado, olhado e formado pelo presente, tem efeitos sobre este. Ou seja, como as experiências vividas se fazem importantes na construção das identidades dessas mulheres no tempo de agora, especialmente porque elas se percebem ainda como militantes e lutadoras, mesmo aquelas que não exercem mais as atividades políticas de outrora. Pois elas encaram a lembrança e divulgação desse passado revolucionário também como uma forma de militância, de propaganda política.

Dessa forma, é essencial procurar refletir como essas mulheres se vêem hoje a partir daquelas experiências, qual a importância atribuída por elas ao passado e como este contribuiu para a formação das suas identidades como mulheres e anarquistas. Trata-se, assim, de analisar a maneira pela qual o discurso das libertárias ligadas ao grupo *Mujeres Libres* constrói uma leitura específica do que é ser mulher e militante.

Por fim, ainda dentro desta questão, é importante refletir também sobre qual a importância, para essas mulheres, de contar suas memórias, já que fazem parte de uma sociedade que, segundo o pensador Walter Benjamin, viveu o fim da arte narrativa tradicional no começo do séc. XX¹⁷, e que hoje vem alternando-se entre uma atitude narcisista de intensificação do presente e uma busca pelo passado perdido em uma febre de museus e arquivos.¹⁸

¹⁶ BOSI, Ecléa **Memória e Sociedade - Lembrança de Velhos** São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 05.

¹⁷ cf.: BENJAMIN, Walter “Experiência e Pobreza” e “O Narrador - Observações sobre a obra de Nikolai Leskow” in **Magia e técnica, arte e política - Ensaaios sobre literatura e história da cultura** São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 114-119 e pp.197-221.

¹⁸ Cf.: CARDOSO, Irene **Para uma crítica do presente** São Paulo: Editora 34, 2001e NORA, Pierre “Entre memória e história - A problemática dos lugares” In: **Projeto 10 História - Revista do Programa de Estudos da Pós-Graduação em História e do Departamento de História - PUC/SP**, nº10, dezembro/93.

Está colocado, assim, o desafio que me propus neste trabalho, e agora convido o leitor a unir-se a mim para acompanhar o desenrolar de seus resultados.

Essa dissertação conta com três capítulos, estruturados da seguinte forma:

O primeiro apresenta as questões teóricas envolvidas nessa pesquisa, a partir da análise das autobiografias escritas pelas ex-militantes Sara Berenguer e Pepita Carpeña. Temas como memória e construção de si, memória/esquecimento na modernidade e memória e gênero são abordados.

O segundo capítulo está focado nas apresentações das seis mulheres estudadas – além de Sara e Pepita, Antonia Fontanillas, Concha Pérez, Maruja Lara e Lola Benavent – através de trechos de depoimentos que abrangem desde seu nascimento e infância até as experiências da Revolução Espanhola, mais ou menos entre os anos de 1900 e 1939. Tal estrutura contém dois objetivos: Em primeiro lugar, é uma forma de fazer com que os leitores conheçam as mulheres desse trabalho. Ao invés de eu mesma escrever informações básicas de cada uma, como nome, data/local de nascimento, um pouco da infância, etc., optei por deixar que elas mesmas se apresentassem. Em segundo lugar, esses depoimentos estão alternados com discussões teóricas e/ou da história da Revolução Espanhola e do *Mujeres Libres* conforme esses assuntos são mencionados pelas próprias mulheres. Assim, os depoimentos foram agrupados em duas partes, e em cada uma delas tento explicar as referências que foram feitas. Essa divisão foi feita apenas para organizar a leitura, pois a idéia é que todos os depoimentos conectam-se com todos os textos explicativos.

Os depoimentos foram retirados de entrevistas realizadas pela prof.a Rago, nos anos de 2001 e 2004. A única exceção é Pepita Carpeña, da qual utilizo apenas sua autobiografia. Sara Berenguer é também uma exceção, pois conto tanto com sua entrevista quanto com sua autobiografia, e de Antonia Fontanillas possuo, além da entrevista, muitos textos que ela escreveu sobre a Revolução e o *Mujeres Libres* para congressos.

O terceiro e último capítulo está dividido em três partes. Nas duas primeiras, continuo o mesmo trabalho com os depoimentos daquelas mulheres, separados agora em dois novos grupos: Lola Benavent e Maruja Lara, que ficaram na Espanha durante o franquismo, e Pepita Carpeña, Sara Berenguer e Antonia Fontanillas, que fugiram para a França, ainda que em momentos diferentes. Concha Pérez não aparece nesse capítulo, já que seu depoimento não ultrapassa o ano de 1939. Com o primeiro grupo, abordo questões

relacionadas à vida sob o regime franquista: o restabelecimento das hierarquias e o fim da experiência revolucionária, a repressão e o medo, as mortes, torturas, prisões e desaparecimentos que aparecem em seus testemunhos, e o difícil processo de redemocratização da Espanha a partir de 1975. Já com o segundo grupo, trabalho questões relacionadas à experiência no exílio na França, os campos de refugiados, a nova luta contra o fascismo que essas mulheres enfrentaram por causa da invasão alemã na Segunda Guerra Mundial, a reconstrução de suas vidas particulares e também a reconstrução do movimento anarquista e do grupo *Mujeres Libres*.

A terceira parte desse capítulo está centrada na polêmica presente hoje na Espanha, a respeito das memórias dos acontecimentos da Guerra Civil e da ditadura franquista. Retoma a questão da dificuldade do governo democrático de lidar com as multiplicidades dessas lembranças, e principalmente, como o trabalho das ex-militantes do *Mujeres Libres* de defender suas experiências contra o esquecimento está relacionado com essa polêmica.

Para encerrar esse trabalho, apresento uma pequena conclusão em que peço licença para tomar a palavra em um depoimento sobre como foi a experiência de conhecer Antonia Fontanillas.



Capítulo 1

Algumas considerações sobre

memória, gênero e esquecimento

Primeira Parte: escritas de si

Sara Berenguer e Pepita Carpeña¹⁹ são duas mulheres octogenárias que têm muito em comum: nasceram em Barcelona no ano de 1919, filhas de operários. Ambas tiveram de começar a trabalhar muito cedo para ajudar a família, deixando assim de ir à escola. Também assistiram à explosão da Guerra Civil Espanhola e à construção da Revolução pelos operários e camponeses socialistas, trotskistas e, em especial, os anarquistas. Uniram-se a esse esforço, militaram pela causa, e acabaram fazendo parte da organização *Mujeres Libres*. Ambas também discordavam, no começo, do princípio feminista que fundava o grupo, afinal, para que separar homens e mulheres se lutamos juntos por um ideal comum? Mas ambas também perceberam depois, na prática, o quanto as mulheres eram oprimidas e a necessidade de um grupo como o ML.

Pepita e Sara também fugiram para o exílio na França, após a derrota para Franco, e por lá ficaram, nunca mais voltando a residir na Espanha. Mulheres com trajetórias tão parecidas, que produziram no final da década de 1980 e começo de 1990 autobiografias tão diferentes, como vou apresentar.

Sara Berenguer publicou **Entre el sol y la tormenta: treinta y dos meses de guerra (1936-1939)** em 1988²⁰. Como bem indica o título, ela concentrou seu trabalho nas suas experiências durante a Revolução Espanhola. O livro de mais de trezentas páginas começa com o relato do dia 19 de julho de 1936 e termina com o longo esforço para chegar à fronteira com a França, no final de janeiro de 1939, e fugir para o exílio. É formado por cinco capítulos, os quatro primeiros marcados e nomeados pelos diferentes empregos que teve nas organizações anarquistas; o último trata da capitulação de Barcelona e o exílio. Os

¹⁹ Pepita Carpeña faleceu no dia 5 de junho de 2005 em Marselha, França.

²⁰ BERENGUER, Sara **Entre el Sol y la Tormenta. Treinta y dos meses de guerra (1936-1939)** Barcelona: Seuba Ediciones, 1988.

capítulos são compostos por “mini-narrativas”, em que ela conta um acontecimento ou outro intercalando muitas temporalidades: os anos de 1936 até 1939, os anos do exílio e o momento da escrita, no final dos anos de 1980.

Pepita Carpeña publicou sua autobiografia, **De toda la vida**, pela primeira vez em 1993 e em espanhol, mas existe uma edição em francês, cuja tradução do original ela mesma fez, do ano de 1998, com alguns anexos ao texto de 1993²¹. Trata-se de um pequeno livro, com cerca de setenta páginas, no qual ela narra desde sua infância nos bairros pobres de Barcelona até os dias atuais, quando já é bisavó. Para efeitos de comparação com o livro de Sara, Pepita dedica apenas doze páginas aos acontecimentos que viveu durante a Revolução Espanhola. A estrutura do seu livro é marcada por pequenos capítulos, que se iniciam a cada vez que algum acontecimento importante ocorre, que pode ser desde a mudança de casa até o início da própria revolução. Tudo na mais perfeita ordem cronológica.

No caso de Sara Berenguer, podemos perceber que a realização de sua autobiografia tem vários objetivos que vão aparecendo com o desenrolar da narrativa. Um deles com certeza é a valorização da Revolução Espanhola e das conquistas do anarquismo naquele momento. O próprio recorte temporal do livro já nos mostra isso. Em sua narrativa, podemos encontrar passagens que não nos deixam esquecer de como ela procura criar, o tempo todo, uma imagem positiva do trabalho dos anarquistas. Ela busca quebrar o velho estigma de que anarquismo é “bagunça”, caos e terrorismo.

Outro objetivo de seu livro, não menos importante, é defender a saída das mulheres do lar para o mundo público, como ela mesma fez, para mostrar que *mujer libre* não pode ser mais sinônimo de prostituta, como havia sido por tantas décadas. A passagem do livro na qual ela se revolta contra alguns companheiros que riam de uma palestrante é significativa:

“No local das Juventudes Libertárias haviam organizado uma Agrupação Mujeres Libres que tinha uma secretaria. (...) Em cada um dos lados da entrada do local tinham colocado um mural do ML e um das JL. Quando entrei no recinto, alguns jovens estavam lendo a chamada para a palestra de Conchita Guillén, delegada da Federação Local de Mujeres Libres,

²¹ CARPEÑA, Pepita **De toda la vida**. Paris: Éditions du Monde Libertaire/ Ed. Alternative Libertaire, 1998

que ocorreria naquela manhã. Ao lerem que a oradora era uma mulher, eles riram muito e ridicularizaram o trabalho da mulher – como se não tivéssemos outro dever que limpar o bumbum das crianças e cozinhar. Fiquei indignada.

(...) Um sentimento que estava dormindo dentro de mim despertou. A cólera e a raiva alteraram minha passividade. Aqueles comentários sarcásticos (...) fizeram com que eu me lembrasse de quando, aos 13 anos, comecei a trabalhar como ajudante de açougueiro. Havia um açougueiro que sempre me importunava. Surpreendeu-me várias vezes quando eu saía [do frigorífico] com um cesto de vime em cada braço naquele caminho estreito. Com a brutalidade de uma besta selvagem, vinha para cima de mim e colocava suas mãos nos meus seios. Era difícil lutar contra aquela força bruta carregada com aqueles cestos pesados. (...) Assim, o comportamento daqueles jovens me fez reviver a imagem daquele machismo avassalador e repugnante, ganhando a batalha pela força. (...) Eu, que não estava de acordo com a separação do homem da mulher na luta comum, quando escutei aqueles comentários desagradáveis e despeitados contra o sexo feminino, desencantei-me e defendi de modo apaixonado as mulheres”²².

Essa passagem oferece uma reflexão muito mais elaborada sobre sua entrada no grupo ML. Além da indignação presente no momento em que ouve uma militante sendo alvo de zombarias por outros companheiros, Sara nos oferece um relato de como sentiu, incontrolavelmente, o retorno de uma experiência que havia esquecido há muito tempo, e o sentimento de revolta que estava guardado em algum lugar. Tal movimento de uma memória involuntária remete à experiência vivida pelo narrador de Marcel Proust em **No caminho de Swan**²³, quando, ao provar uma *madeleine* com chá, sentiu imediatamente uma sensação de felicidade que ele reconhecia, e sabia que estava relacionada com seu passado. Poderíamos dizer que, aqui, as *madeleines* foram substituídas pelas palavras

²² BERENGUER, S. *op.cit.*, pp.114-116.

²³ PROUST, Marcel “No caminho de Swan” in **Em busca do Tempo Perdido** (tradução de Fernando Py) Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

agressivas que Sara ouvira, e, ao invés de trazerem um sentimento feliz, essa memória, que na época era humilhante, trouxe agora uma nova força para ela: dessa vez, ela não iria fugir do confronto com aqueles rapazes.

É nesse momento que Sara se filia ao grupo. Pela sua defesa apaixonada do direito daquela companheira de apresentar uma palestra, ela acabou sendo eleita secretária regional do ML e passou a representar o grupo em vários encontros. Se antes, como foi dito, acreditava que uma associação exclusiva de mulheres incentivava a competição ou o isolamento, acabou por perceber, por essa e outras experiências anteriores, que a situação das mulheres era muito complicada e exigia um esforço e trabalho diferenciados. A difícil relação com os homens, mesmo os anarquistas, aparece constantemente em alguns relatos das militantes do *Mujeres Libres*, e era inclusive motivo de forte preocupação do grupo na época²⁴.

Na autobiografia de Sara, podemos ler também que, para ela, a revolução tem um sentido de “despertar”, pois é através dessa experiência que descobre o mundo da revolução e o ideal do anarquismo e torna-se outra pessoa, outra mulher. Essa mudança é percebida pelo imediato rompimento de um noivado com o qual não estava satisfeita, mas que ainda não tinha tido a coragem de encerrar. Talvez este seja um outro motivo pelo qual decidiu centrar sua autobiografia naqueles anos: foram eles que a formaram pelo resto de sua vida.

Nesse aspecto, seu pai, Francisco Berenguer, teve um papel muito importante. Ele está presente durante todo o livro como o guia de Sara para o mundo anarquista, a sua referência, a pessoa que a levou ao sindicato pela primeira vez, que a ensinou a atirar, que lhe deu conselhos sobre o anarquismo. O caráter e as opiniões de seu pai eram tão importantes que Sara afirma que, logo no começo das lutas de 1936, queria fazer alguma coisa pela revolução, porque se seu pai lutava por algo, com certeza era algo justo. E nos narra uma passagem engraçada sobre isso: quando começou a militar, colocaram-na para costurar roupas – lenços, cuecas, camisas – para os milicianos. No entanto, abandonou tudo imediatamente, duas semanas depois, porque soube que seu pai não tinha recebido ainda cuecas para se trocar no *front*. Pensou que não poderia continuar costurando se nem seu pai recebia as roupas. Ela admite que era muito jovem, espontânea e um pouco ingênua. Mas não deixa de mostrar o quanto Francisco Berenguer era importante para ela. Quando ele

²⁴ ACKELSBERG, Martha *op. cit.*, p.150.

morre na frente de batalha, Sara nos conta que sonhou com ele, quase como uma previsão, em circunstâncias muito parecidas em que foi morto. Tudo isso nos mostra como o vínculo que Sara tinha e tem até hoje com seu pai e com a memória dele é muito forte. E mais, nos faz pensar como sua autobiografia também é um diálogo com ele, para fazer jus ao homem revolucionário que ela via e para mostrar a ele, de alguma forma, que ela seguiu todas as suas lições. Um diálogo que não pode ser ao vivo porque a guerra o levou.

De maneira um pouco diferente de Sara, o livro de Pepita Carpeña deixa seu objetivo claro desde a introdução. Logo na primeira página, encontramos uma nota que esclarece que estas memórias foram feitas para seu netos e bisnetos, pois eles sempre perguntam a ela sobre sua história de vida:

“Eu decidi escrever minha história para meus netos. Foram eles que me levaram a fazê-lo. De forma longa ou curta, qualquer um pode contar sua vida. Nada de muito importante [teria] na minha se não tivesse testemunhado alguns momentos históricos que a Espanha sofreu em sua carne.

(...) Meus netos me pediram para me lembrar do mais distante de minha vida, para que eles reencontrassem suas raízes através de mim. Na nossa sociedade atual, falta, frequentemente, a memória oral dos anciãos que nós conhecemos: aquela da minha geração em particular. Pelas minhas memórias, qualquer coisa a eles restará.” (Prefácio - 06 de agosto de 1998)

A importância que a Revolução Espanhola adquire em seu relato nem por isso se torna menor. Pepita também viveu grandes transformações após 1936, apesar de já ser uma operária sindicalizada na época e freqüentar o ambiente anarquista, ao contrário de Sara. Ela se lembra com orgulho e certa saudade daqueles dias, em que as práticas da autogestão mostraram ao mundo novas possibilidades de organização e produção da vida social, aspecto sobre o qual retornarei mais à frente.

*“[depois das lutas de 19 de julho] a CNT e seus militantes imediatamente tomaram em suas mãos a economia do país. Nós vivíamos dias de intensa emoção revolucionária. Nem as horas nem o cansaço nos fazia ceder, nós nos sentíamos vivos”*²⁵.

Devemos observar também que Pepita insiste muito na sua característica de “testemunha” do evento, mostrando que ela viu e viveu tudo o que está narrando, e por isso ninguém poderá contradizê-la. Com certeza, podemos pensar que, além do orgulho por ter sido parte de um grande acontecimento revolucionário, comparado muitas vezes à Comuna de Paris, esse seu discurso constitui uma resposta ao longo silêncio imposto à história da Revolução, e também àqueles que tentam diminuí-la. Mesmo que muitos historiadores afirmem que a Revolução Espanhola não foi tão importante como dizem, que se trata de uma “lenda anarquista”²⁶, não podemos nos desfazer da intensidade com a qual Pepita e muitos outros viveram esses acontecimentos que, para eles, com certeza foi a maior revolução do mundo. É a partir desse sentimento intenso de defesa de seu passado revolucionário, que podemos entender como, para ela, a experiência da revolução marcou sua trajetória e faz-se presente na sua vida sempre, apesar de não ser o recorte de sua autobiografia, ao contrário do que fez Sara.

A percepção do problema das mulheres também aparece com frequência nas narrativas de Pepita: ela comenta incessantemente, enquanto conta algum episódio de sua vida, como era a situação feminina naquela época. O seu olhar, tanto para a sua vida na época, quanto para a nossa sociedade atual é extremamente moldado pelas questões do gênero. Tanto que lamenta também ver, ainda hoje, a permanência de algumas situações opressivas das mulheres de sua época. Por isso, toda vez que o grupo *Mujeres Libres* é mencionado, ela o recobre de elogios.

Dessa forma, quando Pepita lembra as relações que mantinha com seus companheiros, os problemas que enfrentou por ser mulher e mantém até hoje um olhar preocupado com essa questão, afirmo que constrói um relato “generificado”, ou seja, atento

²⁵ CARPEÑA, P. *op. cit.*, p.24.

²⁶ MALEFAKIS, Edward “La revolucion social” in MALEFAKIS, E. (org) **La Guerra de Espana – 1936-1939** Madri: Taurus, 1996.

para as construções culturais dos papéis masculinos e femininos e questionador dessas identidades.

Voltando, agora, à sua autobiografia, encontramos, no epílogo e nos dois anexos escritos um ano e cinco anos depois do original, respectivamente, um balanço de sua vida. Pepita sente-se segura ao afirmar que não lamenta nenhuma das experiências pela quais passou:

*“Eu tenho 79 anos, estou quase no final da minha vida. Ela foi intensa e forte, e apesar de tudo, não me arrependo de nada”*²⁷.

Idéia esta que ela reforça várias vezes durante o fim do livro:

*“Comme dit la chanson, **Je ne regrette rien**”*²⁸.

Acompanhamos de perto suas emoções: os primeiros amores, seu casamento com Pedro que morre na frente de batalha; sua dor de perder o marido e também um irmão; o sofrimento no exílio na França, as humilhações; um segundo casamento que se torna um desastre pelo marido ser alcoólatra; a difícil decisão de pegar suas filhas e abandoná-lo; a alegria do reencontro com antigos companheiros em Marselha; o nascimento de um novo amor e uma nova filha, e as dificuldades de se viver numa relação de união livre, considerada imoral. Essa é a história que vivi, diz Pepita, e apesar de todo o sofrimento, não desejo não tê-la vivido.

Para estas mulheres militantes, a publicação de seus livros e a existência de outros sobre os anarquistas, a Revolução Espanhola e o próprio *Mujeres Libres* deixam-nas mais tranquilas em relação à tarefa de salvar o passado que assumiram. Além disso, todos esses trabalhos são pensados também como uma homenagem àquelas amigas que não sobreviveram para contar suas próprias histórias.

*“Dedicamos este testemunho à memória de todas as nossas companheiras e às mulheres que caíram na contenda, assassinadas pelo franquismo, às encarceradas e a todas aquelas que morreram no tão longo exílio.”*²⁹

²⁷ *idem, ibidem*, p.70.

²⁸ *idem, ibidem*, p.68. “Como diz a canção, *Eu não me arrependo de nada*”.

²⁹ Dedicatória da coletânea **Mujeres Libres – Luchadoras Libertarias** Madri: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 1999, p.6.

Talvez seja pela segurança de encontrar a memória fixada no papel, que essas duas mulheres optaram por escrever suas autobiografias. A fala inicial no texto de Pepita mostra-nos que ela precisa escrever para seus netos, pois acredita que eles necessitam conhecer suas histórias, mas não pode simplesmente contar com a transmissão oral.

Phillipe Artières afirma, por outro lado, que somos levados, diariamente, a arquivar nossas próprias vidas por uma obrigação social³⁰: para existir, é preciso inscrever-se em registros civis, religiosos, na internet, em formulários e outros mil papéis, que vamos acumulando com o tempo e a partir dos quais vamos criando uma identidade. Diz Artières:

*“Mas essa exigência do arquivamento de si não tem somente uma função ocasional. O indivíduo deve manter seus arquivos pessoais para ver sua identidade reconhecida. Devemos controlar as nossas vidas. Nada pode ser deixado ao acaso; devemos manter arquivos para recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro, mas sobretudo para existir no cotidiano.”*³¹

Nós devemos organizar nossos papéis, nossos comprovantes de que existimos, trabalhamos, estudamos, nos casamos, etc., em resposta a um mandamento que Artières define como “Arquivarás a própria vida”, e essa tarefa não deve ser realizada de qualquer maneira: *“manterás cuidadosamente e cotidianamente o teu diário, onde toda noite examinará o teu dia; conservarás preciosamente alguns papéis colocando-os de lado numa pasta, numa gaveta, num cofre: esses papéis são a tua identidade; enfim, redigirás a tua autobiografia, passarás a tua vida a limpo, dirás a verdade”*³². Assim, nessa lógica, o sujeito “sem-papéis” é perigoso, anormal, ele foge ao controle da sociedade capitalista, ele não comprova sua vida e, portanto, mente.

No entanto, essas práticas de arquivamento do eu resultam também no que Artières chama de uma intenção autobiográfica. É neste ponto, afirma, que aquelas práticas antes normativas e de sujeição – obrigadas por aquele mandamento – passam a abrigar um importante processo de subjetivação, pois a constituição do arquivo das nossas vidas também é uma construção de si. Assim, ele explica: *“Mas não arquivamos nossas vidas,*

³⁰ ARTIÈRES, Philippe “Arquivar a própria vida” in **Revista de Estudos Históricos**, número 21 – CPDOC, 1998/1 – versão online in www.cpdoc.fgv.br.

³¹ *idem, ibidem*, p.07.

³² *idem, ibidem*, p.03.

não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, colocamos em exergo certas passagens”³³.

Se arquivar nossa vida é uma obrigatoriedade, nós resistimos ao selecionar esse arquivo, e dessa seleção surge a intenção autobiográfica. Nós nos construímos conforme escolhemos guardar este ou aquele papel, e jogar outros fora, porque estamos selecionando o que, de nossas vidas, irá permanecer. Construímos uma imagem de nós mesmos para nós e para os outros, no tempo presente e para o futuro. Citando novamente Artières, ele diz:

“Escrever um diário, guardar papéis, assim como escrever uma autobiografia, são práticas que participam mais daquilo que Foucault chamava a preocupação com o eu. Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência.”³⁴

Assim, podemos pensar que a iniciativa de Pepita e Sara passa por muitos níveis, desde a defesa da experiência histórica que viveram, a resistência ao esquecimento e a vontade de passar adiante essa história para os netos, até o movimento múltiplo da construção de si, da construção de suas identidades. O passado, aqui, refaz-se constantemente no presente através de suas memórias, que também constroem novos passados.

A própria escolha pelo gênero literário da autobiografia também se mostra interessante do ponto de vista do seu feminismo. Segundo a estudiosa norte-americana Patricia Greene, as autobiografias escritas por mulheres revolucionárias subvertem toda uma tradição literária que as excluía deste tipo de narrativa, que as excluía mesmo de ter direito a um passado. Ruth Klüeger, mulher judia que sobreviveu ao Holocausto e que também desafiou essa tradição masculina excludente ao escrever sua autobiografia, notou o incômodo que seu livro causava em certas pessoas:

“Também tenho o que contar, quer dizer, tenho histórias a contar caso alguém pergunte, mas só poucos o fazem. As guerras pertencem aos homens, e assim também as lembranças de guerra. Ainda mais o fascismo, mesmo que se tenha sido contra ou a favor:

³³ *idem ibidem*, p.03

³⁴ *idem, ibidem*, p.03.

puro assunto para homens. Além disso: mulheres não têm passado. Ou não têm que ter algum. É indelicado, quase indecente.”³⁵

A ousadia destas militantes, ao apropriarem-se de um gênero literário que era destinado a um universo masculino, branco e heterossexual, é também um tipo de resistência, uma luta política, uma forma de questionarem identidades historicamente impostas a elas e de inserir as mulheres dentro de uma história que era dominada por um pensamento falocêntrico.

Além de reforçarem essa crítica a um universo literário conservador, as autobiografias dessas militantes libertárias chocam-se, propositalmente, com o discurso franquista, que objetivava apagar da memória coletiva toda e qualquer referência às atividades anarquistas, comunistas, etc. Greene utiliza uma expressão da escritora catalã Montserrat Roig, para definir mais essa luta das mulheres: *“a substituição do tempo do silêncio pelo tempo da palavra.”* Trata-se, assim, de feminizar a Literatura e a História espanholas. Como afirma Greene:

*“As políticas excludentes da formação de um cânone literário têm mais do que nunca marginalizado a produção autobiográfica das mulheres do conjunto das narrativas importantes sobre a Guerra Civil Espanhola e o exílio. A crítica literária espanhola raramente se referiu às autobiografias de mulheres revolucionárias. Ao contrário, tem considerado a narrativa das experiências femininas como “não-literárias” e, portanto, não merecedoras de atenção crítica. As participações femininas nos sucessos da Segunda República, no esforço da guerra e a sua contribuição para uma ‘cultura de resistência’ durante a diáspora republicana têm sido vistas como não essenciais e carecedoras de importância histórica.”*³⁶

Questionam, assim, a historiografia conservadora produzida pela ditadura de Franco a respeito de Guerra Civil e da Revolução Espanhola. Ainda segundo Greene, *“autobiografias de mulheres ativistas da esquerda espanhola frequentemente apresentam uma narrativa com uma voz dupla que integra, textualmente, a complexa relação entre a pessoa pública e a mulher privada, entre a história oficial e a história pessoal, enquanto,*

³⁵ KLÜEGER, Ruth **Paisagens da memória – autobiografia de uma sobrevivente do Holocausto** São Paulo: Ed. 34, 2005, p.13.

³⁶ GREENE, Patricia V. “Federica Montseny: Chronicler of an anarcho-feminist genealogy” in **Letras Peninsulares** Outono de 1997, p.334.

simultaneamente, constrói uma contra-narrativa que desafia a versão franquista fraturada da história”³⁷.

Por exemplo, temos a obra **Mis primeros cuarenta años**, da famosa militante anarquista Federica Montseny, que, para Greene, “*ao combinar história política com questões da vida doméstica, Montseny subverte o ‘si’ (self) público tradicionalmente apresentado na memória política escrita por seus companheiros homens*”³⁸. Desta forma, a narrativa de Montseny, bem como de muitas outras ativistas espanholas, ao “generificar” (*engender*) a memória política, realiza a tão aguardada transição do “*tiempo del silencio*” para o “*tiempo de la palabra*”.

A análise de Greene destaca uma importante característica presente nos textos dessas militantes feministas, que é a forma como elas romperam as barreiras que separavam artificialmente o mundo público do mundo privado e suas respectivas funções, o que tem sido uma importante bandeira de luta do feminismo.

Ao incluir a categoria de gênero para questionar as construções culturais das hierarquias e identidades, as feministas fizeram uma enorme crítica às ciências humanas, que vinham usando conceitos ditos universais para pensar a nossa sociedade e a nossa história, e que, no entanto, revelaram-se conceitos criados por um discurso masculino, branco, europeu, heterossexual e, portanto, profundamente excludentes das diferenças. É na desconstrução desse discurso e também dos sujeitos a-históricos, que o feminismo se encontra com pensadores pós-modernistas, como Michel Foucault e Giles Deleuze, e elimina a hierarquização do pensamento e do conhecimento. O privado torna-se tão importante quanto o público, quando não estão imbricados um no outro. Com diz Margareth Rago, o encontro do feminismo e do pós-estruturalismo postulou “*(...) a morte do sujeito universal, racional, supra-histórico, ao mesmo tempo em que atentaram para as formas de operação dos discursos como práticas instituintes. Crítica do essencialismo, desnaturalizações progressivas, busca das experiências cotidianas, análise dos micro-poderes, dos modos de sujeição e de subjetivação (...)*”³⁹. Muitas e importantes teóricas feministas participam dessa feliz convergência, a saber, Judith Butler e Rosi Braidotti e,

³⁷ *idem, ibidem*, p.334.

³⁸ *idem, ibidem*, p. 336.

aqui no Brasil, destaco Guacira Lopes Louro, professora da UFRGS, e a historiadora da UnB, Tânia Navarro Swain⁴⁰.

Essas autobiografias, assim, fortalecem a História das Mulheres, e abalam outros discursos históricos prontos há décadas, que são incompatíveis com as memórias oferecidas por elas. No entanto, estas obras também precisam ser problematizadas à luz de outras questões, que veremos a seguir.



Segunda Parte: um alerta para a memória

O texto de inicial de Pepita, que fala da necessidade de escrever para seus netos, abre espaço para uma outra discussão. Ela afirma, baseada em uma experiência pessoal, que hoje não existe mais a transmissão da memória oral dos mais velhos, como havia quando era menina. Trata-se, talvez, de uma determinada incomunicabilidade entre as gerações, separadas cada vez mais por mudanças tecnológicas, morais e cotidianas aceleradíssimas, que estamos assistindo acontecer em várias áreas. Podemos pensar também que as relações sociais, hoje, estão marcadas pela dispersão e pela velocidade, ao mesmo tempo em que as pessoas estão cada vez mais centradas em si. Não há mais tempo para se ouvirem, escutar o que o outro tem a dizer, e pode ser também que não haja mais interesse. Muito menos em relação aos velhos, que não são mais vistos como sábios, mas como fardos.

No início do séc. XX, após a Primeira Guerra Mundial, o filósofo Walter Benjamin já havia refletido sobre essa questão e feito soar o alarme: os soldados voltaram mudos da guerra, não havia mais trocas de experiências, a narrativa tradicional estava em decadência. Trata-se de um alarme baseado no processo que ele assistia naquele difícil momento histórico. Segundo Marcio Seligmann-Silva, Benjamin pode ser considerado um pensador

³⁹ RAGO, Margareth “Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente” in GAUZZELLI, C., PETERSEN, S. SCHMIDT, B. e XAVIER, R (orgs.) **Questões de Teoria e Metodologia da História** Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), p42.

⁴⁰ Cf.: BUTTLER, Judith **Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade** Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003.; BRAIDOTTI, Rosi **Nomadic Subjects** New York: Columbia University Press, 1994.; LOURO, Guacira Lopes **Corpo, gênero e sexualidade** Rio de Janeiro: Vozes, 2003; e SWAIN, Tânia N. **O que é Lesbianismo?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2001. Dessa autora, ver também “A desconstrução das

de “transição”, pois *“sua obra nasce no momento de crise não apenas do modelo de sociedade e do pensamento historicista-positivista do século XIX, mas de profundos abalos na modernidade como um todo. Na qualidade de vítima do processo histórico, Benjamin compôs uma obra que testemunha tanto a explosão criativa detonada pelas vanguardas como também os aspectos mais atrozes da evolução histórica europeia da primeira metade do século XX”*⁴¹.

Em dois textos contemporâneos e em muito semelhantes, “Experiência e Pobreza”⁴² e “O Narrador”⁴³, encontramos uma apresentação melancólica dessa realidade que o filósofo acabara de constatar: não temos mais narrativas, e o nosso mundo, formado por competição e velocidade, não comporta mais essa forma de comunicação. Narrar, para o autor, é contar experiências, histórias próprias ou alheias, distantes no tempo ou no espaço, mas também fazer dessas experiências conselhos, lições de moral ou normas de vida. Trata-se, assim, de um discurso vivo, feito da troca oral de histórias. A narrativa é uma forma artesanal de comunicação, na qual o narrador deixa a sua marca, como na tigela de barro há a marca das mãos do oleiro:

*“A antiga coordenação da alma, do olhar e da mão (...) é típica do artesão, e é ela que encontramos sempre, onde quer que a arte de narrar seja praticada. Podemos ir mais longe e perguntar se a relação entre o narrador e sua matéria - a vida humana - não seria ela própria uma relação artesanal. Não seria sua tarefa trabalhar a matéria-prima da experiência - a sua e a dos outros - transformando-a num produto sólido, útil e único?”*⁴⁴.

Para Benjamin, esta forma de narrativa encontra-se cada vez mais rara, sendo substituída por outras formas de comunicação, como o romance moderno e a informação jornalística.

O romance é dependente do livro e da imprensa. Por isso, ainda que sua forma tenha nascido na Antigüidade, Benjamin o coloca como tipicamente capitalista. O romance

evidências: perspectivas feministas e foucaultianas” in SCAVONE, L., ALVAREZ, M e MISKOLCI, R. (orgs) **O legado de Foucault** São Paulo: Unesp, 2006, pp.1119-137.

⁴¹ SELIGMANN-SILVA, Marcio “Walter Benjamin e os sistemas de escritura” in **O local da diferença – ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução** São Paulo: Ed. 34, 2005, p.133.

⁴² BENJAMIN, Walter “Experiência e pobreza” in **Magia e Técnica - Ensaios sobre a literatura e história da cultura** (Obras Escolhidas vol.1) São Paulo: Brasiliense, 1985, pp.114-119.

⁴³ BENJAMIN, Walter “O Narrador. Observações sobre a obra de Nikolai Leskow” in **Magia e Técnica, arte e política - Ensaios sobre a literatura e história da cultura** (Obras Escolhidas vol.1) São Paulo: Brasiliense, 1985, pp.197-221.

⁴⁴ *idem, ibidem*, p.221.

também não tem qualquer relação com a história oral. O romancista é solitário, segregado: ele conta a sua história para o papel. Da mesma forma como seu leitor é solitário, não tem uma relação próxima com o autor, e não tem com quem compartilhar a história que lê. O romance também tem um fim claro e delimitado, que não dá margens a continuções na nossa imaginação, ao contrário da narrativa, na qual também uma história é sempre seguida por outra sem um fim programado.

Sobre a informação jornalística, Benjamin afirma que o que atrai a audiência não é mais a notícia que vem de longe (no tempo ou no espaço), mas sim a informação próxima, plausível, inteligível por si mesma. Trata-se de uma forma de comunicação rápida, que informa o que as pessoas querem saber, para logo depois ser esquecida e substituída por outras informações, no ritmo frenético da modernidade.

Talvez o romance e a informação tenham vencido a narrativa por serem mais adequados à modernidade. Benjamin, porém, apenas aponta para o fato de que as pessoas agora são mudas, não trocam mais experiências, não sabem mais falar sobre seus problemas, e nem dar conselhos para outros. É possível perceber que ele lamenta profundamente essa decadência (ou desaparecimento?) da narrativa e, com ela, a transmissão da experiência: “(...) *a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências*”.⁴⁵

Sybil Douek⁴⁶ procura aprofundar esta questão, ao afirmar que não é só a arte de narrar que está em decadência, mas também a arte de escutar, de ouvir as histórias que uns poucos ousados ainda querem contar: “*Não se percebeu devidamente que a relação ingênua entre o ouvinte e o narrador é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado. Para o ouvinte imparcial, o importante é assegurar a possibilidade da reprodução*”⁴⁷. Sem o ouvinte, as palavras do narrador se perdem ao vento, não são retidas, não ficam na memória.

⁴⁵ *idem, ibidem*, pp.197-198.

⁴⁶ Cf.: DOUEK, Sybil Safdie **Memória e Exílio** São Paulo: Escuta, 2003.

⁴⁷ BENJAMIN, Walter, *op. cit.*, p.221.

Dessa forma, a perda da memória na modernidade, para Benjamin, está diretamente relacionada com a perda da experiência, da transmissibilidade das experiências entre as gerações. Trata-se de uma relação simples, em que o ouvinte se preocupa em guardar as histórias que lhe foram narradas, tomando-as para si para “re-narrá-las” no futuro, garantindo sua continuidade. Sem a comunidade, a experiência, entendida como conhecimento transmitido e, portanto, lembrado, não existe.

A sociedade moderna perdeu essa organização em comunidades, perdeu muito dos vínculos formados em redes de sociabilidades⁴⁸. Possuímos apenas experiências incomunicáveis, porque não há mais quem as conte, não há mais quem as ouça, afirmam vários autores. Douek aproxima o fim da experiência com o triunfo do individualismo e sua forma de vivência baseada no homem da liberdade individual, da livre concorrência, da privacidade. Diz ela, citando Sérgio Rouanet: “*O capitalismo, com efeito, inaugura um tipo de sociedade marcado pela extinção progressiva da experiência*”; esta foi ‘substituída, como forma de sensibilidade coletiva, pela vivência’. **Erlebnis**: não mais um legado partilhado por todos os membros de uma comunidade, mas a vivência experimentada em sua privacidade e solidão, em que ‘cada um sabe de si’.”⁴⁹ Não podemos esquecer que Benjamin aponta para o fato de que as experiências modernas são incomunicáveis também pela sua radicalização e violência, como as vividas nas guerras, nas trincheiras, no holocausto, na barbárie fascista. Experiências indizíveis pelos traumas que provocam, também típicos da modernidade, desse século XX, e que décadas mais tarde seria chamado adequadamente de a era das catástrofes.

Douek afirma, retomando a questão da incomunicabilidade moderna, que a perda da comunidade faz com que a experiência coletiva seja descartada e substituída pela vivência privada e individualizada, deslocando o ponto de referência do “nós-coletivo” para o “eu-indivíduo”. Este processo, datado a partir de fins do séc. XVIII, pode ser observado na literatura, com o advento do romance apontado por Benjamin, na arquitetura, com a valorização do espaço individual de cada membro da família dentro das casas, e nas ciências, com o surgimento, por exemplo, da psicologia e psicanálise. Temos, assim, um

⁴⁸ Cf.: SENNETT, Richard **O declínio do homem público – as tiranias da intimidade** São Paulo: Companhia das Letras, 1988., e RAGO, Margareth “Narcisismo, sujeição e Estéticas da Existência” in *Verve* Revista Semestral do Nu-Sol – Núcleo de Sociabilidade Libertária/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP, nº9, 2006, pp.236-248.

processo em que o “(...) *homem moderno fecha-se sobre si mesmo: o individualismo condenou o homem não somente ao esquecimento, mas também à solidão.*”⁵⁰

Para Benjamin, resumindo, o fim da arte de contar na sociedade capitalista se deve à perda de três condições fundamentais: o partilhamento das experiências, para que estas, por serem comuns, façam sentido quando narradas; o tempo lento, do artesanato, para que haja exatamente tempo para se contar; e o lado prático da narrativa, o seu uso como um conselho. Mas quero destacar aqui o que Jeanne Marie Gagnebin fala da primeira condição:

*“A experiência transmitida pelo relato deve ser comum ao narrador e ao ouvinte. Pressupõe, portanto, uma comunidade de vida e de discurso que o rápido desenvolvimento do capitalismo, da técnica, sobretudo, destruiu. A distância entre os grupos humanos, particularmente entre as gerações, transformou-se hoje em abismo porque as condições de vida mudam em um ritmo demasiado rápido para a capacidade humana de assimilação. Enquanto no passado o ancião que se aproximava da morte era o depositário privilegiado de uma experiência que transmitia aos mais jovens, hoje ele não passa de um velho cujo discurso é inútil.”*⁵¹

Será que poderíamos incluir as ex-militantes do grupo *Mujeres Libres* dentro desta “categoria”, pessoas idosas cujo discurso nos é inútil? Apesar das experiências destas mulheres terem ocorrido há apenas sessenta anos, esses anos testemunharam grandes e radicais mudanças culturais, políticas, econômicas e sociais. Essas mudanças acabaram por criar um abismo, muitas vezes intransponível, entre as gerações. Podemos pensar que, na sociedade atual, não queremos ouvir as experiências dos mais velhos porque, pelas rápidas transformações do mundo, elas não têm mais nada para nos ensinar, já que se tornaram obsoletas, versando sobre um mundo que não existe mais. Então, se ninguém mais quer escutar seus avós, o que eles podem fazer com as coisas que têm para dizer? Por estar envolvida em um trabalho que busca a recuperação da memória, gosto de pensar que a nossa tarefa, nesse caso, deve ser a de (re)criar pontes e (re)conectar os dois lados daquele abismo.

⁴⁹ DOUEK, Sybil Safdie *op. cit.*, p.65.

⁵⁰ *idem, ibidem*, p.66.

⁵¹ GAGNEBIN, Jeanne Marie “Walter Benjamin ou a história aberta” Prefácio de BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, arte e política - Ensaio sobre a literatura e história da cultura** (Obras Escolhidas vol.1) São Paulo: Brasiliense, 1985, p.11.

Para refletir sobre essa questão hoje, quase setenta anos depois de “O Narrador”, Giorgio Agamben, em seu livro **Infância e História**, propõe uma importante observação a respeito das relações da nossa sociedade presente com suas experiências, diferenciando-a daquela sociedade observada por Benjamin.

*“Todo discurso sobre a experiência deve partir atualmente da constatação de que ela não é mais algo que ainda nos seja dado a fazer. Pois, assim como foi privado da sua biografia, o homem contemporâneo foi expropriado de sua experiência: aliás, a incapacidade de fazer e transmitir experiências talvez seja um dos poucos dados certos de que disponha sobre si mesmo. Benjamin, que já em 1933 havia diagnosticado com precisão esta ‘pobreza de experiência’ da época moderna, indicava suas causas na catástrofe da guerra mundial (...). Porém, nós hoje sabemos que, para a destruição da experiência, uma catástrofe não é de modo algum necessária, e que a pacífica existência cotidiana em uma grande cidade é, para esse fim, perfeitamente suficiente.”*⁵²

As catástrofes, segundo Agamben, não são mais necessárias para as pessoas isolarem-se e calarem-se. A pacífica existência em uma metrópole é tão mortal para a experiência como fora a Primeira Guerra Mundial porque hoje vivemos apenas em função do aqui e agora. Perdidos em uma multidão com a qual esbarramos mas não nos relacionamos, estamos preocupados apenas com o nosso próprio mundo individual, de uma forma narcisista. Para Irene Cardoso, podemos chamar esse caráter da cultura contemporânea de “presenteísmo”, ou intensificação do presente. Dentro de uma sociedade que vive no “puro presente”, sua linguagem é meramente instrumental, e toda metáfora da vida perde o sentido, a tradição também perde seu sentido e desaparece porque não há mais lugar para a narrativa de uma história. Trata-se de uma “vivência reduzida à relação com o imediato e com o existente, à autoconservação, sem temporalidade”⁵³. O retorno do sempre igual apaga o passado e o futuro porque não há reflexão sobre o primeiro e nem projeto para o segundo. Dessa forma, não há mais espaço para a história e para a memória. O

⁵² AGAMBEN, Giorgio **Infância e História - Destruição da experiência e origem da história** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p.21.

⁵³ CARDOSO, Irene **Para uma crítica do presente** São Paulo, USP, Curso de Pós-graduação em Sociologia: Editora 34, 2001, p.250.

resultado final seria, segundo Cardoso, a produção de individualidades condenadas ao eterno presente de um psiquismo incapaz de transcender o aqui e o agora.

Também o historiador francês Pierre Nora, sobre isso, é taxativo: fala-se tanto de memória hoje porque ela não mais existe. É porque ela não mais existe viva em nós que temos uma necessidade cada vez maior de localizá-la em lugares específicos - museus, arquivos, monumentos - como se, percebendo seu fim trágico, esta fixação material (ou materialização) nos deixasse mais seguros de que a memória pelo menos não desaparecerá total e para sempre. Assim, Nora conclui: “*Há locais de memória porque não há mais meios de memória.*”⁵⁴

Sabemos que vários processos diferentes coexistem simultaneamente nas sociedades, paradoxalmente mesmo, e aqui o esquecimento convive também com a lembrança. Então, apesar de todo esse diagnóstico da modernidade que insiste no contrário, as pessoas lembram e esforçam-se para contar suas histórias. E não me refiro ao *boom* que os relatos de memória vivem já algum tempo, responsável pelo grande sucesso de autobiografias “caça-níqueis” de personalidades famosas, por exemplo. Refiro-me, sim, aos relatos de sobreviventes das catástrofes do século XX, relatos de guerra, de campos de concentração, de extermínios, de prisões e torturas, relatos de experiências traumáticas que são necessários às pessoas que narram, ao mesmo tempo em que falham em exprimir essas mesmas experiências, pois não existem palavras para descrevê-las. Talvez o melhor exemplo seja a obra de Primo Levi, **É isto um homem?**⁵⁵, em que ele escreve sobre o tempo em que ficou preso em um campo nazista e é perturbado pela impossibilidade de contar, pelo menos em toda a sua magnitude, as experiências pelas quais passou. Esse século coloca, assim, um paradoxo a ser trabalhado: o alerta do fim da narrativa e o imperativo desta para as vítimas das catástrofes.

É dentro desse paradoxo que procuro enxergar as narrativas das ex-*Mujeres Libres*, a sua luta para tornarem-se História, e do mesmo modo percebo até este trabalho de dissertação. Para uns, suas experiências devem fazer parte de nosso repertório histórico e

⁵⁴ NORA, Pierre “Entre memória e história - A problemática dos lugares” in: **Projeto 10 História - Revista do Programa de Estudos da Pós-Graduação em História e do Departamento de História - PUC/SP**, nº10, dezembro/93, p.07.

⁵⁵ LEVI, Primo **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

político, dado inclusive a atualidade de suas questões na Espanha de hoje. Como diz o historiador John Lewis Gaddis, o passado é “*o nosso único banco de dados*”⁵⁶ para agir no presente.

No entanto, é possível que, para outros, essas experiências não possam mais servir como conselhos nem advertências. Isto não significa, contudo, que não devam ser escritas em livros e lembradas. Quem sabe alguém, algum dia, retire esse livro empoeirado de uma biblioteca e o ache interessante? Mas lembremos, porém, que entrar para a História já é um grande ganho para essas mulheres, pois suas experiências foram deixadas de lado por muito tempo.

Trata-se de também, em uma última instância, de um ganho para a própria História das Mulheres, como uma área que busca feminizar uma disciplina que, até pelo menos a década de 1960, como afirma Raquel Soihet, ainda era feita por homens e sobre temas que concerniam somente ao seu universo⁵⁷. Como observou Virginia Woolf, em 1928, sobre essa História, ela “*parece um tanto estranha tal como é – irreal, tendenciosa (...)*”⁵⁸. E sugere às alunas que estavam começando a entrar nas universidades naquela época, que elas acrescentem “*um suplemento à história, dando-lhe, é claro, algum nome não conspícuo, de modo que as mulheres pudessem ali figurar sem impropriedade (...)*.”⁵⁹ A ironia fica por conta de seu comentário que mostra que, se as mulheres quisessem entrar nesse mundo, seriam aceitas somente se ficassem em um nível inferior, anexo, sem fazer muito barulho. Definitivamente, não foi isto que fizemos.



Terceira parte: lembranças de mulheres, escrita feminina?

Este trabalho está, ainda, permeado por mais uma questão que deve ser discutida: é possível pensar em uma especificidade dos relatos das mulheres do *Mujeres Libres*, em

⁵⁶ GADDIS, John Lewis **Paisagens da História – Como os historiadores mapeiam o passado** Rio de Janeiro: Campus, 2003, p.23.

⁵⁷ Cf.: SOIHET, Raquel “História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate” in AGUIAR, Neuma **Gênero e Ciências Humanas** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998, pp.95-114.

⁵⁸ WOOLF, Virginia **Um teto todo seu** Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985, p.60.

⁵⁹ *idem, ibidem.*

relação ao discurso de memória dos homens militantes? Ou, de uma forma mais geral, podemos dizer que existe uma memória feminina diferente da masculina?

Estas perguntas podem ser relacionadas, primeiramente, a um grande debate atual sobre a existência ou não de uma escrita feminina específica, diferente. Lúcia Helena Vianna e Márcia Lígia Guidin, dentro dessa questão, indagam: teriam as mulheres “(...) *um modo próprio de perceber e vivenciar a realidade circundante que se transferisse ao texto? Disporiam as escritoras de um glossário de imagens e figuras que lhes fosse predominante? Ou ainda: haveria nelas um interesse mais voltado para determinados aspectos do real?*”⁶⁰.

A resposta imediata proposta por essas estudiosas é que “*é possível reconhecer marcas escriturais que, se não são exclusivas das narrativas femininas, aparecem em seus textos com muita frequência*”⁶¹. Considero que tal afirmação pode se tornar polêmica se nos esquecermos de acrescentar que essas marcas escriturais (citadas pelas autoras) são culturalmente construídas. Ou seja, se Vianna e Guidin apontam para temas que mobilizam muito mais as mulheres do que homens, ou afirmam que as percepções femininas de certos aspectos do cotidiano são diferentes das masculinas, devemos ter em conta que isso acontece porque essas mulheres escritoras tiveram em comum uma formação sócio-cultural que dirigiu seus olhares para esses temas e que moldou a sua forma de olhar.

Dentro desse debate, a crítica literária chilena Nelly Richard apresenta um outro ponto de vista⁶². Sobre a pergunta inicial, a existência ou não de uma escrita feminina, ela afirma dois pontos importantes. Primeiro, devemos diferenciar a literatura de mulheres - o conjunto de obras escritas por mulheres – da escrita feminina. Segundo, que essa pergunta nos mostra como o modelo da escrita masculina foi construído como geral e neutro. Nesse sentido, ela considera que ignorar diferenças de gênero na produção escrita é reafirmar o modelo masculino, disfarçado sob a máscara do universal. Diz assim: “*afirmar que a linguagem e a escrita são indiferentes à diferença genérico-sexual (que não existe diferença entre o masculino e o feminino) equivale a reforçar o poder estabelecido, cujas*

⁶⁰ VIANNA, Lúcia Helena e GUIDIN, Márcia Lígia “Apresentação” in VIANNA, L. H. e GUIDIN, M. L. (orgs.) **Contos de Escritoras Brasileiras** São Paulo: Martins Fontes, 2003, pp.6-7.

⁶¹ *idem, ibidem*, p.7.

técnicas consistem, precisamente, em levar a masculinidade hegemônica a se valer do neutro, do impessoal, para falar em nome do universal. O neutro da língua, sua aparente indiferença às diferenças, camufla o operativo de ter universalizado, à força, as marcas do masculino, para convertê-lo, assim, em representante absoluto do gênero humano”⁶³.

A proposta da autora para esse debate é ir além da resposta fornecida por Vianna e Guidin. Ela argumenta que devemos determinar a escrita feminina como uma espécie de categoria de textos subversivos a esse modelo masculino, que se pretende neutro, ao invés de procurar por temas ou estilo específicos do dito universo feminino. Para Richard, aliás, não é possível associar sexo com identidade e produção criativa: uma autora “mulher” não necessariamente é produtora de uma escrita feminina, da mesma forma que o fato de um autor ser “homem” não o impede que o faça. O posicionamento dessa autora a aproxima também de Jeanne Marie Gagnebin. Em um artigo intitulado “Existência ou inexistência de uma literatura especificamente feminina”, de 1982, Gagnebin pergunta-se se não seria melhor colocar a questão da especificidade feminina muito mais em termos de surgimento de temáticas até hoje ausentes do discurso conhecido como literário, ao invés de ser colocada em termos de essência ou de natureza⁶⁴. E pede cuidado ao indagarmos sobre a especificidade da escrita feminina: *“Estivemos até hoje presas por um sistema de dicotomias cuja eficácia foi e é tanto maior quanto também mulheres se identificaram com ele. Fomos definidas como o outro (a outra) do homem, o seu negativo e a sua falta, o masculino representando o positivo e o pleno (...). Se nós aceitamos essa definição da essência feminina, então sim, podemos definir a literatura feminina pelo simples fato de seus autores serem mulheres”⁶⁵.*

Ao criticar esse pensamento que reforça a divisão binária homem-mulher e suas identidades, Gagnebin completa: *“Para mim, não se trata de definir uma ‘palavra de mulher’ (...). Trata-se, sim, de deixar para trás essa definição unilateral da essência*

⁶² RICHARD, Nelly “A Escrita tem Sexo?” in **Intervenções Críticas: Arte, Cultura, Gênero e Política** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002

⁶³ *Idem, ibidem*, p.131.

⁶⁴ GAGNEBIN, Jeanne Marie “Existência ou inexistência de uma literatura especificamente feminina” **Boletim bibliográfico biblioteca Mario de Andrade** v.43, n.ºs. 3/4, julho a dezembro de 1982, pp.7-14.

⁶⁵ *idem, ibidem*, p.13

feminina e de permitir às mulheres inventar-se na pluralidade.”⁶⁶ E, por fim, conclui: *Uma literatura feminina me parece, portanto, nem dever reivindicar uma essência feminina, nem tentar uma aproximação cada vez mais feliz da fala masculina. O que ela pode fazer, o que já vai se fazendo aos poucos, é exatamente questionar a verdade desta alternativa. Poderíamos dizer, de maneira paradoxal, que as mulheres podem e devem ousar descobrir-se nem masculinas nem femininas, pois é esta divisão que as impede de ser elas mesmas. Talvez a literatura feminina seja caracterizada por isso mesmo: a coragem de deixar a identidade em suspenso, a desconfiança perante a organização hierárquica da linguagem e, às vezes, uma certa alegria terna ao se encontrar sem definição*”⁶⁷.

Assim posto, retorno agora à minha pergunta inicial sobre as diferenças entre os discursos de memória feminino e masculino. Ao trabalharmos com a possibilidade de encontrar diferenças também nos relatos de memória, vale sempre ressaltar que estas não poderiam ser definidas a partir de uma característica biológica ou em termos de essência, e sim compreendidas como cultural e historicamente construídas. Como já foi dito, o feminismo e o pensamento pós-moderno já desconstruíram com muitos argumentos esse tipo de posicionamento essencialista.

Michelle Perrot afirma, em um artigo intitulado “Práticas da memória feminina”⁶⁸, que a memória é uma forma de relação com o tempo e o espaço. E, uma vez que essas relações apresentam diferenças sócio-culturais entre masculino e feminino, a memória é, portanto, profundamente sexuada. Ao analisar os registros de memória das mulheres francesas do fim do século XIX, Perrot percebeu que se tratava de lembranças sobre o ambiente privado, doméstico, familiar, e concluiu que os registros da memória estariam, então, ligados ao lugar que um indivíduo ocupa na sociedade, ou seja, à sua condição social. Dessa forma, as lembranças das mulheres seriam referidas ao mundo privado, íntimo, enquanto as dos homens, referentes à vida pública, seriam políticas. Diz ela:

“Os militantes operários (...) têm horror de falar de suas existências pessoais e limitam-se às suas vidas militante e sindical. Sobre a família e o cotidiano, que se pergunte

⁶⁶ *idem, ibidem*

⁶⁷ *idem, ibidem*, pp.13-14.

⁶⁸ Cf. PERROT, Michelle “Práticas da memória feminina” in **Revista Brasileira de História** São Paulo, v.9, n.18, ago./set. 1989, pp. 09-18.

às mulheres! Esse aspecto das coisas lhes cabe. Mesmo em um casal de tradição autogestionária (anarco-sindicalista) como aquele entrevistado por J. Carroux-Destrays, a partilha da memória obedece a uma definição muito rápida dos papéis sexuais. Amédée fala do trabalho, greves, ação reivindicativa; Marcelle, de moradia, vida material e história familiar. Na rememoração, as mulheres são em suma os porta-vozes da vida privada.”⁶⁹

Tomando, assim, a argumentação de Perrot, parece claro que, enquanto as mulheres fossem restritas ao espaço privado, suas obras dificilmente sairiam deste universo. No entanto, acredito também que, como colocaram Nelly Richard e Jeanne Marie Gagnebin, seria muito mais interessante pensar as diferenças entre memórias de mulheres e homens em termos de subversão ao modelo masculino de escrita e a uma identidade imposta do que é ser mulher e sobre o que uma mulher pode falar.

As memórias das *ex-Mujeres Libres* tornam-se, assim, extremamente ricas: transgridem, em um primeiro momento, essa divisão tradicional do universo público/privado de uma forma radical, pois elas assim o fizeram no seu dia-a-dia durante a própria Revolução Espanhola. E, nos seus relatos, não só falam do mundo público, das questões políticas do governo, do anarquismo e da revolução, mas politizam o mundo privado - por exemplo, ao falarem do aborto, da violência doméstica e da dominação marido-esposa. E ao questionarem todo esse dispositivo identitário colocado sobre elas por uma cultura misógina, e ao entrarem no mundo da escrita – tradicionalmente masculino – para divulgar esse questionamento, elas subvertem aquele modelo neutro, e constroem um discurso delas: feminino, feminista.

Nos dois próximos capítulos, trabalharei essas memórias à luz das teorias e problematizações já apresentadas, procurando conectá-las com as questões que elas mesmas levantam, e também com uma variada bibliografia. As memórias serão, aqui, o nosso fio condutor para uma história que poderia ser desdobrada em infinitas outras. No entanto, ficaremos apenas pelas ramificações mais próximas que o olhar dessas mulheres nos oferece.



⁶⁹ PERROT, Michelle *op. cit.*, p.17.

Capítulo 2:

Seis revoluções

“O levante militar do ano de 1936 contra a República espanhola teve o efeito de um clarim. O povo espanhol, como um só homem, ofereceu-se para defender seu regime democrático e se preparou para a luta armada que resultou larga, dramática e sangrenta.”

Concha Liaño

“Vivi essa época de lutas cenetistas, a revolução, as Juventudes. E são três anos de guerra que, quero deixar bem claro, que são três anos que vivi e que se não os tivesse vivido, queria tê-los vivido, porque foram três anos de ensinamentos, lições, nos quais um ano representava dez anos na vida de uma pessoa, porque se vivia intensamente esses anos... Era uma luta constante, a revolução, a emancipação, na qual a gente tinha direito de dizer ‘merda’ a alguém que tinha lhe explorado durante anos, ao patrão, onde tinha trabalhado e onde se dava conta de que era necessária a liberdade, não? Pois então, foram os três anos de guerra, com as desgraças, com os bombardeios, com todas as lutas que levávamos. Três anos, como já disse, não queria não tê-los vivido, né?”

Pepita Carpeña

Relatos emocionados da Revolução Espanhola incitam um desejo de conhecê-la melhor. Mas sei que isto não é totalmente possível. Como conhecer um acontecimento que não é um, mas vários, milhares, milhões? Existem tantas Revoluções Espanholas quanto existem pessoas que passaram por ela, livros sobre ela, documentários, fotos, memórias. Não existe uma Revolução Espanhola verdadeira, possível de ser conhecida como um objeto histórico acabado no passado, à espera de algum historiador ou historiadora para descobri-la. E o trabalho do(a) historiador(a) também não é este. Em meio a uma

multiplicidade de documentos, nosso trabalho é selecionar, recortar, colar, interpretar e refletir sobre os novos discursos que estamos criando, e por que os estamos criando. Dessa forma, não existe um passado puro, como “coisa” acabada, existem apenas construções, que nos chegam através de inúmeros fragmentos materiais do passado – fotos, artigos de jornais, diários, processos jurídicos, depoimentos, objetos cotidianos. Nesse trabalho, existem apenas memórias de mulheres, mas existem também eu, minha orientadora, os livros que li, as aulas que assisti, os filmes que vi, os professores que me ajudaram. Sobre isso, abro um pequeno parêntese para lembrar o que dizem Deleuze e Guattari, em **Mil Platôs**, quando explicam como fizeram o livro: *“Escrevemos o Anti-Édipo a dois. Como cada um de nós era vários, já era muita gente.”*⁷⁰

Voltando à questão da multiplicidade de interpretações do passado, é importante refletir sobre o caráter construtivo da memória. Mais do que qualquer outro documento utilizado pelo historiador, esta pode levar-nos à armadilha da crença na verdade, pois estamos habituados a acreditar que a verdade passa pelo olhar, pela presença no momento dos acontecimentos, ou seja, pela testemunha ocular, sem mediações. Se pensarmos no trabalho de Heródoto, considerado “o pai da História”, podemos entender como esta tradição nos persegue até hoje. Segundo Gagnebin, a palavra grega *historiè*, que aparece nos escritos de Heródoto, não pode ser simplesmente traduzida por história pois, na época, ela remetia à palavra *histôr*, que a autora traduz por *“aquele que viu, testemunhou”*⁷¹. Diz ela: *“o radical comum (v)id está ligado à visão (videre, em latim, ver), ao ver e ao saber (oída em grego significa eu vi e também eu sei, pois a visão acarreta o saber)”*⁷². Heródoto, assim, preocupa-se em apresentar as coisas que viu, ou que ouviu falar de quem viu, pois elas serão corretas. Se ver é saber, as lembranças do que vimos não podem ser erradas.

No entanto, devemos pensar que o caráter da memória é bem diferente. Se a memória é lembrada no presente, este tem todo o poder sobre quais experiências serão trazidas à tona, e como. E, se considerarmos que o nosso presente não é congelado, que não somos a mesma pessoa, com as mesmas opiniões e valores do nascimento à morte, as memórias também sofrerão essas mudanças. Dessa forma, não podemos considerar as

⁷⁰ DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix “Introdução – Rizoma” in **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia** vol. 1 São Paulo: Editora 34, 2000, p.11.

⁷¹ GAGNEBIN, Jeanne Marie “O início da História e as lágrimas de Tucídides” in **Sete aulas sobre Linguagem, Memória e História** Rio de Janeiro: Editora Imago, 2005, p.14.

nossas lembranças como uma passagem direta e objetiva para o passado, como assim entendia Heródoto. Sobre esta questão, vale citar mais uma vez as reflexões de Ecléa Bosi:

“(...) lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. (...) O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista”⁷³.

De acordo com a expressão de Michel Foucault, podemos afirmar então que os relatos de memórias são “documentos-monumentos”⁷⁴. Trata-se de uma expressão que critica a visão do documento histórico na história tradicional, que o considerava como transparência, representação direta e confiável do passado (desde que assegurada a sua autenticidade), um reflexo da realidade. A crítica de Foucault aponta para o que foi ignorado, ou seja, para a constatação de que o documento também é materialidade, também é um monumento, discurso, construído por alguém e para alguém, com objetivos concretos e a partir de outras interpretações.

Aqui, monumento não é utilizado como símbolo comemorativo, ou algo antigo e deslocado da história, mas sim entendido como uma construção carregada de significados, marcada pelo tempo. A história, segundo Foucault, ao fazer a crítica do documento-monumento, deveria voltar-se para o trabalho arqueológico a arqueologia, para escavar todas as camadas de interpretações depositadas e acumuladas ali. No final, nunca encontraria a origem, a verdade do documento, mas apenas mais camadas sobrepostas. Por trás das máscaras, apenas mais máscaras, como afirma Nietzsche⁷⁵.

Além disso, podemos considerar que um monumento é visto geralmente como lugar de memória e de exaltação do passado. Alguns documentos são também “monumento” porque as sociedades os produzem como lugar de história e de memória, lugar de uma origem-essência que as dignifica. Como diz Jacques Le Goff:

⁷² *idem, ibidem.*

⁷³ BOSI, Ecléa *op. cit.*, p. 05.

⁷⁴ Cf. FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber** Rio de Janeiro: Forense–Universitária, 1986, pp.07-08

⁷⁵ Cf.: FOUCAULT, Michel “Nietzsche, a genealogia e a História” in **Microfísica do Poder** Rio de Janeiro: 1979, pp. 15-37, em que o autor trabalha alguns conceitos de Nietzsche a partir de livros como **Genealogia da Moral e Humano, Demasiado Humano**.

*"O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (...) O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias."*⁷⁶

O essencial, portanto, não é mais saber se o documento é verdadeiro ou não, mas é tentar definir o que o atravessa e constitui, ou seja, o discurso, a narrativa, as representações e imagens constitutivas do texto. Como diz Foucault em **Arqueologia do Saber**:

*"O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações"*⁷⁷.

Nesse sentido, as memórias das militantes do *Mujeres Libres*, que serão apresentadas aqui, também devem ser entendidas como "monumentos" que produzem outras imagens da Revolução Espanhola. Imagens construídas a partir de formações discursivas que compõem, ao mesmo tempo, a subjetividade dessas mulheres no presente e o olhar que elas dirigem às suas experiências do passado.

Aqui, serão apresentadas seis mulheres, e para cada uma de suas memórias, existirá uma Revolução, uma interpretação, que podem coincidir em muitos pontos, mas serão sempre diferentes. Este é o motivo do título deste capítulo, "Seis Revoluções", mas penso que ele não seja mais de todo adequado. Se contarmos a minha Revolução tal como a construí nesse texto, serão sete. A sua, leitor, oito. E daí nove, dez...



⁷⁶ LE GOFF, Jacques "Documento/Monumento" in **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992, p.103.

⁷⁷ FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986, p.7.

Primeira Parte: A Espanha e os anarquistas no começo do séc. XX

***** Antonia Fontanillas***

“Eu me chamo Antonia Fontanillas Borrás. Nasci em Barcelona, em 29 de maio de 1917. Tinha oito anos [quando a família foi para o México] e ainda não tinha colocado meus pés numa escola. Cheguei do México em Barcelona em 1934.

Meu pai era anarquista, mas não sei como, nunca perguntei a ele, como se fez anarquista. ... Talvez meu avô, Pablo Fontanillas, ele era muito inquieto e tinha idéias...

Toda a família emigrou para a América. Quando regressaram para a Espanha, para Barcelona, o que me disse meu pai é que conheceu minha mãe através de Teresa Claramunt. Não sei o momento em que meu pai se inclina pelas idéias, sei que quando se uniu com minha mãe, tinha já 30 anos, e era já um homem de idéias, visto que conhecia Teresa Claramunt⁷⁸.

Meu avô materno, esse sim, que nasceu na província de Barcelona, em Igualada, é o primeiro, digamos, da família que se interessa pelas idéias. Pertenceu à regional espanhola da Primeira Internacional.

Minha tia Salud, que foi a mais militante, e minha mãe, eram as que saíam para distribuir “Tierra y Libertad” que editava meu avô.

Eu fui formada nas idéias pelo ambiente familiar. Por tudo o que haviam vivido meus predecessores, meus pais, avós, tudo isso. Quando emigramos para o México, fiquei no mesmo ambiente, estava entre companheiros que participaram da Revolução Mexicana, compreende? Quero dizer que de tudo ao meu redor ouvia falar [do anarquismo]. Lia “La Novela Ideal”, porque eu me formei muito através das novelas. Eu acredito na novela, para a mentalidade feminina, que estava menos

⁷⁸ Teresa Claramunt (1862-1931) foi uma famosa militante anarquista espanhola. Ver p.92 e seguintes ainda neste capítulo.

formada... Quando voltamos à Espanha, quando expulsam meu pai e nós fomos repatriados, eu vinha com muita ilusão de me integrar ao movimento, nos Ateneus.

Minha vinculação foi em 1936... tinha dezenove anos... quando cheguei [do México] em 1934, tinha muita ilusão, mas era muito tímida para entrar [nos Ateneus], mesmo com meu pai falando.

Trabalhávamos em uma litografia, tinha uma espécie de associação, se chamava La Solidária, mas era corporativa, não estava em nenhuma organização, nem na UGT, nem na CNT, nem nada, era simplesmente corporativa. Depois todos concordaram e nos filiamos à CNT.

As Mujeres Libres... aquilo foi, para mim, uma coisa, uma experiência que só foi possível por causa da Revolução, por causa do movimento. Acredito que se não tivesse ocorrido isto, não teria existido uma organização assim, de mulheres libertárias, com esse nome.”⁷⁹



**** Concha Perez**

“Bom, me chamo Concha Perez, nasci no bairro de Las Cors, em Barcelona, no ano de 1915. Dia 17 de outubro de 1915.

Meu pai já era anarquista no tempo da ditadura e esteve várias vezes na prisão, então eu cresci com as idéias que ele divulgava, era muito rebelde... Chamava-se Juan Perez Well, era fundidor, pertencia ao sindicato de metalurgia.

Meu irmão era quatro anos mais velho que eu, e tínhamos as mesmas idéias, então quando se proclamou a república [1931] fomos militar no campo anarquista.

⁷⁹ FONTANILLAS, Antonia **Entrevista concedida à prof. Margareth Rago** França, 2001.

Eu comecei a trabalhar aos treze anos, comecei a trabalhar com gêneros de costura, mas não passei mais que um ano trabalhando nisto, logo fui trabalhar com artes gráficas, fazíamos coisas de papelaria... Bom, então eu fui militar no sindicato de artes gráficas da CNT logo depois da República. Logo abriram ateneus, começaram dois ou três, depois foram abrindo um em cada bairro, um Ateneu Libertário. Ali havia seções de tudo... nos encontrávamos quase toda noite. Havia cultura geral, havia até esperanto, havia um grupo de teatro, uma seção de viagens... Era muito alegre. Nos ateneus havia muitas mulheres, o que não acontecia nos sindicatos. Nos sindicatos tinha pouca militância de mulheres, o que era diferente dos ateneus. Ele atraía mais as jovens, não? E tinha muitas, não tantas quanto o número de homens, mas era bastante.

Particpei então nos sindicatos e ateneus, e ademais em todas as lutas anarquistas, não? Tiveram várias. Em uma destas em que houve uma greve geral, me prenderam, eu, que tinha dezessete anos, e fiquei alguns meses na cadeia.

Dentro dos ateneus havia também os grupos de Juventudes Libertárias, havia os grupos da FAI. Eu estava em um grupo da FAI.

Eu tive um pouco de contato [com o Mujeres Libres], bem, eu conheci várias delas. Um dia eu fui me associar ao grupo, mas não lembro o que aconteceu que não o fiz, e como já tinha tantas coisas, entre os ateneus, os sindicatos, não me sobrava mais tempo. Bom, e tampouco foi uma coisa que me interessava muito porque, no campo anarquista, sempre temos trabalhado em prol das liberdades da mulher também, né? Ainda que a luta particular da mulher é diferente porque... bom, ainda que os homens se digam anarquistas, eles são machistas... a maioria, não?

Agora, esta luta eu sempre tive com meus companheiros, por exemplo, eu fui embora da minha casa para viver sozinha quando tinha dezoito anos, quase dezenove... Bom, eu tinha um irmão e três irmãs, né? Ao meu irmão não fazia falta a liberdade porque ele a tinha. A mim me fazia falta

porque me queriam cortá-la e... bem, isso não podia, né? E como havia muitas discussões, muitas brigas, então fui viver sozinha.

Bom, fui viver com uns companheiros. A idéia era formar uma grande coletividade onde pudéssemos viver todos juntos, com um centro de educação... viveríamos em regime de coletividade.

E me entusiasmava aquilo! Isto sempre me entusiasmou mas não consegui viver assim, porém era meu sonho.

Sou sócia do ateneu aqui. No ano passado me nomearam “Beso de Honra” do Ano, por causa do trabalho, segundo eles, que eu fiz sobre os ateneus, porque estou sempre falando dos Ateneus Libertários.

¡Hombre! Eu... para mim, os anos mais felizes da minha vida foram os que eu passei nos ateneus.”⁸⁰



**** Lola Benavent**

“Me chamo... meu nome é Lola, Lola Benavent. Eu nasci em um povoado perto daqui [Valência] que se chama Alginet. Em 1923, um 26 de agosto. Portanto tenho oitenta e um anos cumpridos.

Ali no povoado havia um colégio, mas era de freiras e não havia outra coisa. Eu era um pouco rebelde, não era uma menininha muito boa. E uma freira me esmagou a mão e me quebrou os dedinhos... Meu pai ficou furioso. Porque meu pai, nós fomos sempre anticlericais.

Daí havia chegado ao povoado um homem, um professor racionalista, que deu um aspecto e uma vida ao povoado inusitados. Porque ali as crianças iam para o campo com os pais, ninguém ia para a escola porque tinha que ajudar os pais. E esse homem... é como se acesse uma luz... passou a acolher esses meninos. E meu pai me levou a esse homem. Eu

⁸⁰ PEREZ, Concha **Entrevista concedida à prof. Margareth Rago França**, 2001.

era muito pequenininha para ele me acolher, mas meu pai lhe pediu por favor... aquele homem me impactou para toda a minha vida. A escola era um lugar triste, escuro... e ele nos levava para aprender nos campos.... Imagine, nos campos! Se eu me recordo dos rios da Espanha, é porque ele nos ensinava, me ensinou uma espécie de versinho: Muchos y abundantes rios/ cruzam el hispano suelo/ llevándonos jugo y vida/ como las venas al cuerpo. Depois também nos dava ginástica: El aire libre/ es mi elemento/ y lo respiro/ com fruición./ Abro los brazos/ los alzo luego/ y repito muchas vezes/ la mismita operación.

Fomos para a França em 1929, porque meu pai era republicano, e tive a sorte de encontrar lá uma educação muito laica. Mas logo voltamos em 1931, na República.

Eu queria ser artista, queria dançar, queria essas coisas. E a guerra me destroçou. E depois o que mais me destroçou, que nunca esquecerei, e para mim foi o maior trauma da minha vida, foi que me cortaram a chance de continuar estudando [na escola]. E eu não estudei mais! Eu sou autodidata.

Esse foi meu princípio! Os [milicianos] feridos vinham repousar no nosso povoado até que pudessem retornar à frente de batalha. Cederam para eles um quartinho, e esses rapazes davam aulas. Eles davam aulas e falavam com você. Antes eu sabia o republicanismo que levava no sangue, eu não queria ir na Igreja, eu era como meu pai. Mas o ideal puro, eu aprendi com eles.”⁸¹



**** Pepita Carpeña**

“Chamaram-me de Josefa Carpeña-Amat, mas desde sempre me apelidaram de Pepita. Nasci no dia 19 de dezembro de 1919 em

⁸¹ BENAVENT, Lola **Entrevista concedida à prof. Margareth Rago** Espanha, 2004.

Barcelona, mas fui registrada como nascida no dia 28. Só descobri isso bem mais tarde, quando precisei dos meus papéis de identidade, porque minha família sempre festejou meu aniversário no dia 19.

Nos períodos de crise econômica, as lembranças dos meus pais mudam. Meu pai me falava dos sindicatos, ele tinha sítio marcado pelos homens da CNT, a organização operária anarco-sindicalista. Ele me contava também da sua vida na cidade, o trabalho no campo, a miséria dos agricultores e dos jornaleiros. Ele dizia: ‘os políticos são os ladrões, eles nunca se importam com os trabalhadores, com o povo, somente com encher seus bolsos.’

Eu tinha onze anos e meio e percebia a situação crítica em que nós vivíamos. A miséria fazia com que nós fôssemos mais velhos mentalmente do que a nossa idade, a vida dura nos fortalecia o caráter. Sem dizer nada em casa, sozinha, foi procurar trabalho para ajudar.

As crianças da minha época não eram controladas como as de hoje. Nós saíamos de casa para ir à escola e ninguém sabia se nós tínhamos ido ou não. Eu fui trabalhar assim. No final da semana, chegando em casa, eu dei o salário para minha mãe. Ele ficou surpresa e disse: ‘de onde saiu esse dinheiro?’ (...) ‘Não se espante mamãe, esse é o meu pagamento, estou trabalhando.’ Inútil descrever a emoção da minha mãe. Estupefata, ele começou a chorar. ‘Minha filha, se você quer trabalhar, vamos escolher uma boa profissão que sirva para o resto da sua vida.’ Vocês podem constatar que ela se preocupava mais com o meu futuro do que com o dinheiro. Ela sempre foi desinteressada, toda sua vida, nunca ganhou nada para si. Ajudava todo mundo, mesmo se não tinha quase nada, sempre dividia.

Eu comecei a militar em 1934, tinha 14 anos [no sindicato da metalurgia]. Eu não sabia ainda que os sindicatos tinham vários ramos, eu assistia as assembléias sem compreender muito, mas amava aquele ambiente de luta. Um dia, um velho militante me perguntou onde eu trabalhava. Eu disse que era costureira, e ele me disse: ‘O que faz aqui?’

Você pode militar no seu setor, que é o têxtil e de vestimentas'. Então eu fui militar no meu sindicato.

Daí começaram os problemas em casa com meus pais. Pela educação sexista e retrógrada da época, isso se compreende. (...) Muito ocupada pelas minhas responsabilidades sindicais, chegava em casa cada vez mais tarde. O que não era comum para as jovens. Meu pai me proibiu de voltar tarde assim e a luta começou. Eu me rebelei, porque afirmei para ele que não fazia nada de repreensível. Eu lhe disse que estava num sindicato, mas de nada adiantou. Uma vez a briga foi tão violenta que ele chegou a me ameaçar. Não me bateu, mas chegou perto. Eu lhe fiz uma proposta: 'venha me buscar no trabalho, me acompanhe e você saberá porque eu chego tão tarde em casa.' Combinamos para o dia seguinte, ele veio me encontrar no trabalho e juntos nós fomos no sindicato, onde todos me esperavam. Havia muitas pessoas e eu fui fazer meu trabalho habitual com as contribuições, esqueci completamente meu pai. (...) subitamente me lembrei da sua presença e fui procurá-lo. Cansado de esperar, ele partiu sem dizer nada. Depois desse dia, nunca mais me proibiu nada.

No dia 19 de julho de 1936, Pedro [meu namorado] veio me procurar em casa e nós estávamos prontos quando os militares se levantaram contra a república. (...) Eu não era violenta, as armas até hoje me dão horror. Fiquei ao lado de uma enfermaria, ajudava a cuidar dos companheiros feridos. Quarenta e oito horas depois, Barcelona foi liberada. Isto eu vi pessoalmente.

A economia voltou a andar logo em seguida com os homens da CNT. No início, em coletividades, coletividades de todos os ramos industriais, coletividades agrícolas do Levante, Aragão e Catalunha, que funcionaram perfeitamente. Nós realizamos a utopia; ela é possível e ninguém poderá nos contradizer.

Quando eu estava nas Juventudes Libertárias da metalurgia, as companheiras do Mujeres Libres vieram me procurar. Esse movimento foi

criado por mulheres cenetistas e anarquistas em abril de 1936, apenas três meses antes do começo da revolução. Elas pensavam que esse movimento especificamente feminino era necessário porque os problemas da emancipação feminina não eram resolvidos, mesmo dentro dos nossos próprios meios. (...) Eu tinha na época a opinião de quase toda a maioria. Que era de lutar juntos homens e mulheres pela emancipação de todo o gênero humano. O raciocínio era sensato, mas a prática deu razão àquelas companheiras. (...) Depois da minha adesão ao grupo que percebi a necessidade de sua existência. A teoria é uma coisa, a prática é outra. Na Espanha, machista por tradição, era mais do que necessário.”⁸²



As histórias das famílias dessas mulheres anarquistas permeadas pelos acontecimentos políticos que marcaram a entrada da Espanha no séc. XX. Nesse momento, o país convivia com uma estrutura marcadamente aristocrata, que mantinha totalmente excluídas as populações camponesas e operárias. Segundo o historiador Pierre Broué, aproximadamente 70% da população espanhola concentrava-se na área rural, a grande maioria vivendo de uma agricultura rudimentar. A indústria, que apareceu principalmente durante a Primeira Guerra Mundial, era regionalmente limitada, ocorrendo principalmente no País Basco e na Catalunha. Essas duas regiões, possuindo culturas diversas do resto da Espanha, já naquela época lutavam pelas suas autonomias. A concentração da indústria em suas áreas, no entanto, prejudicava em muito essa luta⁸³.

Vários autores concordam com a grande centralização da propriedade da terra, naquele período, nas mãos de uma oligarquia latifundiária, os *terratenientes*. José Peirats, por exemplo, aponta que apenas 3,46% do total de proprietários detinham aproximadamente 52% das terras na Espanha⁸⁴. Casos como o do Duque de Medinaceli,

⁸² Retirado de CARPEÑA, Pepita **De toda la vida**. Paris: Éditions du Monde Libertaire/ Ed. Alternative Libertaire, 1998.

⁸³ BROUÉ, Pierre **A Revolução Espanhola – 1931-1939** São Paulo: Perspectiva, 1992.

⁸⁴ PEIRATS, José **La CNT en la Revolución Española** Tomo 1 Colômbia: Carvajal SA, 1988, pp.270-272.

que possuía sozinho mais de 79 mil hectares de áreas cultiváveis, não eram raros. Mais ou menos três milhões de trabalhadores rurais viviam do trabalho assalariado nos grandes latifúndios, ou como arrendatários ou meeiros ou ainda tentavam sobreviver com suas minúsculas propriedades. Essa situação em um país predominantemente agrícola era, no mínimo, explosiva. Também a Igreja Católica, tradicionalíssima na Espanha, se fazia presente como uma grande *terrateniente*, tendo também sob o seu controle praticamente todo o ensino no país.

Frente a essas condições, a Espanha, a partir de meados de 1910, presenciou a criação de várias organizações operárias e sindicatos, organizações que aparecem nos relatos de nossas mulheres, principalmente a UGT (União Geral dos Trabalhadores, fundada em 1888), de orientação marxista e a CNT (Confederación Nacional del Trabajo - 1910), a organização anarquista. Para Carlos Semprún-Maura, a CNT era uma organização que não possuía equivalente dentro do movimento operário internacional porque era a única organização anarquista de massas do século XX, chegando a atingir a enorme cifra de 2,5 milhões de afiliados em 1938, em plena guerra civil⁸⁵. Dentro da CNT, fundou-se também a FAI (Federación Anarquista Ibérica - 1927), chamada de “líder ideológica” e “braço armado” da organização. A FAI não constituía um grupo de massas, mas sim uma federação de pequenos grupos que procuravam militar por um “anarquismo puro” dentro da CNT, o que causava imensos conflitos. Muitas vezes, esses grupos acabavam também transformados em comitês de defesa dos sindicatos. O grupo mais conhecido da época era “*Los Solidarios*”, formado por militantes famosos como Buenaventura Durruti, os irmãos Francisco e Joaquim Ascaso e Juan García Oliver. Dentro do movimento libertário, criou-se também nesse momento a FIJL (Federación Iberica de Juventudes Libertarias).

Assim, a situação da estrutura social na Espanha no começo do séc. XX apresentava, de um lado, o operariado, os camponeses e os grupos separatistas basco e catalão, e de outro, a pequena oligarquia detentora do poder. Esse embate resultou em conflitos freqüentes. As greves, manifestações e protestos eram violentamente reprimidos. Para não perder o controle social e político, em 1923 essa oligarquia, com o apoio aberto da monarquia de Alfonso XIII, apóia o golpe militar do general Miguel Primo de Rivera. A

⁸⁵ SEMPRÚN-MAURA, Carlos **Revolucion e contrarrevolucion en cataluña (1936-1937)** Barcelona: Tusquets Editor, 1978, pp.49-52.

ditadura de Rivera foi marcada por uma intensa repressão aos republicanos e ao movimento operário e camponês, resultando em uma grande fuga de muitas famílias para outros países, como observamos no caso de Antonia e Lola.

Em 1929, a Espanha também caiu frente à grande crise financeira, e o governo, já desgastado, perdeu por fim o seu apoio entre a burguesia. Em 1930, Primo de Rivera foi afastado pela monarquia e seguiu em exílio para a França. Menos de um ano depois a monarquia também seria "dispensada" pela oligarquia do país. Alfonso XIII renunciou, a tradicional monarquia espanhola achava um fim tranquilo, e a Espanha seguia com a sua Segunda República. A abertura política do país trouxe de volta muitos daqueles emigrantes, esperançosos com a nova situação. A família de Lola voltou em 1931, a de Antonia em 1934, e Maruja Lara, *mujer libre* ainda a ser apresentada, retornou em 1932. Também retornaram nesse momento grandes militantes anarquistas espanhóis, como os já citados Durruti e Ascaso, que mais tarde se tornariam heróis da Revolução. Segundo Frank Mintz, este retorno de uma grande quantidade de famílias para a Espanha piorou o desemprego e a situação econômica do país, que ainda enfrentava a forte crise internacional de 1929⁸⁶.

O novo governo foi formado por representantes de várias correntes, e várias medidas foram tomadas tentando realizar mudanças no cenário econômico e social do país. Uma batalha contra a Igreja foi travada, pondo fim à obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas, por exemplo. A Lei de Reforma Agrária também foi aprovada, mas com tantas brechas e escapes que muito pouco pode fazer pelos camponeses. O estatuto de autonomia da Catalunha também foi aprovado. Ao longo dos primeiros meses, o sufrágio feminino, o casamento civil e o divórcio entraram nessa lista de inovações. Ainda que com esses novos direitos, poucas mulheres realmente os aproveitaram porque não houve, juntamente com as alterações legais, modificações na cultura e mentalidade: a grande maioria continuava dentro de casa, longe da escola.⁸⁷

Em novembro de 1933, ocorreram novas eleições, e as divergências entre os sindicatos e partidos de esquerda acabaram por possibilitar uma vitória da direita conservadora, formada por católicos, monarquistas e até uns primeiros adeptos do fascismo. É neste momento que observamos a criação de instituições representativas das oligarquias:

⁸⁶ MINTZ, Frank "Ensinaamentos da Autogestão Espanhola" in LEVAL, Gaston; BERTHIER, René e MINTZ, Frank **Autogestão e Anarquismo** São Paulo: Imaginário, 2002, p.76.

⁸⁷ Cf.: BROUÉ, Pierre, *op. cit.*, pp.49-86.

CEDA (Confederación Española de las Derechas Autónomas - 1933), conservadora e católica, a JONS (Juntas de Ofensivas Nacional Sindicalista - 1931) e a Falange Española (1933), sendo estas duas últimas organizações declaradamente fascistas.⁸⁸

Esse novo governo foi pródigo em acabar com todas as medidas populares anteriores, cancelando inclusive a autonomia da Catalunha. A nova situação realinou as esquerdas, que fundaram a Aliança Operária, e fez explodir inúmeras revoltas e greves operárias. Três grandes tentativas insurrecionais ocorreram em janeiro de 1932, janeiro de 1933 e dezembro de 1933 em diferentes regiões. Logo depois, em 1934, na região de Astúrias, ocorreu o movimento que ficou posteriormente conhecido como a Comuna Asturiana. Assim escreve o historiador Pierre Broué:

"Em todas as aldeias mineiras, constituíram-se comitês locais que, desde a noite do dia 4 de outubro [1934], lançam a greve geral, ocupam, no dia 5, a maioria das localidades, atacando de surpresa e desarmando as forças de polícia, ocupando, enfim, a capital da província, Oviedo, no dia 6. A notícia do fracasso [das greves] de Barcelona e Madri não diminui a vontade de combate dos mineiros, cujos comitês tomam o poder em mãos, armando e organizando as milícias, fazendo reinar uma ordem revolucionária muito estrita, ocupando os edifícios, confiscando as empresas, racionando os víveres e as matérias-primas. (...) Seguro de ocupar o restante da Espanha, o governo emprega os grandes meios e, aconselhado pelos generais Goded e Franco, confia ao General López Ochoa, encarregado da reconquista, tropas de elite, marroquinos e Legião Estrangeira. Oviedo cai no dia 12 de outubro (...). A resistência continua e o Exército retomará aldeia mineira após aldeia até do dia 18 de outubro, quando o socialista Belarmino Tomás negocia a rendição dos insurretos. (...) A repressão é brutal: mais de 3.000 trabalhadores mortos, 7.000 feridos (...)"⁸⁹.

Esse segundo governo da república, de 1933 a 1935, foi denominado de “Biênio Negro” pelos militantes devido à intensa repressão, às prisões políticas e ao terrorismo de grupos paramilitares anti-esquerdistas, em muito apoiados pelas polícias locais. Finalmente, no dia 16 de fevereiro de 1936, novas eleições foram realizadas e a Frente Popular, apoiada

⁸⁸ Cf.: MONTERO, J. R. **La Ceda** tomos I e II Madri: Revista del Trabajo, 1977 *apud* BOLLOTEN, Burnett **La Guerra Civil Española – Revolucion y contrarrevolucion** Espanha: Alianza Editorial, 1997.

⁸⁹ BROUÉ, Pierre *op. cit.*, pp. 52-53.

pela Aliança Operária, obteve uma vitória confortável. Até os anarquistas deixaram de lado a sua tradicional campanha pelo voto nulo, e a escolha de votar ou não partiria de cada um de seus membros. Tal medida foi tomada devido à esperança de que a Frente Popular, quando eleita, cumprisse sua promessa de libertar todos os presos políticos. Com a vitória declarada da esquerda, a população não esperou as ordens do governo e invadiram as prisões para soltar seus companheiros. O clima político foi ficando cada vez mais acirrado e estava claro, para os dois lados, que uma guerra era iminente e inevitável...

A formação anarquista: educação e reconstrução de si

As experiências de Lola Benavent e Concha Pérez abrem, aqui, uma possibilidade de abordar também as concepções que regeram a pedagogia libertária e o “formar-se anarquista” dessas militantes. Concha passou grandes momentos junto aos ateneus libertários, e Lola teve o início de sua educação realizada por um professor racionalista que, como ela mesma diz, marcou-a para o resto de sua vida.

A pedagogia anarquista esteve, a partir de 1901, fortemente marcada pelas idéias de Francisco Ferrer y Guardia. Este pensador espanhol fora condenado à morte e executado no ano de 1909, acusado de ser o planejador das revoltas que ocorreram na chamada “Semana Trágica”⁹⁰ em Barcelona. Sua pedagogia, porém, sobreviveu à sua morte, e tornou-se uma grande referência para o movimento anarquista em geral. Até no Brasil houve fortes ressonâncias de suas idéias. Como apontam Francisco Foot Hardman e outros historiadores do tema, nos anos de 1910 a 1914, assistimos à criação de várias escolas anarquistas, na cidade de São Paulo, que utilizavam os pensamentos de Ferrer⁹¹.

⁹⁰ A “Semana Trágica” de Barcelona ocorreu em julho de 1909 quando o Exército espanhol, ao convocar reservistas para enviar tropas ao Marrocos, provocou a revolta de muitos trabalhadores, que iniciaram uma greve geral. O que começou com uma recusa transformou-se rapidamente em uma revolta muito maior por parte dos operários, especialmente anarquistas, contra a situação de exploração que viviam. O governo reprimiu violentamente esse movimento, com cerca de 5 mil prisões e algumas penas de morte, entre elas a de Ferrer, que foi preso mesmo sem ter tido qualquer participação no evento. Cf.: MONÉS, Jordi, SOLÀ, Pere e LÁZARO, Luis Miguel **Ferrer Guardia y la pedagogia libertaria: elementos para un debate** Barcelona: Icaria Editorial, 1980.

⁹¹ HARDMAN, Francisco Foot **Nem pátria, nem patrão – Vida operária e cultura anarquista no Brasil** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984. Confira também RAGO, Margareth **Do Cabaré ao Lar – a utopia da cidade disciplinar – Brasil (1890-1930)** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Para este pedagogo libertário, a educação era importante não só pela formação dos jovens e crianças como pelo seu caráter revolucionário, pois era condição prévia para qualquer mudança política e social. Ferrer escreveu uma obra intitulada **A Escola Moderna**, na qual explicita todos os fundamentos da sua pedagogia libertária⁹². Entre eles, podemos citar: a ciência e o uso da razão natural (em oposição à razão artificial, aquela imposta pelos valores do capitalismo e da burguesia) como a grande base para a educação; o desenvolvimento do caráter; a importância da psicologia da criança; a co-educação entre os sexos e entre as classes sociais e a total liberdade dentro das escolas⁹³.

Na Espanha, as chamadas “escolas racionalistas” foram fundadas pelos anarquistas dentro dos seus sindicatos e ateneus, tendo havido, no período da Segunda República e da Guerra Civil, uma explosão do número desses centros de educação. Vários anarquistas espanhóis das gerações de 1910 e 1920 foram formados nessas escolas.

Segundo Javier Navarro, os testemunhos de ex-militantes que estudaram nessas escolas racionalistas colocam-nas como lugares lúdicos, felizes, marcantes, em oposição ao “inferno” da autoridade dentro das escolas estaduais e religiosas, extremamente conservadoras. E mais do que os conteúdos, essas pessoas lembram os valores morais difundidos nelas⁹⁴.

Essas escolas, ainda segundo Navarro, eram caracterizadas por aulas ativas, em que o interesse dos alunos guiava os estudos, não existiam castigos e nem prêmios que incentivassem a competitividade, e existia uma verdadeira paixão pelas excursões aos campos e as lições ao ar livre⁹⁵. Como define a frase de Ferrer y Guardia, “*A melhor escola é a sombra de uma árvore*”⁹⁶. A alegria com que Lola Benavent relembra suas idas aos campos com o novo professor racionalista da pequena vila é significativa, por mais edulcorada que seja, bem como a oposição que ela constrói entre esse professor e a freira da escola religiosa que lhe quebrou os dedos da mão como punição.

⁹² FERRER y GUARDIA, Francisco **La Escuela Moderna** Argentina: Ediciones Solidaridad, 1960.

⁹³ MONÉS, Jordi, SOLÀ, Pere e LÁZARO, Luis Miguel **Ferrer Guardia y la pedagogia libertaria: elementos para un debate** Barcelona: Icaria Editorial, 1980.

⁹⁴ NAVARRO, Javier **A la Revolución por la cultura – Prácticas culturales y sociabilidad libertarias en el País Valenciano, 1931-1939** Valência: Universitat de València, 2004.

⁹⁵ O diretor José Luis Cuerda produziu uma bela visão dessa educação libertária no filme “A língua das Mariposas” (Espanha, 1999).

⁹⁶ FERRER Y GUARDIA, Francisco *apud* NAVARRO, Javier *op. cit.*, p.109.

Para entendermos melhor este tipo de educação, cito aqui a lembrança de Federica Montseny sobre a educação que recebera da mãe. Federica não foi à escola, aprendeu tudo em casa tendo sua mãe, a também famosa militante anarquista Soledad Gustavo, como sua tutora. Sobre isto, ela escreve em sua autobiografia:

*“Eu deveria observar um regime especial de distribuição do tempo. A manhã estava destinada ao estudo. As tardes eram livres. Minha mãe também não me torturou com lições que deveria aprender a todo custo. Quanto não entrava na minha cabeça sem esforço, deixava-se para mais tarde. Minha mãe pertencia a uma geração em que as idéias de Rousseau sobre a educação das crianças ainda tinham singular vigência. (...) A base principal, o método pedagógico de minha mãe consistia essencialmente em despertar minha curiosidade, remetendo-me às leituras que poderiam ampliar meus conhecimentos. (...) À tarde deveria estudar minha lições e poderia dedicar o tempo que me sobrava livre à leitura. Ainda me vejo sentada na escada que conduzia ao terraço, na qual meu pai tinha instalado estantes escalonadas cheias de livros, entregue à minha paixão favorita. (...) Porque a grande inteligência dos meus pais consistia em me colocar na pista dos autores que progressivamente ia compreendendo. Era eu mesma que descobria e selecionava as leituras, conforme me interessavam ou me entediavam.”*⁹⁷

Podemos observar como sua mãe deixou livre o caminho do pensamento de Federica. Acreditava que, se ela não gostasse de algum assunto, era porque ainda não estava pronta para ele. Além disso, podemos ver também o enorme papel da literatura e do autodidatismo em sua formação. Para os anarquistas, a leitura de livros possuía um papel muito importante na formação ideológica dos militantes, pois acreditavam que, quanto maior a leitura, e portanto a cultura, mais ativa seria a militância, e maior capacidade teria o indivíduo de debater, conversar, ensinar e realizar propaganda do movimento. Por isso também assistimos, dentro do movimento anarquista, a uma tradição de constituição de grupos de leituras em voz alta para os companheiros analfabetos, assim como um enorme esforço para criar bibliotecas públicas e para publicar diversas obras consideradas importantes a baixo custo, para que os operários pudessem comprá-las e formar assim suas próprias bibliotecas. Novamente segundo Javier Navarro, numerosos estudos destacam a

⁹⁷ MONTSENY, Federica **Mis primeros cuarenta años** Espanha: Plaza & Janes Editores, 1987, pp.17-25.

importância que os anarquistas davam à educação, pois esta era essencial para seu projeto de liberdade⁹⁸, nessa visão fortemente marcada pelos ideais iluministas.

Trata-se, obviamente, de uma experiência comum aos anarquistas em vários países. Luce Fabbri, famosa pensadora libertária italiana, lembra-se da biblioteca popular aberta em Bolonha por seu pai para funcionar em horário noturno, pois era destinada aos trabalhadores. O município pagava a compra dos livros e o aluguel do prédio, e a pequena biblioteca abria a partir das 21h para os operários que não podiam buscar livros em outras instituições durante o dia. E eram muitos os que freqüentavam o local, mesmo cansados após as extenuantes jornadas de trabalho⁹⁹. Como afirma Rago, a biblioteca era também um espaço de sociabilidades, de construção de redes de amizade e camaradagem. Como se lembra Luce,

“Todos os operários da localidade chegavam e pegavam livros, discutiam, falavam do que tinham lido, perguntavam a meu pai; alguns pediam conselho ao meu pai sobre as leituras... As conversas giravam muito em torno dos livros, ‘gostei’, ‘não entendi nada’... Então, meu pai sugeria ler este que era mais fácil, fazia um pouco um trabalho de ensino. Quando havia interesse por um determinado tema, ele comprava mais livros, podia ser de sociologia e história, era o que mais interessava às pessoas. Outros queriam romances, ele indicava autores e depois discutiam quando devolviam os livros; às vezes, saíam discussões, intervinham outros, ‘eu gostei’, ‘eu não’, ‘por que gostou?’.”¹⁰⁰

Além dos livros, os periódicos anarquistas tinham uma enorme importância na formação do militante, e, entre as mulheres, as chamadas “Novelas”, pequenas histórias com lições morais anarquistas, eram muito difundidas, como lembra Antonia Fontanillas em seu depoimento. Uma das mais influentes, “La Revista Blanca”, era editada pela militante Soledad Gustavo e seu marido, Federico Urales. Nascida na mesma geração de importantes militantes feministas e anarquistas como Teresa Claramunt, Soledad Gustavo, pseudônimo de Teresa Mañé, também foi uma militante anarquista de destaque, e apareceu frequentemente na imprensa com seus textos políticos. Por causa da repressão e

⁹⁸ NAVARRO, Javier *op. cit.*, p.18.

⁹⁹ Cf.: RAGO, Margareth **Entre a História e a Liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo** São Paulo: UNESP, 2001.

¹⁰⁰ FABBRI, Luce *apud* RAGO, M., *idem*, p.220.

perseguição do governo contra os anarquistas, principalmente após os Processos de Montjuich (1896)¹⁰¹, Teresa e seu marido Federico Urales se exilaram em Londres em 1897¹⁰². No entanto, logo regressaram para a Espanha e instalaram-se em Madri, onde criaram e editaram juntos “La Revista Blanca”, bem como outros títulos, a saber, “Estudios” e “Generacion Consciente”, e nos quais Soledad Gustavo escrevia frequentemente¹⁰³.

Em 1905, nasceu Federica Montseny, única filha do casal. Toda a abertura para as mulheres conquistada por militantes como Teresa Claramunt e Soledad Gustavo foram aproveitadas ao máximo por algumas moças desta geração de Federica, incluindo as fundadoras do grupo *Mujeres Libres*. Ela foi uma mulher formada nessa tradição anarquista e também feminista. Considerava Teresa Claramunt como sua mãe espiritual, tamanha a admiração que sentia por essa pioneira. Federica teve todas as oportunidades para desenvolver-se, e foi uma escritora anarquista de muita importância, com seus artigos políticos e pequenos contos que eram publicados em “La Novela Ideal”, suplemento literário de “La Revista Blanca”, os quais ela passou a editar junto com seus pais em 1923. Foi também uma grande oradora, reconhecida no meio operário, o que a levou ao cargo de Ministra da Saúde em 1937, a partir do qual ela conseguiu aprovar a legalização do aborto.

As novelas que Federica escrevia para “La Novela Ideal” apresentavam, na sua maioria, uma temática feminista, em que mulheres sofriam pelos prejuízos morais advindos da religião católica e de sua submissão. Por exemplo, no conto “Las Santas” (“La Novela Ideal” nº5, 1925), Federica narra os esforços de duas mães solteiras para trabalharem em uma sociedade que as julgava pecadoras. O texto se preocupa em mostrar como essas mães suportaram e venceram as adversidades através de seus esforços, educação e principalmente pela solidariedade entre elas mesmas. Ainda que hoje possamos criticar estas novelas como ingênuas ou demasiado românticas, elas tinham um caráter de denúncia muito forte, principalmente de questões de gênero, e eram muito importantes, como já foi dito, na

¹⁰¹ Processos realizados em 1896 pelo governo espanhol contra líderes anarquistas acusados de um atentado a bomba realizado no dia 07 de junho deste ano e que culminou em uma forte repressão, muitas prisões e deportações. In IÑIGUEZ, Miguel **Esbozo de una enciclopedia del anarquismo español** Madrid: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 2001, pp.414-415, verbete “MONTJUICH”.

¹⁰² IÑIGUEZ, Miguel *op. cit.*, pp.369-370, verbete “MAÑÉ, Teresa”.

¹⁰³ Sobre estas revistas, cf.: RAGO, Margareth “Es que no es digna la satisfacción de los instintos sexuales? Amor, sexo e anarquia na Revolução Espanhola” in SOARES, Carmen Lúcia (org.) **Corpo e História** Campinas: Autores Associados, 2006.

formação das jovens do meio operário naquela época. A maioria não tinha oportunidades de receber alguma educação além do básico, e essas revistas eram, às vezes, a única forma de entrarem em contato com os valores anarquistas. E o fato de terem sido escritas também por mãos femininas as aproximava muito mais da realidade das jovens que as liam.

Ainda dentro da questão da educação anarquista, não podemos nos esquecer dos ateneus libertários, que também constituíam grandes oportunidades de formação para as mulheres, e dos quais Concha Liaño lembra-se com tanto carinho. Afinal, como ela diz, foram os dias mais felizes de sua vida. Tratava-se de centros de cultura anarquistas voltados para jovens, nos quais eram oferecidos diversos cursos: alfabetização para adultos; cultura geral para complementar a formação dos jovens – a maioria – que tiveram que sair da escola muito cedo para trabalhar; aulas de línguas, em especial o esperanto, que atraía muitos interessados; e cursos técnicos/profissionalizantes.

Os ateneus, no entanto, eram mais do que escolas. Todos os tipos de atividades culturais também eram promovidos, em especial as artísticas como teatro e música. Além disso, também eram organizadas freqüentes excursões para o campo ou para outras cidades para promover encontros entre os jovens.

Por causa dessas características, os ateneus conseguiam atrair muitos mais jovens, moças e rapazes, do que os sindicatos. Para muitos, era a porta de entrada para o movimento operário e para a vida de militante. Por isso, tanto os ateneus quanto as escolas racionalistas eram mantidos ou contavam com a ajuda dos sindicatos locais. Além disso, a formação dos indivíduos nesses centros educacionais não se restringia aos conteúdos intelectuais, mas sim passava, necessariamente, por uma formação ética, na qual estes jovens deveriam apresentar um comportamento na vida diária coerente com os valores libertários.¹⁰⁴

Para Christian Ferrer, por esta exigência de uma coerência, o anarquismo nunca foi um projeto utópico para o futuro, mas sim uma forma de existência no presente. Fazendo um balanço sobre a experiência anarquista, ele afirma:

“Para eles [os anarquistas], a liberdade era uma experiência vivida, resultado da coerência necessária entre meios e fins, e não um efeito de declamação, uma promessa

¹⁰⁴ Cf.: também GALLO, Silvio **Pedagogia do Risco – experiências anarquistas em educação** Campinas: Papirus, 1995.

*para um ‘depois do estado’. De maneira que, para efeitos práticos, o anarquismo não constitui uma forma de **pensar** a sociedade de dominação, mas uma forma de **existência contra** a dominação. Na idéia de liberdade do anarquismo não havia unicamente um ideal, mas também um objetivo que reclamava por diferentes práticas éticas, ou seja, de correias de transmissão entre a atualidade da pessoa e a radicalização do porvir anunciado.”¹⁰⁵ [grifos meus].*

Seria interessante, dentro desta questão, contar uma pequena história que envolve o famoso anarquista espanhol Buenaventura Durruti. Quando fazia parte, na década de 1920, do grupo anarquista “Os Solidários”, Durruti e seus amigos realizavam muitos assaltos. Com este dinheiro, eles compravam armas para os operários, ajudavam as famílias dos companheiros presos e doavam todo o resto para os sindicatos. Não ficavam com absolutamente nada para si, sobreviviam do seu próprio trabalho – Durruti era mecânico de trens. Com o tempo, ele ficou muito conhecido por sua militância, tornando-se *persona non grata* em muitas cidades e países. Mas sua mãe, apesar de tudo, nunca acreditou que seu filho roubasse. Em uma conversa com um amigo uma vez, disse:

“Bem, neste caso, eu acho que já não entendo mais o mundo. Nos jornais sempre dizem que Durruti fez isto ou aquilo, que estava aqui ou ali, mas toda vez que ele retorna para casa está vestido em trapos. Vejam só o estado dele! O que passa pela cabeça desses jornalistas? Eles estão precisando de um bode expiatório. (...) Toda vez que ele volta para casa eu tenho que costurar seus trapos, e nos jornais escrevem que ele tem pilhas de dinheiro.”¹⁰⁶

Esta atitude de Durruti, de solidariedade e desapego ao dinheiro como riqueza individual, não era uma exceção. É um exemplo de coerência das atitudes cotidianas com as idéias anarquistas, e que levou Christian Ferrer a pensá-la como uma forma de construção ética de si destes libertários. Segundo esses princípios anarquistas, o indivíduo que abraçava o anarquismo deveria efetuar uma reconstrução moral e subjetiva, deveria

¹⁰⁵ FERRER, Christian “Átomos soltos: a construção da personalidade entre os anarquistas do início do séc. XX” in *Verve Revista Semestral do Nu-Sol – Núcleo de Sociabilidade Libertária/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais*, PUC-SP, nº5, maio de 2004, pp.161-162.

abandonar todos os males, vícios e hábitos da sociedade burguesa, que só constituíam uma vida falsa, e entrar em uma “nova fé”, acreditar na possibilidade de um mundo novo, e lutar por ele. Alguns novos militantes inclusive optavam por mudar de nome, para marcar dessa forma o fim de uma vida e o começo de outra. Geralmente, os nomes tinham significados relacionados à idéia, como Liberdade ou Liberto, Esperança, Ideal, Revolução. Para Christian Ferrer, isto mostra como o anarquismo é duplo, como a figura de um centauro - metade fé, metade razão.

Esta reconstrução do indivíduo, da sua subjetividade se daria por novos “cuidados de si”, ou “artes da existência”. Utilizo aqui os conceitos apresentados por Foucault nos três volumes da sua obra **História da Sexualidade**, em que realiza uma vasta indagação sobre o surgimento e consolidação dos modos de sujeição do indivíduo moderno (no primeiro volume), bem como busca um contraponto nas relações de si da Antigüidade (segundo e terceiro volumes). Foucault chama a este trabalho de genealogia da “ética”, já que entende por ética o *rapport a soi* daquele mundo antigo, a relação estabelecida consigo mesmo. E para trabalhar esta relação como práticas de liberdade, cria o conceito de subjetivação a partir das “artes da existência”: *“Deve-se entender, com isso, práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo.”*¹⁰⁷

Para Foucault, as regras que regem a sociedade moderna são normativas e universalizantes, pois estão muito preocupadas em ditar o que é certo e o que é errado, o que é lícito e ilícito, o que é bom e o que é mau para todos e todas, independente das diferenças individuais. Já na Grécia Antiga analisada por ele, as regras – que não eram normas autoritariamente impostas ao indivíduo, mas eram-lhe prescritos como conselhos e sugestões – não proibiam os comportamentos, apenas apontavam para as conseqüências dos atos através de um problema-chave: eles seriam capazes de produzir uma vida bela ou não? E abriam espaço para as práticas da liberdade através das quais cada indivíduo deveria elaborar as próprias relações com essas conseqüências, se boas ou se más. Foucault define

¹⁰⁶ Depoimento de Florentino Monroy in: ENZENSBERGER, Hans Magnuns **O curto verão da anarquia: Buenaventura Durruti e a Guerra Civil Espanhola** São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp.54-55.

¹⁰⁷ FOUCAULT, Michel **História da Sexualidade 2 - O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.15.

essa moral como prescritiva, já que preocupada mais com a constituição individual de uma estética de si do que com a normatização das práticas.

Além disso, os modos como os sujeitos se relacionam com essas regras também são ignorados na sociedade moderna. É nessa relação que, segundo o filósofo, o indivíduo se constitui como sujeito moral, o que significa uma constituição *“na qual o indivíduo circunscreve a parte dele mesmo que constitui o objeto dessa prática moral, define sua posição em relação ao preceito que respeita, estabelece para si um certo modo de ser que valerá como realização moral dele mesmo; e, para tal, age sobre si mesmo, procura conhecer-se, controla-se, põe-se à prova, aperfeiçoa-se, transforma-se”*¹⁰⁸.

Assim, ele diferencia ética e moral na constituição de si dos indivíduos: ética seria o tipo de relação que se deve ter consigo mesmo *“e que determina a maneira pela qual o indivíduo deve se constituir a si mesmo como o sujeito moral de suas próprias ações”*¹⁰⁹, e a moral seria o código, as normas instituídas, bem como o comportamento efetivo das pessoas. Segundo Gilles Deleuze, refletindo sobre essas problematizações foucaultianas: *“A diferença é esta: a moral se apresenta como um conjunto de regras coercitivas de um tipo especial, que consiste em julgar ações e intenções referindo-as a valores transcendentais (é certo, é errado...); a ética é um conjunto de regras facultativas que avaliam o que fazemos, o que dizemos, em função do modo de existência que isso implica.”*¹¹⁰.

Ao contrário da constituição de si elaborada na era cristã, em que o sujeito deveria anular-se em nome de um paraíso futuro, ou no tempo contemporâneo, em que devemos buscar sozinhos uma suposta essência existente dentro de nós mesmos, a relação de si da Antiguidade era um eterno conhecer-se e construir-se na relação com o outro. Como afirma o filósofo Frédéric Gros, isso *“significa dizer que a ‘subjetividade’ (...) não remete evidentemente nem a uma substância nem a uma determinação transcendental, mas a uma reflexividade que se poderia chamar de prática: uma maneira de se relacionar consigo mesmo para se construir, para se elaborar. (...) A história que Foucault quer descrever em 1982 é a das técnicas de ajuste da relação de si para consigo: história que leva em conta os exercícios pelos quais eu me constituo como sujeito, a história das técnicas de*

¹⁰⁸ *idem, ibidem*, p.28.

¹⁰⁹ Entrevista com Michel Foucault in DREYFUS, L. Hubert e RABINOW, Paul **Michel Foucault – Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da Hermenêutica** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.263.

*subjetivação, história do olhar a partir do qual eu me constituo para mim mesmo como sujeito.”*¹¹¹

Podemos, agora, tomar este conceito de “cuidados de si” que Foucault cria para pensar a experiência subjetiva e política dos antigos gregos e procurar refletir, com ele, sobre quais as formas que os anarquistas utilizaram para tornar suas vidas “belas”, ou seja, coerentes com sua ética, em determinados momentos históricos. Trata-se de uma reflexão realizada por muitos intelectuais, que acreditam encontrar, nos libertários, exercícios de construção de si muito interessantes. Segundo Edson Passetti, “*os anarquistas foram decisivos fazendo vibrar suas vidas, muitas vezes quase contra todos, para expressar suas possibilidades de existência.*”¹¹².

Para Christian Ferrer, os anarquistas deveriam construir suas subjetividades através de novas práticas e novos relacionamentos, agora de solidariedade e não mais de competição. Era essencial que essa nova subjetividade fosse forte: os anarquistas não deveriam desanimar ante as perseguições, prisões e violências praticadas contra eles, bem como ante os poucos resultados de sua propaganda. Tal resistência seria ainda mais fundamental para os exilados, os quais deveriam sempre lembrar-se de quem eram e viver em coerência com essa identidade, coerência estabelecida entre ideais e práticas.

Ainda assim, era reconhecido que tal coerência nem sempre seria possível, como bem avisa Errico Malatesta, famoso militante e pensador italiano:

*“A moral anarquista só pode ser hoje uma aspiração, um ideal. Ninguém pode viver verdadeiramente como anarquista hoje. **Nem explorador, nem explorado:** e nós somos todos explorados pelos patrões, pelos financistas, pelo Estado e, mesmo sem querer, mesmo sem nos darmos conta, exploramos aqueles cuja situação é pior que a nossa. **Nem oprimidos, nem opressores:** e nós somos todos oprimidos, e todos, à vontade ou à força, pagamos nossos tributos ao Estado que nos oprime a todos. Nós pregamos o amor entre todos, e somos obrigados a odiar os opressores porque o ódio nos nasce espontaneamente em nós como meio de defesa (...). Somos contra a violência, e devemos estar prontos e incitar os outros a estarem prontos a repelir a violência pela violência. (...) ao contrário,*

¹¹⁰ DELEUZE, Gilles **Conversações** Rio de Janeiro: Editora 34, 1996, p. 125.

¹¹¹ GROS, Frédéric “O cuidado de si em Michel Foucault” in RAGO, M. e VEIGA-NETO, A. (orgs.) **Figuras de Foucault** Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.128.

¹¹² PASSETTI, Edson **Éticas dos amigos: invenções libertárias da vida** São Paulo: Imaginário, 2003, p.12.

somos impelidos, para viver, a nos adaptar e a transigir de mil e uma maneiras. Tudo isto porque as condições em que estamos e que não podemos ainda transformar no-lo impõem. (...) Somos anarquistas na medida em que nos revoltamos contra as más influências do ambiente, e o somos tanto mais quanto mais conseguimos vencer estas influências más e lutamos para modificar este meio pernicioso.”¹¹³

Podemos observar que, ainda que exigida, a coerência nas atitudes dos anarquistas passava por uma espécie de modulação ou “bom-senso” de cada um, em que cada anarquista deveria julgar suas atitudes frente a cada condição, e refletir qual a melhor escolha possível para um libertário. E a escolha possível quase nunca era a escolha ideal.

No entanto, podemos identificar muitas práticas anarquistas entendidas como “cuidados de si”, como escolhas éticas. Christian Ferrer cita, por exemplo, o contato e a correspondência constante entre os militantes, que se articulavam em redes de luta e solidariedade. Também as leituras, as palestras e conferências, a imprensa e o teatro para a divulgação das idéias, a importância do autodidatismo, que pode ser entendido como uma ânsia de saber dos militantes. Ferrer comenta ainda sobre alguns modelos de conduta, aos quais ele dá o nome de “decálogo ético”: as recomendações, entre outras, para não beber ou jogar, para não aceitar promoções no trabalho, não se casar na Igreja, não batizar os filhos, escolher nomes com significados anarquistas e, se possível, não enviá-los a escolas religiosas.

Aqui, é muito importante perceber que, ao contrário do veiculado de que o anarquismo visa apenas a negação e destruição da sociedade, seus defensores construíam e ofereciam possibilidades e alternativas em resposta a todas aquelas recomendações: para a educação das crianças havia as escolas modernas, para o matrimônio havia o amor livre, para o bar havia outras opções de lazer como teatros e piqueniques. Os anarquistas não defendiam o fim da sociedade como o fim das relações; muito pelo contrário, eles entediam que os tipos de relacionamentos entre os indivíduos deveriam apenas ser mudados para se tornarem libertários, e não simplesmente destruídos. A anarquia não deseja que cada homem seja uma ilha, muito pelo contrário, ela é crítica deste individualismo e narcisismos

¹¹³ MALATESTA, Errico artigo publicado em *Pensiero e Volontà*, 15/07/1924 in MALATESTA, Errico **Textos Escolhidos** Porto Alegre: LP&M, 1984, p.87.

contemporâneos. Como afirma Rago, *“Da pedagogia libertária ao amor livre, da autogestão nas fábricas e nos campos à criação de centros culturais, ateneus e bibliotecas para os trabalhadores, toda uma tradição de lutas e resistências na história do anarquismo, em inúmeros países do Ocidente, revela que, desde o século XIX, os libertários estiveram comprometidos com a formação de novas individualidades capazes de questionar os códigos burgueses e de recusar a moral particular, imposta para toda a sociedade como universalmente válida.”*¹¹⁴



Revolução e autogestão, debates na História

O orgulho com o qual Pepita Carpeña afirma que presenciou a construção de uma revolução não pode passar despercebido. Ela se coloca em uma posição de testemunha, que pode confirmar aquelas experiências. Podemos entendê-la se pensarmos, por exemplo, em uma tendência de alguns historiadores conservadores de assumir um posicionamento muito crítico em relação às realizações populares durante os anos de 1936-1939. Eles buscam mostrar como as coletivizações, as milícias, as novas formas de vida foram exageradamente retratadas pelos periódicos anarquistas na época e pelas memórias dos antigos militantes. No entanto, ao invés de soarem críticos, seus artigos acabam parecendo apenas negacionistas. Por exemplo, cito o artigo de Edward Malefakis “La revolución social”, de 1986, que se preocupa em questionar as afirmações de outros historiadores mais sensíveis ao tema das coletivizações, e passa trinta longas páginas negando ou diminuindo a revolução social que traz no seu título.¹¹⁵

Autores tão diferentes como Burnett Bolloten, Carlos Semprun-Maura, José Peirats, George Esenwein e Adrian Shubert¹¹⁶, no entanto, apresentam uma visão mais ou menos

¹¹⁴ RAGO, Margareth “Foucault e as artes de viver no anarco-feminismo” in RAGO, M e VEIGA-NETO (orgs.) **Figuras de Foucault**, op. cit., p.166.

¹¹⁵ MALEFAKIS, Edward “La revolucion social” in MALEFAKIS, E. (org) **La Guerra de Espana – 1936-1939** Madri: Taurus, 1996, pp. 419-450.

¹¹⁶ Cf.: ESENWEIN, George e SHUBERT, Adrian **Spain at War – The Spanish Civil War in Context (1931-1939)** EUA: Longman, 1999; PEIRATS, José **La CNT en la Revolución Española** (três tomos)

comum das conquistas populares durante a Revolução Espanhola. Eles afirmam que cada região, cidade, vila, viveu uma experiência diferente, guiada pelas características do trabalho de cada uma, pela proximidade ou não da frente de batalha e pelas centrais sindicais que estavam presentes. O fato de que muitas dessas experiências não foram “ideais” não permite que sejam simplesmente descartadas como inexistentes.

Concordam também que as coletivizações foram espontâneas. Após a greve geral comandada pela CNT/UGT para combater os militares golpistas em julho de 1936, estas centrais apenas chamaram seus militantes de volta ao trabalho, sem referências ou ordens para expropriações e coletivizações. No entanto, os trabalhadores, em sua grande maioria, tomaram essa iniciativa por conta própria, tanto nas indústrias e serviços urbanos quanto nas áreas agrícolas. Como diz Semprun-Maura:

“A partir do dia 21 de julho, ou seja, no dia seguinte à vitória sobre os militares, a imprensa estava cheia de relatos muito reveladores do novo ‘estado de ânimo’ dos operários. Em todas as partes, grupos de trabalhadores armados começaram as expropriações. Vestidos com seus macacões, lenço vermelho, ou vermelho e negro, no pescoço, na cabeça uma boina ou um gorro, com armas muito variadas, (...) eram o verdadeiro povo armado em ação.”¹¹⁷

Nas cidades, os sindicatos passaram a controlar os correios e telégrafos, as emissoras de rádio e as comunicações telefônicas. Como diz Bolotten, até o controle de portos e fronteiras passou para as mãos dos trabalhadores reunidos em organismos locais organizados pelos sindicatos. As empresas de ônibus, bondes, trens e táxis também foram coletivizadas.

Nas indústrias, a iniciativa popular foi em muito favorecida pela fuga em massa dos patrões. Os antigos donos que ficaram sofreram, algumas vezes, a vingança violenta dos operários logo nas primeiras semanas, o que foi rapidamente contido depois. Outros patrões foram aceitos como trabalhadores comuns, ganhando um salário igual ao dos demais. As fábricas “*incautadas*”, ou seja, administradas de forma autogestionária, funcionavam

Colômbia: Carvajal SA, 1988; BOLLOTEN, Burnett **La Guerra Civil Española – Revolucion y contrarrevolucion** Espanha: Alianza Editorial, 1997; SEMPRÚN-MAURA, Carlos **Revolucion e contrarrevolucion en cataluña (1936-1937)** Barcelona: Tusquets Editor, 1978.

¹¹⁷ SEMPRUN-MAURA, Carlos *op. cit.*, p.33.

através de comitês, formados pelos próprios trabalhadores daquela fábrica, e sindicatos, que decidiam juntos quais eram as melhores formas de trabalho e produção a serem adotados.¹¹⁸

As grandes empresas de capital estrangeiro não foram coletivizadas, mas os trabalhadores criaram comitês de intervenção que, na prática, passaram a controlar as administrações. A maioria, no entanto, foi coletivizada, passando a ser administrada no sistema de autogestão por um comitê operário eleito. Poucas foram de fato socializadas, isto é, todas as empresas de um mesmo ramo uniram-se dentro de uma só administração para ajudarem-se e para iniciar a criação de uma nova economia. Segundo Semprun-Maura,

*“O melhor exemplo, sem dúvida, é o da indústria da madeira que, sob a administração do Sindicato da Madeira (CNT), unificou todas as atividades relacionadas com a madeira, desde o corte das árvores até a venda de móveis, reorganizando todas as oficinas e armazéns. As empresas socializadas constituíam, não obstante, uma minoria. As empresas coletivizadas ignoravam-se mutuamente, inclusive aquelas de um mesmo setor industrial, como o têxtil ou metalúrgico.”*¹¹⁹

Estas indústrias enfrentaram muitos problemas como a falta de matéria-prima, de capital e a diminuição drástica do mercado ao qual atendiam, já que mais de um terço da Espanha estava nas mãos do exército falangista. Ainda assim, os operários foram, dia a dia, lutando com problemas cotidianos para realizar a revolução. Como comentam Esenwein e Shubert,

*“A luta pela conquista de objetivos como esses pode, para alguns, ter parecido quixotesco no contexto de uma guerra civil. Mas não pode haver dúvida de que o idealismo social do movimento coletivista foi largamente responsável por aumentar o moral da retaguarda e por dar às massas despossuídas uma razão para lutar.”*¹²⁰

¹¹⁸ Cf.: AVELINO, Nildo “A constituição de si na Revolução Espanhola” in *Verve Revista Semestral do Nu-Sol – Núcleo de Sociabilidade Libertária/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais*, PUC-SP, nº10, 2006, pp.182-202., e LEVAL, Gaston, BERTHIER, RENÉ e MINTZ, Frank **Autogestão e Anarquismo** São Paulo: Ed. Imaginário, 2002.

¹¹⁹ *idem, ibidem*, p.101.

¹²⁰ ESENWEIN, George e SHUBERT, Adrian *op. cit.*, p.143.

Os estudos das conquistas nas regiões agrícolas também são alvos de muita polêmica, e enfrentam o problema da falta de documentos dos comitês camponeses, destruídos ao longo do avanço do exército franquista. Como diz Pierre Broué,

*“A mesma variedade apareceu nos campos, marcados por um vasto e profundo movimento de coletivização que permanece ainda hoje como uma dos assuntos mais controvertidos da história desse período: coletivização forçada, englobando a todos os habitantes, coletivização voluntária, às vezes englobando a maioria, coletivização somente das terras dos grandes proprietários ou de pequenos lotes reunidos, criação de cooperativas de produção ou de distribuição, experiências de coletivismo integral e supressão do dinheiro, como em Aragão.”*¹²¹

Ainda que com toda essa variedade, as coletivizações nas regiões de Aragão e da Catalunha seguiram as idéias propagadas pela CNT, de orientação anarco-sindicalista e apresentam, por isso, traços comuns. O primeiro passo era a queima de todos os títulos de propriedades das terras. A Igreja local era destruída ou transformada em armazém ou pequeno mercado para trocas. As coletivizações geralmente procuravam seguir o lema “de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade”, não obrigavam os pequenos proprietários a unirem-se ao grupo, deixando-os explorarem suas terras com o trabalho da família, desde que não contratassem mão-de-obra alheia ou prejudicassem o andamento da coletividade. As crianças e os idosos não deveriam trabalhar, as primeiras tinham de freqüentar escolas não-religiosas geralmente até os doze ou catorze anos. Todos os membros deveriam entregar para a coletividade seus bens, como materiais de trabalho e animais, para o uso comum. Uma lista desses bens seria feita para que, caso o indivíduo desejasse deixar a coletividade, poderia levá-los consigo. José Peirats cita, como exemplo, os estatutos da coletivização de Espluga de Francolí, dos quais reproduzo uma parte aqui:

“1-Todos os indivíduos que compõem a coletividade terão os mesmos direitos e deveres. 2- A coletividade será regida pelos acordos tomados em assembléia, regendo a lei da maioria. (...)4-Será criada a cooperativa para a distribuição de produtos de todos os tipos para abastecer a coletividade. 5- A coletividade distribuirá para cada família que a compõem segundo quantidade de membros que a componham. (...) 7-Todos os membros da

¹²¹ BROUÉ, Pierre *op. cit.*, p.111.

coletividade adquirirão na cooperativa os produtos que a mesma oferece, sem moeda, mas será anotado em um talão tudo que foi retirado, e no sábado, o que falta para completar o total que a família tenha a receber, lhe será entregue em moeda. (...) 9-Os membros da coletividade que sofrerem enfermidades, acidentes ou qualquer outro contratempo terão seus gastos pagos e receberão todos os tipos de atenção. 10- As crianças irão à escola até os catorze anos, e quando os indivíduos completarem sessenta anos, já não terão o dever de trabalhar e poderão se dedicar a que quiserem. 11- Na coletividade serão aceitos todos os ofícios, artes e especialidades. (...) 13- A coletividade criará uma granja avícola e fomentará a criação de todo tipo de gado. 14-Para entrar na coletividade será necessário estar afiliado à CNT ou à UGT.”¹²²

Podemos ver nesses estatutos uma clara definição dos deveres dos indivíduos, mas também um sentido de justiça e solidariedade. Depois dessa breve apresentação sobre as coletivizações, entendemos porque o sentimento de Pepita em relação a essas experiências não pode, apesar da tentativa de certos historiadores, ser subestimado. Com emoção, ela lembra: “*Nós vivíamos dias de intensa emoção revolucionária. Nem as horas nem o cansaço nos fazia ceder, nós nos sentíamos vivos*”¹²³. Segundo Frank Mintz¹²⁴, no período da guerra civil, 758 mil pessoas viveram de forma autogestionária nos campos, e cerca de um milhão nas cidades. Apesar dos muitos erros cometidos nessas comunidades, estes não podem apagar seus acertos, que permanecem vivos nas memórias de muitas pessoas.



Segunda Parte: As mulheres em cena

**** Maruja Lara***

“Todas as amizades me conhecem pelo nome de Maruja, agora, oficialmente, meu nome é Angustias. Nasci em 1917, em Granada.

¹²² “*Normas por las cuales ha de regirse la Agrupación colectivizada de Espluga de Francolí*” apud PEIRATS, José op. cit., p.171.

¹²³ idem, p.24.

¹²⁴ MINTZ, Frank “Ensinamentos da Autogestão Espanhola” in LEVAL, Gaston; BERTHIER, René e MINTZ, Frank op. cit., p.94.

Quando fui embora do Brasil tinha sete anos, mas me levaram menininha, tinha três anos... e quando tinha sete nós fomos para a Argentina. Assim... corri meio mundo. Ficamos na Argentina por oito anos. Chegamos aqui na Espanha no dia 20 de janeiro de 1932, todo esse tempo antes estivemos fora. Eu tinha catorze anos, aquele tempo da puberdade. Só depois, quando tinha dezessete ou dezoito anos, eu entrei nas Juventudes Libertárias.

Meu pai era rebelde, meu pai era rebelde. Na Argentina meu pai participou de todas as greves que ocorreram por causa de Sacco e Vanzetti. Creio que comecei a gostar das idéias a partir de Simon Radowsky e Sacco e Vanzetti¹²⁵, porque meu pai não sabia ler e comprava os periódicos para que eu lesse para ele, eu era muito pequena, e me entusiasmava.

Entrevistadora - Mas então seu pai não era anarquista?

Maruja - Meu pai era lutador.

E - Era rebelde.

M - Meu pai era lutador.

Meu pai trabalhava na fábrica de bolsas... quando havia greves, meu pai era um dos líderes da greve, membro do comitê de greve, tinha simpatia por isso, mas não sabia definir se aquilo era anarquismo ou era outra coisa.

¹²⁵ Simon Radowsky foi um anarquista de origem russa que ficou famoso por assassinar, na Argentina em 1909, o comissário Ramón Falcón, responsável por um massacre de operários anarquistas, explodindo seu carro. Foi levado à célebre prisão de Ushuaia, na Patagônia, para onde eram enviados os presos mais perigosos e indesejados pelo governo. Radowsky ficou mais famoso ainda ao conseguir, em 1918, fugir desta que era conhecida como a prisão do “Fim do Mundo” - informações retiradas de entrevista com o famoso militante anarquista espanhol Diego Abad de Santillán em www.acontretemps.plusloin.org). Já “Sacco e Vanzetti” é como ficou conhecido o caso judicial que mobilizou a opinião da esquerda, em especial anarquista, em muitos países. Nicola Sacco (1891-1927) e Bartolomeo Vanzetti (1888-1927) eram dois anarquistas italianos que foram presos, processados, julgados e condenados nos Estados Unidos, nos anos de 1920, sob a acusação de homicídio de um contador e de um guarda de uma fábrica de sapatos. Sobre sua culpa houve muitas dúvidas já na época dos acontecimentos. Não foram absolvidos nem mesmo depois que um outro homem admitiu, em 1925, a autoria dos crimes. Foram condenados à pena capital e executados na cadeira elétrica em 23 de agosto de 1927. Culpados ou não, tornaram-se símbolos da perseguição aos anarquistas. Confira também na internet o site italiano www.torremaggiore.com/saccoevanzetti. Contem fotos, cronologia do processo, livros sobre o assunto e artigos de alguns jornais italianos da época.

Em 1937 foi quando vim para Valência e comecei no Mujeres Libres. Fui parar em um grupo de cinco companheiras, todas em uma mesma habitação. E ali fizemos tudo o que podíamos, porque não se podia fazer mais. Não tínhamos nem meios econômicos, mas nossos companheiros nos ajudavam, ajudavam bastante.

No ML fazíamos muitíssimo. Visitávamos hospitais, os feridos de guerra. Traziam lã para nós, dávamos às companheiras afiliadas e elas faziam casacos que distribuíamos na frente de batalha.

Companheiras lavavam os enfermos... Também se formou uma escola... olhe, eram muitíssimas mulheres analfabetas. Iam à escola que nós criamos, só de mulheres.

Havia muitas que se dedicavam à prostituição, e elas queriam trabalhar. Então nós dávamos a ela um trabalho. Entravam na companhia dos bondes, lavavam os bondes e até os conduziam. Havia vezes em que tínhamos que cancelar os carnês [de afiliação ao ML] de algumas delas porque, além do trabalho que tinham, continuavam exercendo a prostituição.

Conheci Amparo, Lucía, Mercedes não conheci, mas Amparo, Lucia, Mery, Suceso Portales, conheci muitas delas.

E - como vocês, jovens garotas, viam as mulheres do ML?

M - Iluminadoras. Nós as víamos como iluminadoras.

E - E como eram as relações com os companheiros?

M - Machistas.

E - Como assim?

M - Machistas. Machista simplesmente. E continua sendo assim a vida, mas vamos, hoje parece que o homem já tolera um pouquinho mais a mulher, mas quando uma mulher é muito inteligente e o homem é medíocre... é ruim... não admitem que a mulher pode ser mais inteligente que o homem.

E - Você não se casou?

M - Não, tive minha filha solteira.

E - Por opção, por que?

M - Porque tinha um companheiro que não valia nada. Quando não valem nada as coisas, se deixam.”¹²⁶



**** Sara Berenguer**

“Meu nome é Sara Berenguer Laosa. Nasci em primeiro de janeiro de 1919. Eu era a maior de cinco irmãos. Quando a revolução estalou, minha mãe tinha cinco filhos, a mais jovem tinha nove meses. Eu tinha 17 anos.

Na minha casa nunca se falou de anarquismo, nem de idéias. Meu pai, desde muito jovem, militava no anarquismo, na CNT. Uma vez houve uma greve muito, muito grande, e meu pai foi preso. Minha mãe se cansou do meu pai, porque, claro, ele estava muito pelas idéias, e ela não queria saber disso porque para ela, bom, não era muito boa coisa. Quando meu pai saiu da cadeia, eles retomaram suas relações, mas minha mãe lhe disse: ‘Com a condição de que nunca mais te metas em nada!’ Meu pai lhe prometeu que não faria mais nada, mas levava o anarquismo no coração. Meu pai um dia chegou em casa com as calças furadas de dois tiros, minha mãe disse: ‘Já se meteu em algo!’... ele disse ‘não, não, eu passava pela rua e alguém atirou em mim’. Mas se vê que ele ainda se metia nas coisas.

Meu pai trabalhava como pedreiro. Eu ia levar comida para ele no trabalho, e esperava que comesse. Comiam todos juntos, na obra. Enquanto esperava, sempre ouvia eles falando as mesmas coisas, ‘temos que recolher dinheiro’, ‘o marido da fulana de tal está muito doente,

¹²⁶ LARA, Maruja *Entrevista concedida à prof. Margareth Rago* Espanha, 2004.

temos que recolher dinheiro', 'temos que protestar'. Eu ouvia essas coisas mas não sabia do que se tratava.

Minha mãe era uma mulher que não acreditava... não queria saber de nada com as idéias, com a política, porque isso podia dar cadeia.

Quando chegou a Revolução, o dia 19 de julho, eu havia programado com meu noivo de ir à praia. Quando passamos pela rua, para pegar o ônibus, alguém gritou: 'Tem uma revolução!', 'Vão soltar os presos' e pensamos 'nossa, a coisa é séria', e voltamos para casa. Eu só entrava e saía de casa, o tempo todo, saía para ver os presos. Mas não vi nenhum preso. E chegou a noite e meu pai não voltou, nem no dia seguinte, só no terceiro dia. Voltou com três companheiros, ao entrar em casa os três, começaram a atirar em nossa casa. Eles subiram no primeiro andar e começaram a atirar pelas janelas. Eu subi para ver meu pai, e minha mãe, a pobre, me dizia 'Sara, desce, abaixa, abaixa que te matam!'. E eu pensava: 'Abaixar? Se matam meu pai, eu pego o fuzil no lugar dele'. Depois meu pai me ensinou a armar e desarmar o fuzil.

Nada, nada... eu não sabia de nada, mas sabia que, se meu pai lutava, era por algo humano e pela defesa dos trabalhadores. Então eu queria fazer algo pela revolução, que para mim era fazer algo pelos trabalhadores. E meu pai me levou para ajudar no comitê do nosso bairro. E foi assim que eu comecei com os anarquistas.

Eu não estava de acordo que as mulheres fizessem um comitê à parte. Um comitê de Mujeres Libres? Para que? A liberdade tem que ser para todos. Temos que lutar todos, homens e mulheres juntos, para conseguir a liberdade. Até então não tinha me dado conta das diferenças, não? Depois de um tempo, constituíram dentro das Juventudes Libertárias um Mujeres Libres. E veio uma companheira dar uma palestra. E eu fui ver. Quando entrei, havia um grupo de companheiros, que sempre iam distribuir os jornais, falando mal das mulheres: 'Que orgulhosa! Dar uma conferência... quem são elas? Por que querem dar uma conferência?...' Não disse nada. Entrei e me sentei. A companheira deu

sua palestra e eles pediram a palavra. Mas eu falei primeiro e disse 'Eu não estava de acordo com Mujeres Libres, porque entendo que a luta é dos homens e das mulheres. O dois sofrem a mesma miséria e escravidão. Mas hoje estou contra os homens!' Porque ouvi o que tinha ouvido... e isso não pode ser. 'Uma mulher tem o mesmo direito que um homem de falar, de pensar, de exercer. Por que essa diferença? Se sempre estamos juntos, falamos juntos. Agora porque uma companheira decidiu dar uma conferência, por que depreciá-la?'. Bom, não sei a paixão que eu coloquei, mas no final da reunião tinham que nomear uma delegada para ir à Federação Local [do ML] e me nomearam.

Como se organizavam as federações locais? Igual ao que era feito em Barcelona. Começava por fazer uma reunião dentro do movimento libertário, ou nas Juventudes Libertárias ou no Sindicato. Quando vinham as mulheres, propunham a elas formar uma federação local do Mujeres Libres, formar uma secretaria local.

Em quase todos os ML logo em seguida se abria uma escola, porque muitíssimas mulheres não sabiam ler. A emancipação tem que começar pelo saber. Em algumas havia professoras, em outras não. Mas tinham garotas que sabiam mais que as outras. Então essas que sabiam mais ensinavam as que sabiam menos. E era uma coisa solidária, humana.

Os companheiros queriam que o ML fosse um apêndice do movimento libertário, mas elas [as fundadoras] não quiseram nunca. Elas diziam: 'nós somos Mujeres Libres, do Movimento Libertário, mas não para o Movimento Libertário'. E é diferente, não? 'E queremos educar a mulher, não para ir contra o homem, mas sim para que seja uma mulher com as mesmas atividades do homem. Para que, junto a ele, possa lutar na vida, ao seu lado... que tenha personalidade...'

Os homens tinham que se preparar para esta nova mentalidade. Que poderiam discutir com a mulher no mesmo sentido, de igual para igual. Eles estavam acostumados que a mulher ficava em casa com os filhos. E chegavam em casa cansados, o que se compreende, mas não explicavam

nada. E as mulheres anteriormente, antes da guerra, quando havia uma greve - porque muitas mulheres também trabalhavam nas fábricas e nos campos - quando havia uma greve e tinha uma reunião para defender as coisas do trabalho e uma mulher pedia a palavra, algum companheiro dizia: 'as mulheres à cozinha'. É isto que não aceitávamos.

A igualdade de condições, ou seja, cada um é diferente, não somos iguais, mas temos direitos às mesmas coisas, a pensar. A ser nós mesmas. E era isso, sobre tudo, essa batalha que tínhamos que ganhar. Dar uma confiança às mulheres e um saber.

Não pode imaginar a gente do povo, que não sabia nada de nada. As coisas que faziam. As mulheres, sem saber nada de nada, iam para frente. Porque naquele momento não tinham ninguém que as amarrasse, e elas se manifestavam tal como estavam, e iam para frente. E viam que tinham que fazer alguma coisa, e faziam. Não tinha ninguém que dissesse: 'hei, não, isso é de homem.'

E, sobretudo, Mujeres Libres queria isso. A consciência e a emancipação da mulher. E a cultura. Para que pudesse estar ao lado do homem, para lutarem juntos pela liberdade. Isso era o mais importante.

Aconteceram algumas coisas feias, claro, algumas vezes, porque as mulheres necessitavam aprender, mas os homens também. No sentido sexual. A mim, muitas vezes, claro, eu era jovem, tive propostas e me neguei. E me diziam: 'Você não é uma mulher libertária? Você não é não'. 'Ah', eu digo, 'Sim, sou uma mulher libertária, uma mulher livre. Porque não seria livre se ao que você me pede eu aceitasse porque me pede. Eu elegerei quem eu quisesse, os dois de acordo. Mas se você quer uma coisa, e eu não a quero, então não sou uma mulher livre'. Às vezes, as juvenzinhas, quando lhes diziam isto... bom, queriam ser mulheres livres e aceitavam, não? E às vezes sofriam fracassos com os próprios jovens, que diziam 'Aquela é uma qualquer'. Quero dizer que a educação, neste sentido, a educação sexual, tinha que ser dos homens e das mulheres. Os homens acreditaram que, porque éramos mulheres

livres, estávamos à disposição de todo mundo. Não. A mulher tem sentimentos, e o homem também. A mulher tem necessidades, e o homem também. Tem que ser de comum acordo. Mas não porque um vem e lhe pede, porque diz ‘mulher livre’, tem que ir dormir com ele. Então, onde está a sua liberdade? Compreende?’¹²⁷



Feminizar o espaço público: o grupo Mujeres Libres

Por muito tempo e por várias razões, a escrita pública restringiu-se aos homens. Com raras exceções, a pena e o papel foram dados às mulheres apenas para cartas, bilhetes, listas de compras, ou diários íntimos. Nunca esses escritos eram dirigidos a um público mais geral. A linguagem, as metáforas e metonímias, a retórica eram, então, domínios masculinos.

Apenas quinhentas libras por mês e um teto todo seu é o que a notável escritora Virginia Woolf afirma que as mulheres precisariam para dar asas tranqüilamente ao seu talento. Em uma palestra proferida em outubro de 1928, com esse mesmo título, **Um teto todo seu**¹²⁸, Woolf analisou as dificuldades impostas à mulher para entrar no mundo da escrita, em especial o da poesia e romances, no qual ela mesma conseguiu se sobressair, muito em parte, como ela mesma admitiu, graças a uma herança que lhe garantiu segurança financeira para se dedicar à criação.

A partir do tema inicial de “as mulheres e a ficção”, Woolf abriu seu pensamento e construiu uma grande e sensível reflexão sobre o seu próprio mundo e sobre os obstáculos que nele existiam para as escritoras. Ao invés de apresentar rápidas biografias de mulheres que conseguiram o intento, ela pediu licença para abandonar o que seria esperado nessa palestra e buscou entender porque um certo cavalheiro idoso, talvez bispo, afirmara uma vez nos jornais que nunca poderia ter havido uma mulher que escrevesse tão bem quanto Shakespeare. Ao perceber que elas foram condenadas a uma educação sempre inferior,

¹²⁷ BERENGUER, Sara **Entrevista concedida à prof. Margareth Rago** França, 2001.

quando não inexistente, Woolf acabou por concordar com o tal bispo... realmente nenhuma mulher, por maior que fosse seu talento, poderia ter escrito algo como Shakespeare, em sua época, simplesmente porque não tinha condições propícias, tanto de formação intelectual como de recepção de suas obras. A partir desta idéia, Woolf criou uma pequena história em que imagina o que teria acontecido com Judith, a irmã-fantasia que cria para o bardo, e tão criativa quanto ele: antes de completar vinte anos, Judith fugiu de casa para poder escrever e escapar de um casamento arranjado por seu pai; ao chegar a Londres, foi ridicularizada pelos donos dos teatros em que pediu trabalho, e acabou caindo nas mãos de algum empresário “compadecido” que depois a engravidou. Nesse ponto, Woolf conclui: Judith, então, acabou cometendo suicídio numa noite de inverno, “e está enterrada em alguma encruzilhada onde agora param os ônibus em frente ao *Elephant and the Castle*”¹²⁹.

Educação, estudos e formação de uma tradição literária seriam os primeiros passos para as mulheres desenvolverem suas habilidades e imaginação. Mas elas precisariam também de tranquilidade, uma sala para escrever na qual não fossem interrompidas, e também que não precisassem esconder correndo seus manuscritos com vergonha do que a sociedade diria delas se descobrisse que escreviam. E, claro, as quinhentas libras mensais para tornarem-se independentes dos homens¹³⁰.

Um teto todo seu, ou um espaço próprio para serem livres foi uma das bases da criação do *Mujeres Libres* na Espanha, em 1936. Maruja Lara nos traz os nomes das três fundadoras do grupo: Lucía Sanchez Saornil, Mercedes Comaposada e Amparo Poch y Gascon. Eram todas intelectuais, duas delas com curso superior, e já militantes do movimento anarco-sindicalista, especialmente da CNT, que em 1936 contava com 1,5 milhões de afiliados. Foi a partir dessa experiência anterior dentro dos sindicatos que elas passaram a crer que estas organizações eram inadequadas para abordar os problemas específicos que as mulheres tinham de enfrentar. Pensavam que o anarquismo abria um importante espaço teórico para o feminismo, porém não um espaço prático, Como nos

¹²⁸ WOOLF, Virginia **Um teto todo seu** Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.

¹²⁹ *idem, ibidem*, pp.63-64.

¹³⁰ A luta das mulheres para inserirem-se em espaços tradicionalmente masculinos vem sendo abordada com grande força por historiadoras em diversos livros que cercam diferentes recortes temporais e espaciais. Poderia citar, aqui, a título de exemplo, o livro de Joan Scott sobre a história das feministas na França a partir da Rev. Francesa: **A cidadã Paradoxal – As feministas francesas e os direitos do homem** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002; e também a recente obra de Elisabeth Rago sobre o a trajetória da baiana Francisca

relata Sara Berenguer, os problemas nas relações cotidianas com os companheiros eram muitos. As fundadoras sentiam então que, ainda que as questões ligadas à condição das mulheres estivessem em pauta, poucas eram as atitudes realmente feministas para mudá-las. Decidiram, assim, criar um grupo de mulheres voltado para os problemas femininos.

O resultado da iniciativa foi a criação do grupo *Mujeres Libres*. Sua principal característica administrativa era a total independência em relação às outras organizações libertárias, como a CNT, a FAI e a FIJL (Juventudes Libertárias). A opção por tal independência custou ao ML, com certeza, muitas dificuldades. Por exemplo, Federica Montseny não concordava com *Mujeres Libres*, da mesma forma como muitas outras mulheres militantes, como podemos observar nos relatos de Sara e Pepita. Ainda que tenha colaborado com o grupo enviando artigos para sua revista, Montseny não o apoiava politicamente porque acreditava que uma organização separada dentro da CNT iria enfraquecer o movimento libertário, segundo o discurso masculino vigente da Revolução. Além, claro, tinha a opinião que ambos, mulheres e homens, deveriam lutar como iguais pela revolução. Desta luta sairia também a liberdade da mulher. No entanto, como Patricia Greene aponta, na década de 1970, Federica reconheceu a necessidade da formação de um grupo: “*Agora creio que se pudessem reorganizar Mujeres Libres e se pudessem fazer uma organização de mulheres com uma orientação libertária, seria um bem para a mulher espanhola, porque a vejo desamparada.*”¹³¹

Deve-se entender, porém, que apesar de independente, o ML não se considerava separatista. Muito pelo contrário, nascido no meio anarquista, mantinha relações com a CNT, e suas fundadoras o entendiam como mais um aliado ao movimento na luta pela concretização de uma verdadeira revolução social. Revolução esta que, observavam com orgulho, começava a nascer em julho de 1936 com a população nas ruas de Madri e Barcelona e várias outras cidades, lutando e resistindo à invasão do exército falangista de Franco.

Um outro problema enfrentado pelo ML era uma espécie de concorrência, uma relação muito complicada com outra grande organização de mulheres, a AMA, *Asociación*

Praguer Fróes que, com a ajuda de sua mãe, Francisca Rosa, decide entrar no universo da medicina em fins do século XIX: **Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)** São Paulo: Annablume, 2007.

¹³¹ MONTSENY, Federica *apud* GREENE, Patricia V. “Federica Montseny: Chronicler of an anarcho-feminist genealogy” in **Letras Peninsulares** Outono de 1997, p.348.

de *Mujeres Antifascistas*. Segundo Ackelsberg, tratava-se de uma organização que pretendia unir, sob o rótulo do antifascismo apartidário, todas as organizações operárias femininas. O *Mujeres Libres*, porém, denunciava nesse grupo uma clara orientação do PCE (Partido Comunista Espanhol) e da UGT (Unión General de Trabajadores). Esse foi o motivo, aliás, pelo o qual o ML recusou várias vezes os convites da AMA para uma união. Ackelsberg afirma que “*conforme avançava a Guerra Civil, o interesse do Mujeres Libres pela capacitação [da mulher] passou a significar não só um compromisso com uma maior participação feminina na CNT, mas também uma competição com a Asociación de Mujeres Antifascistas (e com os partidos comunista e socialista) pela lealdade das mulheres recentemente mobilizadas.*”¹³² Essa disputa, aliás, ficava cada vez mais desequilibrada com o passar do tempo, porque a AMA contava com grande apoio das organizações comunistas e, portanto, com mais recursos materiais. E o *Mujeres Libres*, segundo uma fala da própria Lucía Sanchez Saornil, em contrapartida, enfrentava uma situação financeira mais limitada, ainda que contasse com o apoio da CNT nesse sentido.

No entanto, mais do que enfrentar uma disputa com organizações feministas de outros partidos, o ML enfrentava também uma grande dificuldade para se firmar como organização autônoma de mulheres e única dentro do movimento anarquista. O problema que o *Mujeres Libres* via na profusão de grupos femininos na época não girava em torno da questão de monopólio de poder ou de um posto, claro, mas sim de concentração de recursos e ações. O ML defendia que, por exemplo, a criação de um secretariado feminino nas Juventudes Libertárias (FIJL) dispersava recursos financeiros e deixava ambos, o ML e esse secretariado, sub-atendidos. Essa relação com a FIJL, aliás, era muito complicada e incluía um forte senso de rivalidade.

Outra característica muito forte do grupo era a sua insistência em diferenciar-se dos movimentos feministas, principalmente os norte-americanos. Para essas militantes anarquistas, o movimento denominado feminista na época constituía-se em um feminismo liberal e burguês: as mulheres lutavam pelo voto, pela sua entrada no Estado e no poder, diferença gritante com o *Mujeres Libres*, que queria acabar com ambos. Vejamos como

¹³² ACKELSBERG, Martha A. **Mujeres Libres. El anarquismo y la lucha por la emancipación da las mujeres.** Barcelona, Virus Editorial, 1999, p.178.

essa questão aparece, em 1936, no editorial do primeiro número da revista “*Mujeres Libres*”:

“Ressurreição do feminismo? Bah! O feminismo o matou a guerra, dando a mulher mais do que pedia ao jogá-la brutalmente a uma forçada substituição masculina. Feminismo que buscava sua expressão fora do feminino, tratando de assimilar virtudes e valores estranhos, não nos interessa; é outro feminismo, mais substantivo, de dentro a fora, expressão de um ‘modo’, de uma natureza (...).

Declaração de guerra, então? Não, não. Compenetração de interesses, fusão de ansiedades, afã de cordialidade pela busca do destino comum. Desejo de trazer à vida o sentido de equilíbrio que lhe faltava, e de onde provêm todos os seus males. Mas isto é mais do que feminismo. Feminismo e masculinismo são dois termos de uma só proporção; faz alguns anos um periodista francês, Leopoldo Lacour, falou a expressão exata: humanismo integral.”¹³³

Podemos perceber que, para o ML, era essencial uma reeducação e preparação das mulheres para que elas pudessem emancipar-se. E não simplesmente aproveitar aquela situação que viviam - situação de mudanças e de uma extrema agitação política - para atirá-las ao mundo público e denominar isso de igualdade. Também o uso da expressão “humanismo integral” mostra-nos como o ML lutava por uma nova sociedade para todos, e não só pelas mulheres.

A difícil situação das mulheres espanholas pobres e/ou operárias, nas primeiras décadas do século XX, foi, com certeza, o principal impulso para a fundação do *Mujeres Libres*¹³⁴. Assim como as mulheres da elite, elas estavam submetidas a uma sociedade extremamente religiosa e patriarcal, vivendo dentro de suas casas sob o mando do pai, do marido, dos filhos e do clero. No caso das mulheres das classes mais baixas, porém, havia ainda a figura do patrão como mais um opressor. Se não estavam em casa, muitas mulheres

¹³³ Editorial (sem título) **Revista Mujeres Libres**, nº1, maio de 1936, p.1.

¹³⁴ ACKELSBURG, Martha A. *op. cit.*, pp.45-48.

eram admitidas nas fábricas e nos serviços domésticos, sendo mais escravas do que trabalhadoras¹³⁵.

Essa situação era clara também para outras militantes feministas, e destaco aqui a anarquista russa Emma Goldman. Tendo visitado a Espanha em 1928, ela ficou chocada com o paternalismo espanhol para com as mulheres. Os homens espanhóis, dizia, tratavam suas mulheres e filhas como inferiores, como meras máquinas reprodutoras¹³⁶. Em outubro de 1936, no entanto, a famosa anarquista retornou a Barcelona, atraída pelas notícias da Revolução, e logo tomou conhecimento do *Mujeres Libres*¹³⁷. Goldman identificou-se rapidamente com o trabalho do grupo e passou a contribuir com alguns artigos para a revista “Mujeres Libres”. As suas palavras publicadas no número 6 (“Semana 21 de la Revolución”) fazem eco ao sentimento mais geral das fundadoras do grupo frente à situação de opressão e abandono da mulher pobre espanhola:

*“Em nenhum país do mundo sente a classe operária o comunismo libertário como sente a classe operária espanhola. O grande triunfo da Revolução que se iniciou nos dias de julho demonstra o alto valor revolucionário do trabalhador espanhol. Deveria supor-se que em seu apaixonado amor pela Liberdade incluísse a liberdade da mulher. Mas, muito longe disto, a maioria dos homens espanhóis parece não compreender o sentido da verdadeira emancipação ou, em outro caso, prefere que suas mulheres continuem ignorando-a. É fato que muitos homens parecem convencidos de que a mulher prefere seguir vivendo em sua posição de inferioridade. Também se dizia que o negro estava encantado por ser propriedade do dono da plantação. Mas o certo é que não pode existir uma verdadeira emancipação enquanto subsista o predomínio de um indivíduo sobre outro ou de uma classe sobre outra. E muito menos realidade terá a emancipação da raça humana enquanto um sexo domine o outro.”*¹³⁸

Em dezembro do mesmo ano, Goldman foi para a Inglaterra coordenar o trabalho de propaganda a favor da Revolução da Espanha, com o objetivo de levantar fundos, atrair

¹³⁵ Cf. GENEVOIS, Danièle Bussy. “Mulheres de Espanha. Da República ao Franquismo” in DUBY, George e PERROT, Michelle (dirs.) **História das Mulheres no Ocidente vol.5: O século XX**. Porto/São Paulo: Afrontamento/Ebradil, 1991, p. 221.

¹³⁶ GOLDMAN, Emma *apud* WEXLER, Alice **Emma Goldman in exile: from the Russian Revolution to the Spanish Civil War** Boston: Beacon Press, 1989, p.200.

¹³⁷ WEXLER, Alice *op. cit.*, p.203.

¹³⁸ GOLDMAN, Emma “Situación social de la mujer” **Revista Mujeres Libres**, nº6, semana 21 de la Revolución, 1936, p.1.

voluntários e, quem sabe, mobilizar as populações para que forçassem os países democráticos a sair da neutralidade e apoiar o movimento contra o fascismo. Mesmo assim, continuou enviando cartas ao *Mujeres Libres*, sempre atenta à principal questão que regeu sua militância durante toda sua vida, a emancipação feminina.

Durante os três anos de duração da Guerra Civil Espanhola, o grupo ML desenvolveu as mais diversas atividades para construir uma revolução que não alterasse somente o sistema político vigente, a dominação capitalista dos patrões sob os empregados, mas que extinguisse também as hierarquias de gênero homem-mulher. Objetivavam, dessa forma, livrar as mulheres inclusive da obrigação do lar e da maternidade, do que as militantes do ML chamavam de “tripla escravidão”: de mãe, de mulher, de ignorância.

O grupo também se concentrou em capacitar as mulheres para atividades fora do lar, cuidando, além da sua educação, da sua saúde e dos seus filhos, e ofereceu a elas cursos profissionalizantes, para que se tornassem trabalhadoras mais especializadas. Afinal, com o advento da Guerra Civil, a grande maioria dos homens marchou para as frentes de batalha, e as mulheres tiveram de assumir seus postos. O que possibilitou um grande impulso às atividades do ML para emancipá-las.

A formação cultural das mulheres era, ainda assim, um dos itens mais importantes para o grupo. A constituição de cursos de alfabetização, de cultura geral, ciências, matemática, literatura, mostra-nos como o ML estava preocupado em oferecer meios para as mulheres crescerem sozinhas, libertarem-se dos prejuízos advindos da ignorância em que foram criadas e também do grande poder da moral da Igreja Católica sobre elas.

A fundadora Dra. Amparo Poch y Gascón, médica pediatra formada em 1929, publicou, em 1932, um folheto intitulado “La vida sexual de la Mujer – Puberdade, Noviazgo y Matrimonio”, um grande exemplo deste trabalho do grupo, e no qual analisava os valores machistas que circulavam a respeito da sexualidade feminina e seus efeitos perversos. Para ilustrar a força das palavras da Dra. Amparo, cito aqui um pequeno trecho do item sobre o Noivado:

“Tiveram o bom cuidado de inculcar nas mulheres cristãs uma idéia semelhante a esta: Que o prazer sexual é, para elas um pecado, e que as carícias da carne devem limitar-se ao estritamente necessário para os fins da geração. Com esta idéia – falada e

escrita – e a psicologia masculina que saía deformada da assídua concorrência aos prostíbulos, não é estranho que muitas mulheres casadas, com vários filhos, considerem o ato sexual como algo repugnante a que só se submetem por dever – deveres conjugais chamam a isto – e que, por seu próprio gosto, não teriam realizado nunca. Destas e de outras causas que vão de braço com elas, nasce o mito da frigidez feminina, que trataremos mais extensamente ao falar do matrimônio. (...) Agora vêm uns médicos e nos dizem, por um lado, que somos uns seres semi-desenvolvidos, intermediários entre a criança e o homem; e, por outro lado, quando temos inteligência e atuamos eficazmente na vida pública, que temos desajustadas as glândulas endócrinas e que interessamos mesmo ao patologista. Quer dizer que estamos condenadas a viver imersas num estado de imperfeição sem esperança: quando somos as mulherzinhas adoráveis, desenvolvimento incompleto, quando somos seres capazes e responsáveis, anormalidade manifesta.”¹³⁹

Como podemos observar, a Dra. Amparo enfrenta, critica e ironiza tanto os poderes da moral católica que incidiam sobre as mulheres quanto os poderes médico-científicos, detentores então da mais “pura verdade” a respeito da essência feminina.

Com a mesma coragem, uma outra fundadora do grupo, a jornalista e poetisa Lucía Sanchez Saornil, em 1935, entra em um debate público sobre a questão da mulher dentro do movimento anarquista com um conceituado militante da época, Mariano R. Vázquez. Através de artigos publicados no jornal operário “Solidaridad Obrera”, Lucía responde com grande determinação a dois textos anteriores de Vázquez, nos quais ele afirmava que a mulher era de fato submissa aos homens também no meio operário, mas que essa situação era também culpa dela, pois não lutava por sua liberdade. Acrescentava ainda que ela não deveria esperar dos homens que abrissem mão de seus privilégios de bom grado, afinal, agarrar-se a eles era uma característica muito humana, da mesma forma como a burguesia não cederia nunca voluntariamente a liberdade ao proletariado. Eis um trecho da resposta de Lucía, no artigo de conclusão “Resumo al margen de la cuestión femenina. Para el compañero M. R. Vázquez”:

¹³⁹ POCH y GASCÓN, Amparo “La vida sexual de la Mujer – Puberdade, Noviazgo y Matrimonio” Cuadernos de Cultura, LVI, Valência, 1932.

“Deve ter-se presente que meus artigos se intitulavam ‘A questão feminina em nossos meios’; isto é, não a questão feminina em termos gerais, não a questão em terreno filosófico, senão a questão em termos anarquistas. (...) Por isso o anarquista – e digo o anarquista, veja bem – que pede sua colaboração à mulher para a obra de subversão social, há de começar por reconhecer nela uma igual, com todas as prerrogativas da individualidade. O contrário será “muito humano”, mas não será anarquista. (...)”¹⁴⁰

Além de rebater os argumentos do companheiro, Lucía toca em um ponto essencial que era a militância anarquista, acusando os homens de estarem no movimento “por puro esporte” se não conseguiam enxergar que era necessário, para a revolução social, começar a fazer mudanças primeiramente dentro da própria casa. Desta forma, ela politiza a vida privada, cuja importância estava sempre em segundo lugar. E mais, no último parágrafo, recusa um convite de Vázquez para escrever no “Solidaridad Obrera” em uma seção feminina, mostrando como considerava esta seção insuficiente, e já anunciava a sua intenção de criar o que seria mais tarde o *Mujeres Libres*:

“(...) E, agora, apenas mais umas palavras para terminar, amigo Vázquez. Não acolho sua sugestão para a página feminina em “Solidaridad Obrera”, mesmo que seja muito interessante, porque minhas ambições vão mais longe; tenho o projeto de criar um órgão independente, para servir exclusivamente aos fins que me propus. Dele falaremos mais adiante.”¹⁴¹

A revista “Mujeres Libres” – espaço de debate para as questões feministas

O principal meio de comunicação do grupo era a revista “Mujeres Libres”. Esta foi concebida e criada em 1936 para divulgar as idéias e as atividades do ML, e também como uma tentativa de ganhar a adesão das trabalhadoras espanholas e aumentar sua conscientização para as questões referentes à condição feminina. No seguinte texto, Lucía Sanchez Saornil anuncia quais as intenções com a criação da revista:

¹⁴⁰ SAORNIL, Lucía Sanchez “Resumo al margen de la cuestión femenina. Para el compañero M. R. Vázquez” in **Solidaridad Obrera**, 08/11/1935.

¹⁴¹ *idem*.

*"No mês de maio de 1936 nascia a revista Mujeres Libres. Não era uma mera casualidade a coincidência destas duas palavras. Tínhamos a intenção de dar ao substantivo "mulheres" todo um conteúdo que reiteradamente a ele se havia negado, e ao associá-lo ao adjetivo "livres", além de nos definir totalmente independentes de toda seita ou grupo político, buscávamos a reivindicação de um conceito - mulher livre - que até o momento havia sido preenchido de interpretações equívocas e que rebaixavam a condição da mulher ao mesmo tempo em que prostituíam o conceito de liberdade, como se ambos os termos fossem incompatíveis."*¹⁴²

Os assuntos abordados nas páginas desta revista eram, em sua grande maioria, referentes a questões femininas, operárias e anarquistas e acompanharam o desenrolar da Guerra Civil e do processo revolucionário. Ao longo dos três anos de conflito, treze números foram publicados, sendo que o décimo quarto ainda estava no prelo quando a guerra foi perdida e o grupo se desmanchou com a fuga para o exílio.

Encontramos muitos artigos dedicados à relação do movimento anarquista espanhol com a questão da emancipação feminina. Como aparecem nos relatos de Maruja, Sara e Pepita, a sua convivência com os homens – pais, irmãos e companheiros – era marcada pela permanência de uma mentalidade conservadora em relação às mulheres. Este foi um ponto muito importante na criação do grupo *Mujeres Libres*, esta percepção de que muitos companheiros anarquistas, ainda que concordassem com suas problematizações, faziam pouca coisa pelas questões relacionadas à mulher, preocupados como estavam com a revolução econômica.

A questão do amor livre, como nos relata Sara, foi muito mal-entendida por muitos companheiros, que simplesmente o confundiam com sexo à vontade. A definição dada pelos anarquistas para o amor livre era o direito de homens e mulheres de escolherem livremente uma relação social, sem prestar contas nem à Igreja nem ao Estado, e terminá-la livremente quando não for mais mutuamente satisfatória. Como nos diz um artigo de 1936 da doutora Amparo Poch y Gascon: *"Multiplica sua capacidade de amor, mulher, porém... Pensa que senti-lo não te dá direito sobre ninguém e que nem te faz objeto de propriedade."*¹⁴³

¹⁴² SAORNIL, Lucía Sánchez. "La mujer en la Guerra y en la Revolución. La Agrupación Mujeres Libres" *CNT*, nº531, Madrid, 30 enero, 1937.

¹⁴³ GASCÓN, Amparo Poch y "Elogio del amor libre" *Revista Mujeres Libres*, nº3, julho de 1936, p.13.

Trata-se de uma crítica à institucionalização das relações afetivas, que, além de produzir submissão e posse, aniquila o amor. Uma crítica que escancara o casamento burguês, mostrado como um contrato realizado por interesses sociais e econômicos, nunca relacionado com um sentimento de afeto ou amizade, que escraviza a mulher, prende duas pessoas em uma convivência forçada e ainda produz o seu inverso, a prostituição. Como o amor poderia nascer assim? O amor livre prega a realização de um sentimento desinteressado, que um casal viva junto porque essa é a sua vontade, e não porque assim lhe determina o Estado ou a Igreja¹⁴⁴.

Essa prática não impedia também um casal de ser monogâmico se fosse a vontade de ambos, como afirma novamente Amparo Poch y Gascón: “(...) *entendida apropiadamente, a monogamia ‘não quer dizer para sempre, mas sim quando a vontade dos enamorados e seu sentimento o estabelecem assim, etapa por etapa’*.”¹⁴⁵

O amor livre deveria ser uma união consciente, e o controle de natalidade e educação sexual eram essenciais para tal. Como nos explica novamente a Dra. Amparo: “*Para ele, necessita-se de plena liberdade, mas também de capacidade plena, pois sem esta a primeira é uma ficção. Não se é livre quando se pode tomar uma decisão entre todas as que a ocasião oferece, mas sim quando se pode escolher um caminho depois de ter reconhecido todos, aproveitando seus valores e aceitando suas conseqüências.*”¹⁴⁶.

Com esse tipo de capacitação e conhecimento, as mulheres passariam a ser donas do seu potencial para a reprodução, decidindo elas mesmas se queriam ou não ser mães, quando e quantas vezes. Não estariam mais expostas às vontades dos maridos, presas a filhos não desejados e sofrendo as conseqüências físicas de várias gravidezes encadeadas.

Nesse sentido, podemos citar também o trabalho de alguns médicos anarquistas espanhóis que publicavam textos de orientação sexual e saúde nas revistas libertárias. A revista *Estudios*, entre janeiro de 1936 e junho de 1937, incluiu uma seção chamada “Consultório Psico-Sexual”, em que os leitores enviavam cartas ao Dr. Felix Martí Ibañez para solucionar dúvidas a respeito de problemas sexuais e relações sentimentais. Segundo Margareth Rago, para estes médicos, “*tratava-se de tirar o país do atraso secular em que*

¹⁴⁴ Confira também, a respeito do amor livre no Brasil no começo do séc. XX, o capítulo “A colonização da mulher” in RAGO, Margareth **Do cabaré ao Lar – a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930**, *op. cit.*, em especial as páginas pp.103-111.

¹⁴⁵ GASCÓN, Amparo Poch y citada por ACKELSBEG, M., *op. cit.*, p. 63.

se encontrava, criando as condições para a transformação dos hábitos da população, para a formação de uma juventude aberta para a vida, livre dos preconceitos e das repressões impostas pelo conservadorismo burguês e pelo obscurantismo religioso. (...) Ao abordar questões referentes ao corpo e à sexualidade, revelam a preocupação dos anarquistas em construir uma nova moral sexual e em transformar as relações de gênero no sentido da emancipação corporal, afetiva e sexual.”¹⁴⁷

Antonia Fontanillas, em um depoimento escrito em 1996, faz questão de homenagear esses médicos pela participação importantíssima que tiveram na elaboração e divulgação das questões relacionadas à sexualidade. Ela lembra, por exemplo, o Dr. Isaac Puente, que teve uma participação essencial na revista “Generación Consciente”, na qual escreveu muitos artigos: “(...) *Artigos científicos ou dedicados à mulher, contracepção, amor, sexo, temas sociais. Nós, mulheres, devemos reconhecer o que trouxeram à nossa cultura, à nossa própria formação os conhecimentos desses homens que nos reconheceram e batalharam também por nossos direitos. (...)*”¹⁴⁸

Ela lembra também o já citado Dr. Ibañez e da repercussão de seus escritos: “*Outro jovem daquela época, abordando temas parecidos e mais especializados em psico-sexualidade foi o jovem e culto doutor Felix Martí Ibañez. Escrevendo para a juventude, publicou ainda uma novela estupenda, a que mais me impactou, ‘Yo rebelde’. É sobre o tema da juventude, que busca um sentido para sua vida. (...) Quanto a mim, um dia minha mãe me deixou perplexa, porque me censurou pelo fato de que tivesse comprado um folheto, ‘La Reforma Eugénica del Aborto’, justamente de Martí Ibañez, que foi o artífice dessa reforma, posta em prática na Catalunha.*”¹⁴⁹

Antonia se refere, acima, à lei do aborto efetivada pela anarquista Federica Montseny, que havia sido escolhida para participar do governo republicano de Largo Caballero como ministra da Saúde, nos meses de novembro de 1936 a maio de 1937, juntamente com outros três companheiros e líderes anarquistas. Esta foi uma tentativa por

¹⁴⁶ GASCÓN, Amparo Poch y “Elogio del amor libre” **Revista Mujeres Libres**, nº3, julho de 1936, p.12.

¹⁴⁷ RAGO, Margareth “Es que no es digna la satisfacción de los instintos sexuales? Amor, sexo e anarquia na Revolução Espanhola” in SOARES, Carmen Lúcia (org.) **Corpo e História** Campinas: Autores Associados, 2006, p.47.

¹⁴⁸ FONTANILLAS, Antonia “De lo aprendido y de lo vivido” Dreux, 26/05/1996 – exemplar datilografado.

¹⁴⁹ *idem*.

parte do governo de unir vários grupos políticos – comunistas, republicanos, anarquistas –, somar suas forças e eliminar a rivalidade que era sentida dia a dia nas ruas.

Apesar de ter ficado no cargo por menos de um ano, Montseny obteve o grande feito de legalizar o aborto, uma conquista marcante para a liberdade das mulheres e para a transformação daquela moral burguesa vigente. Em dezembro de 1936, foi aprovada, com o apoio dos médicos Felix Martí Ibañez, Mercedes Maestre e Mestre Puig, a lei sobre o “direito à interrupção artificial da gravidez”, o que colocou a Espanha como pioneira nessa questão. Segundo a historiadora Mary Nash, a União Soviética já tinha legalizado o aborto em 1920, e os países escandinavos também o fizeram a partir de 1934¹⁵⁰. No entanto, o que diferenciaria a iniciativa espanhola e a colocaria à frente desses países seria a sua legislação avançada sobre esse tema.

Nash afirma que a legalização do aborto, apesar de já vir sendo discutida anteriormente pelos médicos espanhóis, foi resultado direto da influência do movimento anarquista. Se antes esses médicos só pensavam em aprovar o aborto “terapêutico” - em caso de risco de saúde para mãe - os anarquistas conseguiram incluir na lei de 1936, o direito ao aborto justificado também por motivos como controle de natalidade, violência e questões sentimentais ou éticas da mãe. Ou seja, o aborto passaria assim a ser determinado pela vontade da mulher, e nem os médicos ou familiares poderiam intervir em sua escolha. Além disso, a lei previa várias medidas educacionais e de conscientização para que o aborto não fosse utilizado como método contraceptivo, proibindo também às mulheres mais de uma intervenção por ano. Aliás, a lei inclusive pretendia que, com essa conscientização, o aborto fosse cada vez menos necessário e procurado com o tempo, passando então a ser utilizado apenas nos casos emergenciais de saúde. Ao mesmo tempo, a taxa de mortalidade de mulheres que praticavam o aborto cairia drasticamente, porque agora ele seria feito por médicos nos hospitais, com condições muito melhores. Como afirmava Dr. Ibañez, na Revista “Estudios”, em janeiro de 1937: *“O aborto salta da clandestinidade e incompetência em que foi verificado até hoje, e adquire uma alta categoria biológica e social, ao converter-se em instrumento eugênico ao serviço do proletariado.”*¹⁵¹

¹⁵⁰ Cf. NASH, Mary **Rojas: Las mujeres republicanas en la Guerra Civil** Espanha: Tauros Pensamiento, 1999.

¹⁵¹ IBAÑEZ, F. M *apud* RAGO, Margareth “Es que no es digna la satisfacción de los instintos sexuales? - Amor, sexo e anarquia na Revolução Espanhola” in SOARES, Carmen Lúcia *op. cit.*, p.156.

Infelizmente, ainda segundo Nash, o sucesso da nova legislação não foi o esperado. A quantidade de intervenções realizadas pelos hospitais foi muito pequena, o que a leva a concluir que as mulheres continuaram a procurar pelos abortos clandestinos. Em primeiro lugar, ela responsabiliza a falta de divulgação da nova lei nos meios operários, mas, principalmente, aponta para a permanência da Igreja, da moral conservadora e de uma cultura tradicional de gênero na sociedade espanhola, nas quais o aborto voluntário seguia como inadmissível e condenado publicamente.

Sara Berenguer, em sua autobiografia, relata o desespero de sua mãe ao descobrir que estava grávida, apenas alguns dias depois de seu pai ser morto na frente de batalha, em novembro de 1936, e sua atitude drástica de provocar um aborto em casa. Atitude que foi de muitas outras mulheres também: *“[Minha mãe] não tinha me dito nada. Faltava a confiança entre mãe e filha para essas intimidades. Ela fazia parte ainda de uma geração em que tudo era tabu. Ante tal situação, bem determinada, tentou abortar por diferentes procedimentos menos ortodoxos. Como a compreendi quando descobri! O caso é que uma noite ouvi minha mãe gritando de dor. (...) Chamaram de imediato um médico que, afortunadamente, não tardou a chegar. Pelo o que eu ouvia, minha mãe havia expulsado o feto, porém não a placenta. Estava a ponto de morrer dada a infecção que havia se apoderado de seu corpo. Sem poder recorrer a ninguém em seu estado, tinha decidido por si mesma se livrar daquela gravidez. (...) Naquela época, muitas mulheres, para evitar gravidezes indesejadas, recorriam a métodos caseiros e sem condições de higiene, o que acabava em morte. Assim deveria ter feito minha mãe, com algum produto que lhe arrancou as entranhas e a infectou toda. Só não morreu por uma casualidade.”*¹⁵²

A questão da maternidade também se fazia muito importante, ao lado da educação sexual, na discussão da liberdade da mulher. O grupo *Mujeres Libres* tinha um pensamento muito claro quanto a isso: opunha-se totalmente à identidade imposta às mulheres de que todas elas deviam ser mães. Criticava a idéia de que a essência feminina estaria localizada no útero e que, por isso, só a maternidade pode fazer uma mulher verdadeira. E também a concepção de que seria portanto natural e desejado a toda mulher ser mãe.

¹⁵² BERENGUER, Sara **Entre el Sol y la Tormenta. Treinta y dos meses de guerra (1936-1939)** Barcelona: Seuba Ediciones, 1988, p.62.

De acordo com Lucía Sanchez Saornil, as mulheres tinham uma importância social independente das suas capacidades de gerarem filhos. A procriação seria só mais uma função da mulher e, infelizmente, em sua sociedade de então, a função estava engolindo o indivíduo. Este ponto é muito importante para diferenciar novamente as libertárias do ML das feministas liberais, que valorizavam a mãe e a maternidade mais do que criticavam.

O grupo *Mujeres Libres* lutava também pela inclusão das mães no meio operário das fábricas e sindicatos, pela sua conscientização da luta política e libertação da alienação produzida pela experiência restrita à vida doméstica. As “casas de maternidade”, fundadas com o seu apoio, as aulas de puericultura e as creches foram medidas práticas para divulgar os princípios de uma maternidade consciente, ou seja, a idéia de que as mulheres não eram obrigadas a serem mães, e para ajudar as que já tinham filhos a entrar no mundo do trabalho.

A capacitação das mães tinha por objetivo mudar a sua concepção de maternidade. Esta palavra, aliás, em certo momento estava tão ligada àquele conceito de mãe serva do filho, que se anula por ele, que o ML propôs, em um artigo no número 12 da sua revista, um outro termo: “**maternalidade**”. Por maternalidade, elas entendiam a opção pela maternidade, isto é, a mãe que escolhe ter um filho; que sabe de todas as suas necessidades; que está feliz por tê-lo, mas não é feliz somente por tê-lo; que não faz dele sua identidade; e que luta pela revolução social para mudar o mundo que ele vai ter. Como diz Luisa Berganzo na revista “*Mujeres Libres*” nº2:

*“A maternidade consciente (...) não compreende somente a vontade decidida de procriar, nem o logro de uma criança engendrada e nascida em boas condições, mas sim a que se projeta depois sobre a vida dessa criança preparando-a para quando tiver que sentir sua responsabilidade de procriador.”*¹⁵³

Ao mesmo tempo, talvez por se tratar de uma questão difícil, encontramos alguns textos mais conservadores, que trabalham com a idéia da maternidade como parte de uma natureza da mulher. Como esse trecho de um artigo de Etta Federn: “*Nem todas as mulheres que deram à luz e que suportam as vicissitudes da maternidade podem, apenas por isto, serem chamadas de mães. A maternidade em si é um estado natural, predestinado na*

¹⁵³ BERGANZO, Luisa Perez “Problemas sanitarios y maternidad consciente” *Revista Mujeres Libres*, nº2, junho de 1936, p.06.

mulher: um estado biológico ao qual a mulher chega em muitos casos sem, ou mesmo contra, sua vontade consciente. Cumpre sempre a lei da natureza comum às fêmeas de todos os seres animais, para manter as espécies, para manter a vida em nosso planeta.”¹⁵⁴

De qualquer forma, mesmo utilizando-se de um argumento essencialista, Federn procurou questionar aquelas mulheres que têm filhos apenas por causa dessa “obrigação da natureza”, insistindo no controle da natalidade e na maternidade consciente, um tema sempre muito caro ao *Mujeres Libres*.

A defesa do amor livre, do aborto e da “maternalidade” incluía também uma severa crítica ao o matrimônio monogâmico. Entendido como um contrato desnecessário para a regulação das relações, o matrimônio era também encarado como a manifestação do sentimento de posse e propriedade privada, na maioria das vezes do marido pela mulher, e que degradava a alma e o amor. A seguinte passagem de um artigo, produzido pela Dra. Amparo, em de 1936, mostra-nos esse tipo de preocupação em relação ao casamento:

*“Do gesto amoroso se fez um minucioso código, morto e frio; do mais grato e ardente presente, uma relação de compra-e-venda em parcelas, com seus contratos e regras, e a um preço muito mais elevado, porque além do dinheiro, que conta para muito pouco, compromete-se o Coração e a Liberdade, que são tudo para o Amor.”*¹⁵⁵

Com a revolução, que era construída desde julho de 1936, pensou-se que a prática dos casamentos, tanto na Igreja como no Civil, seriam abolidas, que os operários adotariam a união livre agora que não estavam mais forçosamente sob a moral burguesa. Surpreendentemente, criticava Lucía Sanchez Saornil, os operários continuavam se casando, agora dentro dos sindicatos! Eram os chamados “casamentos à libertária”. A revista “*Mujeres Libres*” nº7 publicou o anúncio de Lucía de uma “Fábrica de bodas em série” de forma a fazer, de maneira satírica, uma crítica profunda a essa prática, segundo elas, sem sentido:

“A camarada Revolução nos falou de seu grande desconsolo. As pessoas continuam a se casar... A camarada Revolução acreditava que o espírito e a moral das pessoas se havia asseado um pouco, mas se deu conta de que o espírito e a moral das pessoas não são suscetíveis ao asseamento. As pessoas continuam a se casar... Ante a pavorosa realidade,

¹⁵⁴ FEDERN, Etta “Maternidade e maternalidade” in **Revista Mujeres Libres** nº12, maio de 1936.

¹⁵⁵ GASCÓN, Amparo Poch y “Elogio del Amor Libre” **Revista Mujeres Libres**, nº3, julho de 1936, p.12.

queremos higienizar suas inevitáveis conseqüências. Os homens seguem amando as modalidades de opressão. Ao menos veremos se podemos dourar as algemas...”¹⁵⁶

Trata-se de um caso específico, mas que pode refletir o modo como os operários ainda não haviam se libertado de suas amarras internas, e como ainda havia a necessidade de que outra pessoa, fora do casal, certificasse a união. Foi percebido que o matrimônio não estava baseado somente nas leis, mas que fora também absorvido por uma mentalidade que precisava ser mudada. O anarquismo tinha um longo trabalho pela frente, uma luta contra estratégias disciplinarizantes muito poderosas que iam além de uma dominação ideológica, elas produziam os corpos, os desejos, os gestos dos indivíduos incessantemente.

Segundo Federica Montseny, o problema da interiorização da submissão era exatamente o que tornava poucas mulheres moralmente preparadas para a sua emancipação. A grande maioria ainda precisava de uma libertação interna, substituir anos e anos daquela submissão, interiorizada pela força da Igreja, da família e do Estado, pela liberdade. Como aponta Suceso Portales, em um artigo no número 10 da revista, era necessária toda uma (re)capacitação das mulheres:

*“Estas pobres mulheres jogadas, pela educação miserável que sempre nos reservaram, ao limbo do mais triste infantilismo cerebral, causa pela qual ainda muitas não conseguiam conceber os benefícios da liberdade”*¹⁵⁷.

Foram questões como essas que impulsionaram a atuação do *Mujeres Libres* e a sua luta para mostrar às mulheres que havia outras formas de existência, de resistência, novas formas de constituição de si¹⁵⁸. Em seus textos, a preocupação de libertar as mulheres das identidades que haviam sido impostas sobre elas é constante. Como nos mostra mais uma vez a Dra. Amparo, em um trecho que une a poesia com uma forte denúncia dos males advindos da prisão doméstica da mulher:

“Eu não tenho Casa. Tenho, sim, um teto amável para resguardá-lo da chuva e um leito para que você descanse e me fale de amor. Mas não tenho Casa. Não quero! Não

¹⁵⁶ “Proyecto para la creación de una fábrica de bodas en serie” **Revista Mujeres Libres**, nº7 (sem data/sem página).

¹⁵⁷ PORTALES, Suceso “Necesitamos una moral para los dos sexos” **Revista Mujeres Libres**, nº10 (sem data/sem página).

¹⁵⁸ Cf.: RAGO, Margareth “Foucault e as artes de viver no anarco-feminismo” in RAGO, M e VEIGA-NETO (orgs.) **Figuras de Foucault**, op. cit.

quero a insaciável ventosa que enfraquece o Pensamento, absorve a Vontade, mata o Sonho, rompe a doce linha da Paz e do Amor. Eu não tenho Casa. Quero amar no extenso “além” que não fecha nenhum muro nem limita nenhum egoísmo.”¹⁵⁹

Claro está que se tratava de um trabalho difícilimo e que requeria tempo. Infelizmente, *Mujeres Libres* e a Revolução Espanhola não tiveram esse tempo necessário de amadurecimento e de práticas das novas concepções éticas e políticas.

Por fim, dentro dessa questão da moral sexual, havia o problema da prostituição. Trata-se de um tema que aparece com mais destaque na revista “*Mujeres Libres*” dentre os outros debatidos anteriormente e que pode, por isso, ser considerado uma de suas maiores preocupações no campo da sexualidade. A prostituição era entendida como mais uma consequência dos matrimônios e da figura da mulher-mãe dessexualizada pois, para respeitar sua esposa, o marido deveria satisfazer seus desejos nos bordéis. A defesa do direito ao prazer e o amor livre poderiam ser caminhos para o fim da prostituição ao torná-la desnecessária.

O número 5 da revista “*Mujeres Libres*” foi o primeiro a apresentar um belo artigo sobre a questão, apontando para a gravidade e urgência do problema:

“A tarefa mais urgente a realizar na nova estrutura social é a de suprimir a prostituição. Antes de nos ocupar da economia ou da educação, desde agora mesmo, em plena luta antifascista ainda, temos que acabar radicalmente com esta degradação social. Não podemos pensar na produção, no trabalho, em nenhum tipo de justiça, enquanto permanecer em pé a maior das escravidões: a que incapacita para qualquer viver digno.

Que não seja reconhecida a decência de nenhuma mulher enquanto não pudermos atribuí-la a todas. Não há senhora de tal, irmã de tal, companheira de tal, enquanto existe uma prostituta. Porque a que sustenta esses títulos de honradez, a que faz possível essa decência, é a prostituta, destinada a suprir as respeitadas férias concedidas ao casto casamento, à sana lactância, à cuidada gestação da mulher ‘decente’; as clandestinas aventuras sexuais dos adolescentes das famílias cristãs (...).”¹⁶⁰

¹⁵⁹ POCH Y GASCÓN, Amparo “Elogio del amor libre” in **Revista Mujeres Libres** nº3, julho de 1936.

¹⁶⁰ “Liberatorios de Prostitución” **Revista Mujeres Libres**, nº5 (sem data/sem página).

Os anarquistas e o grupo ML consideravam a prostituição como resultado direto da exploração econômica da mulher e o melhor exemplo da exploração da sociedade capitalista em último grau. Como uma iniciativa para lidar com tal problema, o ML propôs um projeto de criação dos *Liberatorios de Prostitución*. Tratava-se de casas em que as prostitutas seriam acolhidas para estudar e aprender uma profissão, além de receber cuidados médicos. O projeto foi aplaudido e aprovado pela CNT, mas não pode ser colocado em prática por causa das dificuldades impostas pela guerra. De qualquer forma, as militantes do ML mantinham um trabalho de ida às zonas de prostituição na tentativa de convencer aquelas mulheres a largarem as atividades e unirem-se ao grupo e à luta armada pela revolução.

Dessa forma, apesar das autoras do ML só falarem em exploração econômica, em seus textos, como causa maior, elas também consideravam a mentalidade que fazia possível, aceitável, a prática de comercialização dos corpos femininos. Considero que a sua luta pelo fim da prostituição ia além da simples inclusão da prostituta em outros trabalhos, envolvia também conscientizar os homens da gravidade de compactuar com essa forma de exploração, e conscientizar as mulheres de que, como o artigo mesmo diz, elas só são mulheres honradas porque existem as desonradas.

Finalmente, mesmo essa concepção de prostituição era contestada pelo grupo:

*“O conceito já dissemos que é limitado, extremamente limitado, entretanto é, por outro lado, consolador; porque se à palavra ajustamos toda a amplitude de seu significado verdadeiro, veremos de repente atingir a pessoas respeitáveis, e cairão em vergonha umas quantas instituições mais ou menos acreditadas.”*¹⁶¹

Pode-se observar que elas também consideravam o casamento como um tipo de prostituição, uma crítica comum também a outros grupos de esquerda. Assim, a mulher casada e dependente, em troca do seu sustento financeiro, deixar-se-ia guiar e dominar pelos desejos do marido, anulando-se, *“(...) porque a mulher que vive em dependência econômica recebe um pagamento, ainda que seja de seu marido legítimo”*¹⁶². As libertárias consideravam o trabalho doméstico e a servidão sexual como pagamento das esposas pela

¹⁶¹ “Acciones contra la prostitución” **Revista Mujeres Libres**, nº11 (sem data/sem página).

¹⁶² *idem, ibidem.*

subsistência proporcionada pelos maridos, subsistência essa que elas não haviam tido nem sequer a chance de tentar conquistar livremente. “*A realidade econômica enterrou a mulher (...), a Casa a excluía de todas as tarefas de produção, de todos os trabalhos públicos que dão direito à subsistência. Esta a ganhava por meio do homem a quem dava seus serviços privados, inclusive os sexuais (...)*”¹⁶³.

Todas essas críticas do *Mujeres Libres* a um modelo masculino e hegemônico do que era ser mulher e de suas conseqüências para as relações sociais soam, hoje, como profundamente inovadoras, modernas, diferentes dos programas de outros movimentos feministas do início do século XX, muitos deles centrados na luta pelo sufrágio feminino. Ainda assim, devemos considerar que, em certos momentos, o discurso do grupo ML apoiava-se em argumentos que, hoje, já foram descartados pelas teorias feministas pós-modernas, como a insistência em uma natureza feminina diferente da masculina, ou a defesa de mesmo algumas teorias eugênicas. Não devemos, no entanto, considerar essas características como incoerentes. A incoerência cria duas posturas opostas, e muitos acabam escondendo o “outro lado” para “salvar a pureza” dessa história. Joan Scott, por outro lado, sugere outra abordagem, já colocada no título de seu livro **A Cidadã Paradoxal** (título original: **Only paradoxes to offer**)¹⁶⁴, dedicado à história do movimento feminista francês. O conceito de paradoxo não separa as idéias do grupo em dois lados, um que consideramos positivo, que deve ser trabalhado, e um outro negativo, que será propositalmente esquecido. O paradoxo abre espaço para o estudo de todos os aspectos e idéias, e de que forma conviviam entre si, lembrando sempre que o julgamento que coloca algumas dessas idéias como incompatíveis vem do nosso olhar. Naquela época, para essas mulheres, com certeza não o eram.

Herdeiras de uma luta anterior

No âmbito da escrita política, devemos destacar essas militantes do *Mujeres Libres* criadas no meio operário e anarquista, a maioria autodidata, que conseguiram criar um

¹⁶³ GASCÓN, Amparo Poch y “Elogio del Amor Libre” **Revista Mujeres Libres**, nº3, julho de 1936, p.13.

¹⁶⁴ SCOTT, Joan W. **A cidadã Paradoxal – As feministas francesas e os direitos do homem** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

espaço próprio para manifestarem suas idéias e opiniões, e para discutir questões feministas. Elas, no entanto, não estiveram sozinhas, e podemos encontrar, em fins do séc. XIX, mulheres anarquistas que foram pioneiras nessa luta por um espaço para a escrita feminista. Refiro-me, por exemplo, às militantes Teresa Claramunt e Soledad Gustavo, e também à sua filha Federica Montseny, cuja militância se inicia apenas uma década antes do ML. Devemos também lembrar que não se tratava de um movimento exclusivamente espanhol, pois temos os grandes exemplos da russa Emma Goldman e da brasileira Maria Lacerda de Moura¹⁶⁵.

Talvez o principal nome desta lista seria Teresa Claramunt, lembrada carinhosamente por Antonia Fontanillas em seu depoimento e por Federica Montseny, e cuja fama no meio operário espanhol é comparável ao herói e mártir da Revolução Buenaventura Durruti - e isso não é pouca coisa. Nascida em uma família operária de Sabadell (Catalunha) em 1862, Teresa teve pouca educação formal, pois logo aos dez anos foi colocada para trabalhar em uma fábrica têxtil, como acontecia com a maioria das crianças que precisavam ajudar com o sustento da família. Dessa sua experiência na fábrica, aliado ao pensamento anticlerical e republicano de seu pai, a jovem desenvolveu uma simpatia em relação ao pensamento anarquista que ainda estava chegando na Espanha, principalmente pela influência de seu “mentor” e depois marido, Antonio Gurri – Teresa casou-se com 22 anos. Ela teve a oportunidade de assistir de perto a formação do movimento anarquista na Espanha, e conheceu pessoalmente grandes nomes dessa época, como Anselmo Lorenzo, Max Nettlau e Federico Urales.

Mas a sensibilidade de Teresa logo se voltou para a sua própria experiência: como trabalhadora em uma fábrica e uma das únicas mulheres presentes nas reuniões e comícios anarquistas, ela rapidamente tomou para si a causa das mulheres operárias. Ela começou sua militância entre os anos de 1884 e 1885, quando já estava casada e não trabalhava mais. Segundo Laura Vicente, *“o fato de que durante os primeiros anos de casada usava o sobrenome do marido e sempre assinava e aparecia mencionada na imprensa como Teresa Claramunt de Gurri, indicava a existência de uma certa dependência material, emocional e*

¹⁶⁵ Sobre essas duas grandes feministas-anarquistas, cf: RICHTER, Liana Peter **Emancipação feminina e moral libertária: Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura**, Campinas: Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1998 e LEITE, Mirian Moreira **A outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura**. São Paulo: Ática, 1985.

*intelectual de Claramunt em relação ao seu marido. Esse detalhe ganha mais significado quando, anos depois, abandonou o sobrenome de seu marido e criticou as mulheres que o utilizavam. Já que considerava símbolo de dependência e escravidão”*¹⁶⁶.

Claramunt abraçou a causa das mulheres em vista de que, dentro do movimento anarquista, as idéias de liberdade feminina eram escassas e pouco discutidas nas assembléias e congressos. Na imprensa, Laura Vicente registra apenas dois periódicos exclusivamente femininos e que tiveram curta duração: “Humanidad Libre”, 1902 e “La Mujer Moderna”, 1904. Além disso, era difícil encontrar artigos dedicados ao tema das mulheres, e quando existiam, eram sempre homens falando sobre a questão e perpetuando seu olhar.

Teresa defendia arduamente dois temas que lhe eram mais caros: primeiro, a necessidade de livrar as mulheres dos códigos restritivos do catolicismo, pelos quais eram mais influenciadas do que os homens por conta de sua parca educação. Para ela, a religião agia como uma venda que tampava os olhos das mulheres para a luz do conhecimento e da liberdade oferecida pelo anarquismo. Segundo, Claramunt sempre chamava as mulheres para participar do movimento, e cobrava dos companheiros que trouxessem às assembléias suas mães, esposas, irmãs e filhas para que elas também pudessem lutar pela revolução social.

Um traço constante de sua escrita era utilizar sua própria experiência como inspiração e exemplo, o que tornava seus artigos muito fáceis de serem compreendidos pelas mulheres que porventura fossem lê-lo. Sempre tentava justificar seus erros de redação e gramática pela importância do que tinha para dizer, o que nos mostra uma certa insegurança em entrar nesse mundo da escrita. Segundo Vicente, *“as mulheres, e é esse o caso de Claramunt, para legitimar seu atrevimento em tomar a palavra, (...) compensaram sua falta de ciência com sua experiência como mulheres e, por isso, sua voz continha veracidade. Colocaram em palavras a experiência da vida.”*¹⁶⁷

Foi a partir de 1891, quando foi morar em Barcelona, depois de um curto período em Portugal, que Claramunt realizou uma grande virada: tornou-se uma mulher muito mais segura, que não precisava mais de mentores, e abandonou definitivamente o sobrenome

¹⁶⁶ VICENTE, Laura **Teresa Claramunt: Pionera del feminismo obrerista anarquista** Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo, 2006, p.79.

¹⁶⁷ *idem, ibidem*, p.93.

Gurri de seu marido. Anos depois, abandonaria também o próprio marido para viver uma relação libertária com outro companheiro.

Teresa continuou, nesses anos, com a sua luta contra a religião e pela inclusão das mulheres no movimento anarquista. Participou em duas tentativas de criar um grupo operário só de mulheres, como mais tarde viria a ser o *Mujeres Libres*, porém ambas fracassaram.

Em 1905, publicou um folheto de dezesseis páginas em que recolhia e sistematizava suas idéias sobre a situação da mulher: “La mujer. Consideraciones generales sobre su estado ante las prerrogativas del hombre”. É pelo conteúdo deste folheto que, segundo Laura Vicente, o caráter de pioneira do feminismo espanhol de Claramunt torna-se evidente.

De maneira clara, ela reconhecia a situação de opressão e inferioridade em que vivia a mulher, responsabilizava o homem por criar dita situação e mantê-la assim, e concluía que a mulher deveria, sozinha, lutar contra sua opressão (e opressor), ao invés de esperar dos homens alguma atitude. O que explica o forte engajamento de Claramunt em tentar construir uma organização exclusiva de mulheres. Segundo Vicente, “*As alternativas que propunha Claramunt eram as seguintes: em primeiro lugar, reconhecer o problema para remediá-lo; a mulher tem que ser a protagonista da solução, não tem que esperar do homem o remédio de seus males; em segundo, a mulher tem que lutar por liberdade e igualdade de condições em relação ao homem; por último, a mulher tem que trabalhar com consciência própria de seus direitos e deveres para, com o concurso que o homem lhe preste, poder completar a transformação necessária*”¹⁶⁸.

Como podemos observar, muitas questões que estavam presentes na iniciativa do grupo *Mujeres Libres* foram levantadas bem antes por Teresa Claramunt, e esse diálogo de idéias não foi uma mera coincidência. As participações dessa militante nos eventos mais marcantes do movimento anarquista espanhol, entre 1890 e 1910, desde greves até a repressão governamental e exílios forçados, colaborou para Claramunt ser recoberta com a imagem de heroína, e raro seria alguém não conhecer seu nome na década de 1930. Assim, podemos afirmar que, por seu exemplo, ela sentou as bases para muitas futuras jovens anarquistas lutarem por um espaço no movimento.

¹⁶⁸ *idem, ibidem*, p.229.

Teresa Claramunt, Soledad Gustavo, Federica Montseny, Lucía Sanchez Saornil, Mercedes Comaposada... Não somente textos anarquistas, essas mulheres criaram obras feministas a partir do momento em que se dispuseram a tomar a caneta - aquela que só queriam lhes dar para escrever cartas e listas de compras - e com isso abriram o espaço, lançaram o exemplo e incitaram outras mais a fazer o mesmo. Como podemos mesmo observar nas mulheres aqui apresentadas, e em especial Sara Berenguer, que foi ainda mais além na sua ousadia de escrever e publicou um livro de poesias:

La Rima

*“Escribo poesía,
y algunos me reprochan
que mis versos carecen de rima.*

*Para mí tiene poca importancia
si algunas de las estrofas
carecen de esmeralda elegancia.*

*Todo mi interés
solamente va guiado
en no expresarme al revés.*

*Decir lo que el corazón siente,
y aunque no guarde armonía,
es mejor que si al guardarla se miente.*

*Ya vem la poetisa que soy,
sin regla ni disciplina,
pero a mí sólo me anima
demostrarme tal cual soy.*

*La libertad de expresión
es la rima cristalina
que brota del corazón.”¹⁶⁹*

¹⁶⁹ BERENGUER, Sara **Cardos y flores silvestres** Mexico: Editores Mexicanos Unidos, S.A, 1982, p.17. “A rima: escrevo poesia/ e alguns me criticam/que meus versos carecem de rima/Para mim tem pouca importância/se algumas estrofes/carecem de esmeralda elegância/Todo o meu interesse/vai guiado somente/em não me expressar ao contrário/Dizer o que o coração sente/ e ainda que não tenha harmonia/ é melhor que se, ao tê-la, se mente/ Já vem a poetisa que sou/sem regra, nem disciplina/ mas a mim só me anima/ demonstrar-me tal como sou/ A liberdade de expressão/ é a rima cristalina/que brota do coração”.(t/a)

Sara demonstra, aqui, toda sua força ao rebater as críticas que recebe por falta de “técnica” em suas poesias e ao continuar criando mesmo assim. Afinal, mulheres como ela eram “sem regra nem disciplina”, e não se deixaram prender pelas normas masculinas que somente desejavam silenciá-las. Muito pelo contrário, essas mulheres fizeram muito barulho. No entanto, com o final da guerra e a vitória de Franco, um grande e doloroso silêncio abateu-se sobre elas.



Capítulo 3

Cruzar a fronteira ou trancar as portas?

A experiência do exílio e da ditadura espanhola

Primeira Parte: uma outra Espanha em silêncio

*** Lola Benavent*

A liberdade terminou quando... quando acabou a guerra. Pagamos muito caro, querida, muito caro. Bom, primeiro, a fome que passamos. E, além da fome, bem... eu tinha uma amiga que morreu tuberculosa. Lembro-me muito bem de quando ela estava lá e colocamos jasmims no pé da cama. Por isso quando cantamos “Jasmims no cabelo e rosas no rosto”, me lembro e choro. Depois tinham outras jovens que, quando os militantes vinham ao povoado para descansar da frente, estas jovens passeavam com eles. Depois [os fascistas] cortaram seus cabelos, deram rícino a elas. Uma delas morreu. Foi tudo quando terminou a guerra. Foi tão absoluto e horrível tudo... Meu pai, por exemplo, ouvi na rua, quando eles faziam uma ronda, e uma voz dizia: ‘Ah, esse também!’ e daí BAM, BAM, batiam com as armas na porta da minha casa. ‘Está preso!’... e assim levaram meu pai. (...)

Por exemplo, meu primo. Era anarquista, foi ferido na frente, nos pulmões... não podia voltar e deram um trabalho para ele no povoado, porque, claro, não tinha homens. (...) Quando terminou a guerra, o médico que cuidava de suas feridas o denunciou por ‘vermelho’! E o fuzilaram em Paterna! Que pena! Que amargura! Você perdoaria uma coisa dessas?(...)

Meu tio... condenaram-no a trinta anos de prisão... porém pensaram melhor, disseram ‘trinta anos? Se o matamos, vai em paz’, Colocaram-no

num caminhão e 'à Paterna!' Bang! E lá estão todos em uma fossa. E quantos! E quantos! Como posso falar de todos que...? E essa amargura, essa coisa... (...)

Foi quando terminou a guerra. Não podíamos nem respirar. Assim que as Mujeres Libres, de livres já não podiam ser nada. Verá, você verá... Não esquecer e nem perdoar, não. Porque, além disso, havia as humilhações. (...)

Estamos unidos [Lola e seu companheiro Federico], vivendo juntos, noite e dia, há cinqüenta e sete anos! Porém durante oito anos antes, eu vivia no povoado e ele vivia em Valência. Não podíamos ficar juntos. Não havia trabalho, e ele vivia escondido, vivendo com uma documentação falsa. Porque ele não se entregou quando veio o serviço militar. Porque os que vinham da frente e se entregavam iam parar na Plaza dos Toros, e lá morriam como moscas. (...) Em 1947 nos unimos. Depois fomos para Alginet, para fugir...

Federico - Lá meu sogro me buscou e me levou para uma casa na montanha, para me esconder.

Entrevistadora - Quanto tempo ficou assim, nessa situação de clandestino?

Lola - Uh... não sei... Fede... bem, em 1962, quando fui à Paris ver meus irmãos, você ainda não podia ter passaporte.

F - Porque os que haviam estado na frente, como eu, em certos cargos... quando os pegavam aqui, fuzilavam-nos. E teriam me fuzilado também. Lolita é testemunha de que muitas noites acordo suando porque estou sonhando que a polícia está me prendendo.

L - Foi terrível, porque além disso aquele que te denunciava era seu vizinho, seu amigo, iam juntos no colégio... e depois te denunciavam. E isso, isso foi grave. Pois nos dividiram a todos, inclusive nas famílias. (...)

E nos roubaram tudo. Por exemplo, na minha casa, devido ao comércio que tínhamos, havia no banco seiscentas mil pesetas, que era então muito

dinheiro, e ficaram com tudo. Quando acabou a guerra, não havia mais nada no caixa. Mas outras pessoas, para outras pessoas foram as casas, as terras, roubaram a biblioteca da escola que uns trabalhadores tinham feito. Por exemplo, quando veio a guerra, as terras tinham sido abandonadas pelos ricos, não precisavam de dinheiro... os homens que sobraram, que não tinham ido à frente, tinham que matar a fome como dava... pegaram suas ferramentas e fizeram esses campos florescer. Quando terminou a guerra, esses homens foram parar na cadeia porque tinham se apoderado dessas terras! Então, os donos das terras, que antes eram terras que não serviam para nada, ficaram com elas bem cuidadas e a ponto de fazer a colheita! E os outros na cadeia...

Em 1950, nasceu meu filho. Em plena ditadura, fortíssima. Nós dois nos olhamos: ‘este bebê não vai ser batizado’, e assim foi. (...) Quando ficou mais velho e chegou a hora de ir à escola... Não havia escola para meu filho! Ele não estava batizado, não estava batizado, querida. Portanto meu filho não tinha direito a nada!. (...)

E o que me humilharam! Era proibido rir. Aí está... e isso não é nada. É muito grande. Tudo. Assim como você compreenderá: não esquecer e não perdoar. Aí está. (...)¹⁷⁰



**** Maruja Lara**

Quando terminou a guerra, eu fiquei. Eu fiquei. Passei por uma boa história. Eu fui para Granada e tive que voltar porque a polícia de lá me procurava, voltei pra Valência, pelo menos tinha um lar, uma companheira de luta, Amélia, nos recebia a hora que fosse... eram

¹⁷⁰ BENAVENT, Lola **Entrevista concedida à prof. Margareth Rago** Espanha, 2004.

admiráveis, ela e seu companheiro, e também tinham seus filhos. Na casa dela passamos muitas vicissitudes.

Mas antes... antes de achar a Amélia, fiquei escondida na casa de outra companheira, tomava um café com leite a cada vinte e quatro horas, essa era minha alimentação. Então Carmen me escreveu dizendo que queria me ver, e foi então quando fui pedir alojamento para Amélia, e Carmen também ficou lá, e lá ficamos os anos que vivemos juntas. Vivemos com um nome falso durante muito tempo.

Tínhamos uma banca, de verdade, e penduramos o Soli [apelido do jornal anarquista Solidaridad Obrera] lá... Um dia passou um policial e disse: ‘Esse periódico nunca tinha visto por aqui’, e eu: ‘ Eu não o comprei, veio em um pacote e coloquei-o ali’. Sabe, coisas assim... Tínhamos a imprensa, é verdade. Não sei quem era e quem não era, mas nos colocavam o Solidaridad Obrera, Tierra y Libertad, por baixo da janela, por baixo da porta, então de noite ficávamos na sala de jantar e comentávamos... Não sei quem era, não sabemos nunca. Mataram muita gente, mas nunca ninguém nos disse nada...

Nos campos nós também colhíamos laranjas e depois levávamos para a prisão, dávamos para as companheiras dos presos para elas darem para eles. Não tínhamos outra coisa para dar, não tínhamos pão nem para nós mesmas. Isso foi nos anos quarenta.

Nós somos anticlericais e... todo mundo nos conhecia e comprava conosco, é verdade. Um dia veio uma procissão e ela parou precisamente na frente da nossa porta e... baixamos a persiana. Era muito atrevido isso, muito atrevido.

Fizemos um grupo de mulheres antifascistas e chegamos a ser pelo menos trinta ou quarenta, verdade. Reuníamos-nos nas casas de algumas companheiras, nossa vontade era derrubar o fascismo, todas as conversas e temas eram contra o fascismo e contra a barbárie do

*fascismo. Por que o fascismo fez muita barbárie. Não nos lembramos ou não queremos nos lembrar, mas fez muita barbárie.*¹⁷¹



Em abril de 1939, o general Francisco Franco declarou o fim da Guerra Civil e o nascimento de um novo Estado e de uma nova Espanha. No projeto, os “derrotados” não tinham espaço. Todos aqueles que lutaram contra o exército franquista – republicanos, socialistas, comunistas, anarquistas – na verdade, haviam lutado contra a Espanha, essa “pátria rica, moral e cristã” que Franco resgatou, e para essa atitude não havia desculpas.

Segundo Michael Richards, as palavras “perdão” e “anistia” seriam banidas do vocabulário espanhol¹⁷². Os derrotados seriam para sempre estigmatizados como rebeldes. E se conseguissem sobreviver à repressão violenta, prisões e execuções, eles ainda encontrariam dificuldades práticas para viver nessa Espanha, por causa de pequenas estratégias que humilhariam essas pessoas e as colocariam em uma segunda ordem de cidadãos, que o país aceitava, porém não acolhia.

O relato de Lola Benavent do período pós-guerra é significativo para mostrar a força da violência da nova ditadura: seu pai, um tio e um primo foram, em diferentes ocasiões, mortos pelo regime. Se pensarmos que Lola, sozinha, presenciou três mortes em sua família, quantas não terão ocorrido no geral? Apenas para ilustrar essa questão, cito aqui alguns dados apresentados pelo historiador Paul Preston¹⁷³. Segundo este autor, ocorreram 300 mil mortes durante a guerra; mais ou menos 400 mil pessoas fugiram para o exílio na França, das quais cerca de 10 mil morreram em campos de concentração nazistas por serem “vermelhos” e/ou participarem da resistência contra a invasão alemã. Dentro da Espanha, em 1940, já havia 400 mil presos políticos, sendo que cerca de 7 mil eram professores e 30 mil, mulheres. Os presos eram utilizados como mão-de-obra para a construção de pontes, estradas e diques, e estima-se que 20 mil deles foram forçados a trabalhar na construção do

¹⁷¹ LARA, Maruja **Entrevista concedida à prof. Margareth Rago** Espanha, 2004.

¹⁷² RICHARDS, Michael **A time of silence – Civil War and the culture of Repression in Franco’s Spain, 1936-1945** United Kingdom: Cambridg University Press, 1999.

¹⁷³ PRESTON, Paul **La política de la venganza – El fascismo y el militarismo en la Espana del siglo XX** Barcelona: Ediciones Península, 1997.

“*Valle de Los Caídos*”, obra monumental de Franco construída em homenagem aos soldados de seu exército que morreram durante o conflito¹⁷⁴. Já Michael Richards completa esse cenário surpreendente: aproximadamente 200 mil pessoas foram executadas logo após o fim da guerra, e outras 200 mil morreram de fome por causa das conseqüências do conflito e das políticas adotadas pelo regime.¹⁷⁵

Independente da precisão desses números, não se pode duvidar de que a derrota na Guerra Civil, para a esquerda em geral e para os republicanos, significou muito mais do que uma perda política, transformando-se quase em um pesadelo em que a ditadura de Franco funcionava como um rolo compressor que esmagava tudo o que estivesse em seu caminho.

A violência empregada nas prisões também não ficou atrás. Super-lotadas, improvisadas, sem condições de higiene e mínimas rações de água e comida, os cárceres franquistas poderiam ser comparados quase a campos de concentração. Ricard Vinyes relata, a partir de entrevistas com mulheres que foram presas durante o regime, várias cenas de maus-tratos presenciadas por elas: “*Em Guadalajara, os guardas disparavam nos presos que se amontoavam nas grades das janelas pedindo a urina dos filhos das presas para acalmar sua sede. Mais de um foi alcançado pelo fuzil. Contudo, também ali um funcionário impediu uma matança de presas organizada por falangistas armados com metralhadoras e posicionados nos muros do pátio.*”¹⁷⁶

Toda essa violência era justificada pela ideologia do regime. A santa cruzada de Franco para salvar a Espanha permitia, pelos seus nobres fins, a utilização de tais ferramentas. Para Michael Richards, Franco se colocava como o herdeiro de uma linhagem que fora interrompida depois do rei Felipe II – cuja morte, em 1598, era associada ao início da derrocada do grande império espanhol. No papel do herói que vem para retomar aquela antiga e poderosa pátria, o general inicia um trabalho de purificação do país: todos aqueles que não faziam parte da verdadeira Espanha sofreram humilhações, exílios, execuções, torturas, confisco de bens materiais. Em sua fórmula, não se poderia estabelecer nenhum tipo de relação com o “mal”.

¹⁷⁴ *idem, ibidem*, p.99.

¹⁷⁵ RICHARD, M *op. cit.*, p.11.

¹⁷⁶ VINYES, Ricard **Irredentas. Las presas políticas y sus hijos en las cárceles de Franco** Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2002, p.21.

Para Paul Preston, mais do que uma purificação, a atitude do governo ultrapassou também as questões de repressão política e acabou por transformar-se em uma vingança de Estado, em que era cobrada a culpa dos derrotados por ter colocado a Espanha em uma guerra civil e até, em última instância, pela decadência político-econômica que o país enfrentava há séculos. Segundo Preston, a última vítima oficial dessa vingança seria o comunista Julián Grimau, executado, no dia 20 de abril de 1963, por crimes que se dizia que havia cometido durante a guerra, e sob fortes protestos dentro da Espanha e também da comunidade internacional.¹⁷⁷

Essa violência foi justificada por uma ideologia que fora formada ainda durante o conflito, pois a Falange já trabalhava na propaganda da idéia da cruzada santa contra os pecadores republicanos e marxistas em geral. Através do exemplo de Cesare Lombroso, famoso antropólogo e psiquiatra italiano que criou teorias de degenerescência da raça e patologizou a dissidência política, o franquismo conseguiu promover teorias parecidas que também inferiorizavam e desumanizavam o inimigo em sua essência.

O principal responsável pela elaboração de tais teorias foi o psicólogo e militar Antonio Vallejo-Nágera (1889-1960). Em 1938, sob seu comando e com total aprovação do general Franco, foi fundado o “Gabinete de Investigaciones Psicológicas”, cuja tarefa era realizar experimentos nos prisioneiros republicanos e marxistas para determinar as causas de tal “rebeldia” e impedir que esta se alastrasse.

Vallejo defendia uma concepção um tanto singular de que a verdadeira raça espanhola não deveria ser definida biologicamente, mas sim ser entendida em termos culturais, como uma sociedade específica e superior, baseada em valores morais patrióticos e fundamentada em uma forma de governo forte e militar. A democracia seria um dos grandes perigos a essa raça, que ele chamava de “hispanidad”. Segundo Vinyes, “(...) a solução [para Vallejo] não residia em encontrar um gene malvado e liquidá-lo. Vallejo-Nágera jamais se mostrou geneticista nos textos da época: ‘A degeneração da raça reside, no nosso entender, em fatores externos que atuam de maneira desfavorável sobre o plasma germinal’.”¹⁷⁸

¹⁷⁷ PRESTON, P. *op. cit.*, p.100.

¹⁷⁸ VINYES, Ricardo *op. cit.*, p.56.

Como a ameaça residia no ambiente externo, a solução recomendada pelo Gabinete era a reclusão e segregação dos “rebeldes” moralmente deteriorados. Vallejo alertava para o perigo que rondava as crianças nascidas em lares democráticos ou de esquerda, e apontava para a urgência no trato com os rapazes, infelizmente já perdidos, que deveriam ser segregados em locais adequados – geralmente, centros falangistas ou católicos. A segregação das crianças tornou-se quase uma obsessão: o novo regime fez de tudo para reaver seus meninos e meninas, que haviam sido enviados para o exterior pelo governo republicano, durante a guerra, para sua proteção, ou mesmo os que haviam ido para o exílio com seus pais. De acordo com a ideologia proposta por Vallejo, essas crianças faziam parte da “hispanidad” e ainda poderiam ser salvas dos males do comunismo e anarquismo se fossem trazidas de volta. O governo utilizou-se de vários meios para repatriá-las, e não são poucos os relatos de raptos, especialmente na França¹⁷⁹.

A ideologia de inferioridade natural e de degeneração social do vencido teve uma grande aceitação dentro da elite espanhola representante da “hispanidad”. Essa transformação do inimigo em um ser menor, ou desumanizá-lo era também uma condição necessária para a aplicação da violência. Os cárceres franquistas inclusive não tinham como objetivo a recuperação do preso, um ser inferior para o qual não havia cura, apenas a sua domesticação para que ele pudesse viver assujeitado no novo regime. Isso, claro, se tivesse a sorte de não ser fuzilado antes.

A pesquisa de Vallejo-Nágera durou aproximadamente um ano, do verão de 1938 a outubro de 1939, e foi dividida em duas partes: um trabalho com prisioneiros, homens das brigadas internacionais confinados em San Pedro de Cardeña, e o trabalho com mulheres presas políticas da cadeia feminina de Málaga. Os resultados obtidos das entrevistas com os brigadistas não fugiram ao esperado, e Vallejo publicou suas conclusões de que, de fato, tratavam-se de pessoas mentalmente inferiores. A terapia recomendada era a re-educação segundo os valores religiosos e patrióticos, e a imediata segregação das crianças do ambiente familiar nocivo.¹⁸⁰

Segundo Vinyes, a grande surpresa para Vallejo foram as observações na pesquisa com as mulheres. Como a pobreza e baixa educação eram consideradas fatores importantes

¹⁷⁹ *idem, ibidem*, pp.90-98.

¹⁸⁰ *idem, ibidem*, p.66.

para o aliciamento das pessoas, foi uma grande novidade para os pesquisadores constatarem que a grande maioria das presas políticas de Málaga vinha de famílias com boas condições financeiras e também apresentava bons níveis de educação. Para eles, não havia, então, outra forma de compreender a militância política dessas mulheres senão como sendo um problema de seu sexo – ele seria naturalmente propenso ao crime. Em um artigo intitulado “Psiquismo do fanatismo marxista. Investigaciones psicológicas en marxistas femeninos delincuentes”, publicado em uma revista de medicina espanhola, em maio de 1939, Vallejo afirma:

*“quando desaparecem os freios que contém socialmente a mulher e se liberam as inibições que barram os impulsos instintivos, então se desperta no sexo feminino o instinto da crueldade e ultrapassa todas as possibilidades imaginadas, precisamente porque lhe falta as inibições inteligentes e lógicas.”*¹⁸¹

Os freios que Vallejo menciona eram, claro, os valores morais da “hispanidad”, que estariam ausentes em ambientes democráticos e de esquerda. Tais valores ditavam que também as mulheres eram essencialmente inferiores, passivas, nascidas para sofrer em nome do pecado original. Sua única função na sociedade era proteger a família, sagrada unidade que compunha a “hispanidad”, e guardá-la moralmente.

A concepção de gênero do franquismo levou também à proibição do aborto e do divórcio, que haviam sido liberados durante o período republicano, e a violência do regime recaiu sobre as mulheres de diversas formas. Michael Richards afirma que as mulheres eram presas como iscas, para atrair filhos ou maridos que estivessem militando na resistência, e também a essas mulheres era negado qualquer tipo de emprego, em uma espécie de pacto de fome. Segundo Richards, *“(...) mulheres portando armas e marchando nas ruas em apoio à ação revolucionária eram vistas como a escória da sociedade, lixo, prostitutas mostrando uma luxúria sem freios, e perturbava profundamente aqueles que acreditavam na manutenção da ordem social existente. Elas eram vistas como odiadoras de seu sexo, já que foram além do que era natural dele. A pureza da sociedade dependia das mulheres: o diabo, o mal e o pecado eram revelados nos homens quando as mulheres falhavam em se conformar.”*¹⁸²

¹⁸¹ VALLEJO-NÁGERA, A. *apud* VINYES, R. *op. cit.*, p.68.

¹⁸² RICHARDS, M. *op. cit.*, p.53.

Um castigo muito comum, como Lola Benavent recorda, era raspar a cabeça das jovens que haviam se relacionado com soldados do exército republicano. Era uma forma de obrigá-las a portar um símbolo público de seu pecado, ao mesmo tempo em que as identificava na lógica da segregação do vencido.

O dia-a-dia dessas pessoas, não só das mulheres, seria marcado por constantes humilhações. O filho de Lola, por exemplo, não podia ir para a escola pública porque não tinha sido batizado. Para sobreviver na ditadura, era necessário viver uma vida dupla, esconder o passado e fingir participar dos valores do regime. A insegurança, o medo de ser delatado à polícia era constante, como também lembra Lola. Qualquer um poderia colocar sua vida nas mãos da ditadura, o que resultou num esfacelamento das relações sociais, já que não se sabia em quem confiar, e no encerramento dessas pessoas dentro do ambiente doméstico.

É por isso que Maruja Lara, em seu relato, chama de “atrevida” sua atitude de fechar as portas de seu comércio para uma procissão. Foi uma demonstração pública de seu desacordo, e com certeza arriscada. Mas demonstra que, apesar de muitos optarem por esquecer o passado em nome da sobrevivência, ainda houve uma grande resistência por parte dos vencidos. As reuniões de mulheres antifascistas de que Maruja participava, ou a publicação clandestina dos periódicos operários “Solidaridad Obrera” e “Tierra y Libertad” e que ela vendia em sua banca de jornal, em Valência, demonstram a existência de uma vontade de continuar lutando pelos ideais.

Segundo Michael Richards, a preocupação dos historiadores com a análise dos movimentos operários que continuaram a funcionar no exílio acabou por criar um silêncio a respeito de resistência dentro da Espanha e uma imagem errônea de passividade. Através, por exemplo, da perpetuação de ritos, canções, o uso de dialetos, a comemoração do primeiro de maio, o povo mostrava que havia sido derrotado, porém, não estava convencido¹⁸³. Tais manifestações de desafio eram, no entanto, duramente punidas. Em março de 1941, foi realizada em Barcelona a primeira greve sob a ditadura franquista, e seus organizadores foram executados sem julgamento.

Ainda que o esquecimento transformou-se em estratégia de sobrevivência para muitos, a insistente frase de “não esquecer, nem perdoar” de Lola Benavent a coloca em

¹⁸³ *idem, ibidem*, pp.156-158.

outra posição, daqueles que optaram pela memória. No entanto, essas pessoas viram-se sem espaço para falar, pela repressão, e depois, por um pacto de silêncio que tomou a Espanha no seu processo de redemocratização, a partir de 1975. Um pacto que não passou despercebido por todos que foram calados(as). Como Maruja Lara afirmou, no fim de seu depoimento: “*não nos lembramos, ou não queremos nos lembrar, mas [o fascismo] fez muita barbárie*”.

Para Richards, “*um sentimento de medo, ausência e insegurança lançou uma sombra opressiva sobre as vidas daqueles que sofreram a derrota e a repressão. A história de incontáveis indivíduos e famílias de fome, sangue, ciladas: os temerosos mistérios das lágrimas de pais e avós (...). Uma parede de silêncio foi construída na Espanha em 1939, o ano do triunfo de Franco, que permaneceu uma barreira para o passado por anos. ‘Toda vez que perguntávamos alguma coisa que aconteceu antes daqueles anos, os adultos colocavam o dedo nos lábios e olhavam de um lado para o outro. Nós éramos um povo sem passado, sem memórias’.*”¹⁸⁴

O passado não deveria ser retomado durante os quase quarenta anos de ditadura porque era perigoso. No entanto, essa situação acabou sendo paradoxal pois, ao mesmo tempo em que as pessoas eram forçadas a se conformar e a esquecer suas origens, as estratégias do franquismo de identificação e segregação dos vencidos tinham como consequência primeira a retomada diária desse passado.

A questão mais urgente desse tema, no entanto, foi posta pelo processo de abertura e redemocratização de Espanha, questão que causa polêmicas até hoje. Com a morte de Franco, no dia 20 de novembro de 1975, deu-se início a um trabalho de transição de governos marcado pelo medo de que o país, pelo afloramento das diferenças silenciadas por quatro décadas, mergulhasse novamente em um conflito civil.¹⁸⁵

Uma das principais preocupações foi estabelecer uma reconciliação da população e encerrar a segregação vencedor-vencido tão exaltada pelo regime franquista. Leis de anistia, reintegração ao mercado de trabalho e indenizações foram promovidas pelo Estado. Tais medidas, porém, nunca compensariam tantos anos de prisões, perseguições, exílio, e também de nada serviam às milhares de pessoas que haviam sido assassinadas pelo

¹⁸⁴ *idem, ibidem*, p.170.

¹⁸⁵ Sobre este tema, veja-se o excelente livro de Paloma Aguilar Fernández **Memoria y Olvido de la Guerra Civil Española** Madrid: Alianza Editorial, 1996.

governo. E, no entanto, nada mais foi feito. Às pessoas que ficaram esperando anos e anos pela oportunidade de contar para todo o mundo o que haviam sofrido, esse mesmo mundo não estava aberto para ouvir. Novamente, temia-se que muito barulho a respeito da violência da ditadura despertasse os ânimos, tanto de um quanto de outro lado, e culminasse em outra guerra. Dessa forma, o esquecimento estava na ordem do dia mais uma vez, e assim permanece. A sociedade espanhola debate até hoje sobre o que fazer com esses quarenta anos de história.

O debate, claro, também se faz presente nos meios acadêmicos. Durante anos, o discurso do vencedor instituiu a “verdade” sobre a Guerra Civil, a versão “correta” da História para a Espanha, e ignorou e deliberadamente obscureceu qualquer relato das lutas e conquistas populares. Desde a morte de Franco, o país também assiste uma explosão de trabalhos sobre o “outro lado da história”, e grandes polêmicas também aparecem em questões como o que será ensinado na escola para as crianças das novas gerações.

A historiografia produzida dentro da Espanha durante o regime franquista procurou criar uma nova memória coletiva a partir, por um lado, da divulgação de discursos que construíam a Guerra Civil como um sacrifício necessário em nome da defesa da pátria e da religião, e, por outro lado, colocando todo o tipo de impasses às pesquisas sobre o tema. Segundo Paul Preston, organizador do livro **Revolución y guerra en España**¹⁸⁶, os trinta e seis anos de ditadura mantiveram muito bem fechados vários arquivos recheados de documentação muito importante, além, claro, de ter encorajado a destruição de outros tipos de registros mais “embaraçosos”, como os da repressão, forte violência e corrupção que marcaram o período inicial do governo de Franco.

A censura franquista procurou, ainda segundo Preston, anular qualquer trabalho investigativo para impor a imagem que construíra da natureza do conflito: quase uma cruzada santa, os defensores dos valores cristãos contra bárbaros ateus. Dessa forma, o governo incentivou também o que poderíamos chamar de uma historiografia franquista, que procurava mostrar os nacionalistas literalmente como os “salvadores da pátria”. E, após a derrota do Eixo na Segunda Guerra Mundial, procurou inclusive atenuar as características que poderiam aproximar Franco do fascismo e apresentá-lo como um pioneiro combatente

¹⁸⁶ Cf.: PRESTON, Paul “Guerra de palabras: los historiadores ante la guerra civil española” in PRESTON, Paul (org.) **Revolución y Guerra en España - 1931-1939** Madrid: Alianza Editorial, 1984, pp.15-24.

do comunismo e do perigo soviético, imagem útil dentro do espírito da nascente Guerra Fria.

Segundo o historiador Michael Richards, na interpretação do discurso franquista, “*a Espanha era considerada como uma quase-pessoa, um único e permanente ser, cuja ‘continuidade orgânica’ remontava aos tempos da Guerra de Reconquista contra os mouros e judeus no séc. XV. (...) Segundo a visão franquista, nunca houve uma Espanha tradicional (boa) e uma Espanha progressiva (ruim), como os liberais argumentavam, mas simplesmente a “eterna Espanha” e a “anti-Espanha”. Esta era a simples dualidade totalitária apresentada em muitos textos escolares da era pós-guerra civil. Não é surpresa alguma que muitas crianças espanholas cresceram acreditando que ‘la guerra de España’ foi lutada pelos espanhóis contra estrangeiros. O verdadeiro historiador, diziam os discursos oficiais, tinha que ser mais do que um ascético e passivo exibidor das sucessivas hegemonias políticas da mítica “duas Espanhas”. O relativismo, como foi visto, da tese das “duas Espanhas” foi soterrado pela tese da Cruzada, a qual, por definição, significava uma oposição irreduzível entre ‘a nação’ (uma Espanha) e os ‘outros’.*”¹⁸⁷

Fora da Espanha, porém, vários estudiosos já escreviam suas reflexões sobre o conflito, livres da censura franquista. Segundo Edward Malefakis, organizador da coletânea **La guerra de España - 1936-1939**¹⁸⁸, o grande número de obras produzidas no exterior deve ser entendido a partir também do contexto da Guerra Fria, no qual intelectuais que se identificavam ideologicamente com a esquerda procuravam estudar o papel dos comunistas no conflito espanhol e do lado republicano de uma forma mais geral. Tal identificação, segundo Malefakis, diminuiu bastante nas décadas de 1980 e 1990, principalmente após o colapso da União Soviética, e isso explicaria de uma certa forma as mudanças de temas e direcionamentos tomados pelas obras mais recentes. Já Gabriel Jackson, autor de **La República Española y la Guerra Civil**, de 1964¹⁸⁹, afirma que os intelectuais acabaram por identificar de alguma forma o que ocorreu na Espanha com a Revolução Francesa, a Comuna de Paris e a Revolução Russa. Por isso, diz ele, grande parte da historiografia

¹⁸⁷ RICHARDS, Michael “From war culture to Civil Society – Francoism, Social Change and Memories of the Spanish Civil War” in **History and Memory** vol.14, n.1/2, Fall 2002, pp.97-98.

¹⁸⁸ MALEFAKIS, Edward “Balance Final” in MALEFAKIS, Edward (org.) **La guerra de España 1936-1939** Madri: Taurus, 1986, pp.635-664.

escrita sobre o tema utiliza um vocabulário criado a partir da análise desses outros acontecimentos, o que contribui para uma espécie de diluição das características específicas e únicas do conflito espanhol.

Esta outra historiografia, ainda assim, busca contestar o discurso da santa cruzada franquista e procura construir outras histórias sobre a resistência e as conquistas populares. Durante algumas décadas, porém, acadêmicos centraram-se na participação comunista naqueles eventos, destacando o Partido Comunista Espanhol e a colaboração da União Soviética em uma guerra apenas antifascista. No entanto, o papel anarquista naquela luta vem ganhando muito mais destaque nos estudos atualmente e, mais do que uma guerra antifascista, os acontecimentos de 1936 a 1939 passaram a ser chamados por muitos de “Revolução Espanhola”, a forma como anarquistas espanhóis se referem àquelas experiências até hoje.

Ainda que revisionistas, muitos destes autores não se preocuparam com a presença feminina na Revolução. As únicas menções às mulheres geralmente se restringem apenas a duas figuras consideradas mais importantes: a anarquista Federica Montseny, e a comunista Dolores Ibarruri, mais conhecida como “La Pasionaria”. Essas mulheres aparecem, porém, não pelo fato de serem mulheres, dentro de uma reflexão sobre gênero, mas apenas por terem se destacado com grande força dentro da política do período. As milhares de mulheres espanholas que lutaram em 1936 teriam de aguardar mais alguns anos para serem incluídas na história.



Segunda Parte: olhar ou não para trás?

***** Sara Berenguer***

Eu era muito apaixonada pelas nossas coisas. Não sei, me parecia tão normal dar tudo o que podia para todos e para todas. Mas, jamais,

¹⁸⁹ Cf.: JACKSON, Gabriel **La República Española y la Guerra Civil** Barcelona: Grijalbo, 1986.

jamais na vida imaginei que teríamos que ir embora da Espanha porque os fascistas estavam vindo... jamais na minha vida.

Naquele dia fui embora para minha casa, passei pelas Juventudes Libertárias e os companheiros que estavam ali disseram: ‘Sara, Sara, do que você sabe?’ e eu disse ‘Olha, não sei de nada, mas as coisas estão mal. Amanhã veremos o que acontece’. Daí no dia seguinte fui até a sede do Solidaridad Obrera pegar uns pacotes de propaganda para distribuir, para a nossa conferência. Peguei duzentos pacotes, que me cortavam os dedos porque pesavam, e quando passava em frente ao conselho da SIA, as companheiras que estavam lá me disseram: ‘Aonde vai, Sara? Aonde vai com esses pacotes?’ e eu disse: ‘Vou ao Comitê Regional, são para uma conferência’. ‘Está louca? Todos foram embora. Os fascistas já estão entrando em Barcelona! Larga isso, larga isso!’. Fiquei parada... não acreditei nelas... fui, ainda com os pacotes, até o Comitê Regional de Mujeres Libres. Quando subi as escadas, nas escadas tinham umas janelas que dava para uma espécie de galeria interna, vi que caíam papéis. Quando subi para o primeiro andar, a primeira que me viu foi Jacinta Escudero e me disse: ‘Aonde vai com essas pacotes, desgraçada?, me arranca os pacotes e atira-os... E eu digo: Mas, por que, o que se passa??’ - ‘Nós temos que ir, temos que ir, os fascistas entram em Barcelona.’ - ‘Mas ontem de noite não disseram nada...’ - ‘Sim, pois quando chegamos você já tinha ido embora!’. E então, elas, Jacinta, Conchita, disseram para os companheiros: ‘Se temos que resistir, nos dêem um fusil. Nós ficaremos do seu lado.’, quer dizer, elas não tinham medo. Mas os companheiros disseram ‘não, não, vão embora, vão embora!!! Ninguém vai resistir, não temos armas para resistir.’ Bom, e o que fizemos? Alguém disse que a 26ª Divisão [antiga Coluna Durruti] estava em Figueras. Então decidimos ir para Figueras, ajudar-los no que fosse. Então saímos de Barcelona a pé, em direção a Figueras, sem conhecer a estrada e nem por onde deveríamos passar. Eram já meio-dia, muitas já estávamos dois ou três dias sem comer nem dormir direito.

Formamos um grupo de vinte e uma mulheres, andando sempre. Quando estávamos chegando em Figueiras, estava cheio, cheio de gente que ia para lá. Bom, pelo caminho, vou te dizer, duas ou três vezes encontrei companheiros que iam de carro e que me chamavam, “Sara, Sara, venha conosco.” E eu dizia “Somos em vinte e uma, eu não vou sozinha, ou todas ou nenhuma.” Eu não as abandonei nunca e elas nunca me abandonaram. Dormimos numa cocheira, acordei cheia de piolhos... Depois tomamos banho num rio, uma água que estava mais do que gelada. (...) Quando voltamos para a estada, nada mais se via do que pessoas que ia andando, ia andando para frente... Tropas, gente, poucos caminhões porque não podiam circular. (...) Pensamos que estávamos sozinhas, e logo nos demos conta que havia muita, muita gente. A estrada estava cheia, cheia... quando dávamos um passo, não era porque avançávamos, mas porque nos apertávamos. Víamos os jornalistas, subiam nos caminhões para nos fotografar. Estivemos lá um dia inteiro esperando que abrissem a fronteira, somente no fim da tarde abriram. (...) A metade das pessoas passou a fronteira através das montanhas, pelos Pirineus, nós passamos pela estrada.

(...) Quando passei a fronteira, eu tinha uma família aqui, em Beziers, minha avó e uma tia, e depois elas acolheram três irmãos meus quando mataram meu pai, então eu tinha um lugar. Quando passei a fronteira, dava esse endereço a todos os companheiros e companheiras, “Se nos perdermos, tem esse endereço...”

(...) Então passamos... e fomos nos sentar... estávamos cansadas, sem dormir, nos sentamos um pouco e a noite já caía. Ouvi uma voz me chamando “Sara! Sara!”, e quem era? Lucía Sanchez Saornil. Tinha vindo com um caminhão para recolher companheiros e companheiras... Ela nos disse: “não podemos recolher vocês porque o caminhão está cheio de gente, mas vão para um lugar onde não as vejam, porque senão as levam para um campo de concentração, não sabemos... Vamos a Perpignan e depois voltamos por vocês”. Era meia-noite quando vieram

nos recolher. Chegamos a Perpignan, levaram-nos a um restaurante, me lembro sempre de que nos deram uma sopa e um prato, vou lembrar toda a minha vida. Depois nos levaram a um refúgio, dormimos na palha. Tinha muita gente, muita gente. E parece que às duas da madrugada veio o Secretário do Comitê Regional me buscar. Chamou, chamou, chamou, mas não acordei. Acordou todo o abrigo mas eu não acordei. Já estávamos todas a salvo agora, agora estava tranqüila.

(...) E a surpresa dos meus tios e minha avó de me ver, e meus irmãos!!

(...) E eu fiquei aqui, naturalmente. E como tinha dado o endereço para tantas pessoas, comecei a receber cartas e cartas e mais cartas, pois é óbvio, todos buscavam suas famílias. Um tinha perdido os filhos, o outro a mãe, o outro a companheira, o companheiro. Ia recebendo cartas. (...) Pela mediação desse endereço teve muitas famílias que se reencontraram. Inclusive em alguns campos de concentração haviam feito uma espécie de periódico, escrito a mão, e lá também tinha meu endereço.

(...) Depois decidimos [Sara e seu companheiro Jesus] ir para Marselha, tentar embarcar para o México, mas como havia a guerra, a França tinha necessidade de mão de obra, saiu um decreto que todos os homens estrangeiros que não tinham mais que trinta anos não podiam sair da França, tinham que ficar para trabalhar. Eu tinha vinte e um anos, vinte e dois... Já tinha Germinal [primeiro filho]. Então fomos viver em Bram, e lá se organizou o Movimento Libertário Clandestino. E os alemães foram avançando, avançando... fizeram os espanhóis trabalharem em suas padarias. Jesus e outros companheiros roubavam pão, muito pão, para dar os “maquis”, companheiros que estavam nas montanhas, fugindo dos nazistas e fazendo sabotagens. (...) Eu participava, era a única mulher... fiz muitas viagens, levava papéis para os comitês [clandestinos]. Isso era em 1944.

(...) Nós nos naturalizamos franceses. Vou te dizer por que. Fomos muitos anos apátridas, e Jesus trabalhava por sua conta, não podia pegar

nenhum trabalho na prefeitura, nas escolas, e tudo isso, porque não era francês. E o aconselharam a se tornar francês, para trabalhar melhor e os filhos poderem ir para a escola. E nós, era tudo pelos meninos, então nos naturalizamos.

(...) A primeira vez que fomos para a Espanha foi quando morreu um irmão de Jesus, um irmão que ele amava muito. Então fomos ao enterro. Foi pelo menos cinco ou seis anos antes que Franco morresse, 1970, 1969... me senti muito mal, muito mal. Quando entramos na Espanha... Jesus tinha comprado um carro para seu trabalho, porque era artesão, pintor... quando entramos na Espanha, não senti muita coisa, mas depois de um tempo, vimos a Guarda Civil e meu coração deu um salto... Logo fomos ao enterro, todo mundo entrou na igreja e nós ficamos do lado de fora... todos nos olhavam, assim, com o canto do olho... porque todos sabiam como éramos, não? Então quando o enterro terminou e voltamos em seguida, quando passamos a fronteira, eu disse a Jesus “Ai... já estamos em nossa casa”. Sim, porque eu me sentia estrangeira, me sentia estrangeira. (...) Depois, quando morreu Franco, começamos a ir mais, minha cunhada Conchita foi viver lá.¹⁹⁰



A primeira parte deste relato de Sara é significativa para mostrar como a necessidade de fugir da Espanha foi um choque para muitos. Ela deixa bem claro que demorou a acreditar que Barcelona iria cair e que os falangistas estavam chegando. Mesmo no momento em que decide sair da cidade, Sara não pensa em ir embora, apenas deseja chegar até a vila de Figueras, onde pensava que encontraria a 26ª Divisão, para unir-se aos soldados e ajudá-los no que fosse possível. É somente no momento em que já está na estrada e se depara com aquela multidão sem fim que marcha para a fronteira, que Sara finalmente se dá conta de que ia embora da Espanha. O que ela não sabia ainda é que não voltaria tão cedo.

¹⁹⁰ BERENGUER, Sara **Entrevista concedida à prof. Margareth Rago** França, 2001.

No mês de janeiro de 1939, a guerra civil ainda não havia acabado oficialmente, mas a proximidade do exército franquista à região da Catalunha levou quase meio milhão de espanhóis - civis e militares, homens, mulheres, crianças, idosos, feridos – a se dirigir para a fronteira com a França pelos Pirineus, há aproximadamente 150 quilômetros de distância, a maioria a pé e sob um inverno muito rigoroso.

Do outro lado, havia uma França totalmente despreparada para receber tamanha quantidade de refugiados. Segundo Geneviève Dreyfus-Armand, o país, desde 1938, já vinha recebendo imigrantes espanhóis, e algumas autoridades apontavam para o problema que iriam enfrentar caso Franco ganhasse o conflito. Ainda assim, nenhuma medida foi tomada, a não ser alguns decretos que deveriam garantir a ordem e a segurança da França¹⁹¹. Assustado, nos dias 26 e 27 de janeiro, o país decide fechar sua fronteira, e é nesse momento que vemos aquela multidão se acumulando no relato de Sara, que não se movia para frente, apenas se apertava cada vez mais. No entanto, frente à pressão exercida por esses milhares de espanhóis cansados e assustados, no dia 28 de janeiro a fronteira foi reaberta. Mas ninguém sabia o que fazer com todas aquelas pessoas¹⁹².

A grande polêmica girava em torno da tradição republicana francesa, que garantia o direito ao asilo político, e as questões práticas e econômicas que adivinham de receber meio milhão de pessoas da noite para o dia. Segundo Dreyfus-Armand, *“Seguramente, o êxodo massivo de espanhóis, que chegava depois das outras ondas de refugiados, incrementou radicalmente a presença na França de vítimas de perseguições políticas, raciais ou religiosas, e transtornou as condições de acolhida. Apesar do aumento da xenofobia, se manteve, pelo menos formalmente, a tradição republicana de direito ao asilo. Permitiu-se acesso dos que se dirigiam ao território francês, mas as condições econômicas e a segurança, que estava em primeiro plano das preocupações oficiais, tiveram como efeito que este asilo, aceitado já com reticências, tivesse com frequência um caráter muito inumano.”*¹⁹³

A consequência primeira do despreparo e medo francês foi o internamento dos refugiados em campos de concentração. Apesar desse nome ser utilizado pelo próprio

¹⁹¹ DREYFUS-ARMAND, Geneviève **El exílio de los republicanos españoles en Francia – De la guerra civil a la muerte de Franco Barcelona**: Editorial Crítica, 2000, p.43.

¹⁹² *idem, ibidem*, pp.44-45.

¹⁹³ *idem, ibidem*, p.55.

governo, não podemos deixar que a imagem que conhecemos dos campos de concentração nazistas invada nossa compreensão. Os campos franceses destinados aos espanhóis eram terrenos em praias desertas, cercados por arame farpado, com poucas tendas ou barracões de madeira, no qual os refugiados eram enviados até se decidir o que fazer com eles. A grande maioria dos internados foram os homens, especialmente soldados, e aqueles rotulados de “vermelhos”.

Segundo Dreyfus-Armand, uma apuração da Câmara dos Deputados mostrava cerca de 230 mil refugiados internados, divididos em cinco campos de concentração¹⁹⁴. O maior deles era Argèles-sur-Mer, e que aparece com mais frequência nos relatos de memória das anarquistas entrevistadas. Tratava-se de um campo na praia, em terreno pantanoso, dividido em retângulos de um hectare cada, e totalmente cercado por arames e alambrados. Os campos também eram vigiados por soldados franceses e da Legião Estrangeira, que lembrava fortemente as tropas marroquinas utilizadas por Franco na Espanha. O controle era muito rigoroso, e os internados não podiam sair nunca do campo, a não ser que fossem contratados para realizar algum trabalho. Para os espanhóis, o sentimento era de raiva e indignação por esse tratamento. Muitos se mostraram decepcionados com a acolhida de um país que criara a tão famosa declaração dos direitos do homem.

As deploráveis condições de higiene, abrigo e alimentação colaboraram também para aumentar um sentimento de degradação. Pouca água e comida, doenças, piolhos e sarna formavam o cenário desses campos. No entanto, o maior problema estava na espera. A falta de notícias das famílias, as dúvidas sobre o que seria feitos com eles assolavam ainda mais os refugiados. Para Dreyfus-Armand, *“apesar de tudo, a vida, ou a sobrevivência, se organizava mal ou bem nos campos comuns. O mal que corroia especialmente aos internos estava relacionado com a derrota e a separação do exílio, com a angústia pela sorte dos parentes e amigos dos quais não se tinham notícia, com a espera. Com a incerteza do futuro, com o ócio e o isolamento”*¹⁹⁵. Muitos acabavam extremamente traumatizados, beirando a loucura. Em um certo momento, a palavra “arenitis” passou a

¹⁹⁴ *idem, ibidem*, p.59.

¹⁹⁵ *Idem, ibidem*, p.66.

circular para definir essa condição psicológica de desespero e loucura que castigava os refugiados. “Arenitis” vinha de “arena”, areia em espanhol.¹⁹⁶

Como uma forma de combater o ócio e recuperar sua dignidade, vários refugiados iniciaram atividades culturais dentro dos campos. Ainda que em condições precárias, foi possível montar cursos de línguas, alfabetização, ensino primário, etc. Além disso, eram organizadas conferências, recitais, apresentações de música. Por exemplo, no campo de Gurs, em julho de 1939, um boletim publicado pelos internos informava que havia 3.883 mil alunos freqüentando 110 cursos diferentes, divididos por 42 professores e 49 estudantes.¹⁹⁷

A criação de periódicos dentro dos campos também foi uma ferramenta de reorganização dos movimentos políticos e de informação. A maioria era escrita à mão e recopilada para ser passada adiante. Algumas vezes, artistas que estavam internados ilustravam esses periódicos. Eles também divulgavam, assim como pequenos jornais franceses, notícias de famílias procurando filhos e outros parentes que se separaram por conta da grande desorganização na chegada à França. Foram inúmeras as separações, como podemos observar pelo relato de Sara, que recebia cartas e cartas de pessoas desconhecidas procurando por suas famílias e que tinham o endereço dos tios de Sara como única referência.

Para Dreyfus-Armand, “*esse trabalho de educação e cultura lhes permitiu recobrar a dignidade e lutar contra o abatimento nascido da derrota, do isolamento, da humilhação e da inatividade forçada. Tais atividades, que perpetuavam o ideal pelo qual haviam lutado na Espanha, ajudaram os refugiados a lutar contra o desespero de sua situação. Superar a derrota e o exílio passava pela afirmação de uma identidade. (...) O exílio espanhol se converteu imediatamente em uma resistência cultural.*”¹⁹⁸

Ainda assim, para os refugiados, a necessidade de sair dos campos era imperativa. Para isso, havia quatro opções. A primeira, o regresso à Espanha, era a preferida do governo francês e também do governo franquista, que buscava ainda pela sua vingança. Vários acordos foram realizados entre os dois países para incentivar essa repatriação. Uma

¹⁹⁶ DREYFUS-ARMAND, Geneviève e TERMINE, Émile **Les Camp sur la plage, un exil espagnol** Paris: Éditions Autrement – Série Monde / Français d’ailleurs, peuple d’ici, HS n°88, 1995, p.87.

¹⁹⁷ *idem, ibidem*, p.104.

grande propaganda era realizada dentro dos campos, incentivando os espanhóis a voltarem, e existem alguns relatos de pessoas embarcadas à força em trens para a Espanha sem saberem desse destino. Abaixo, um exemplo de um texto que incentivava o retorno à Espanha, distribuído nos campos em setembro de 1939.

“Aos espanhóis residentes na França

Nestes momentos críticos para a Europa, a Espanha se dirige a seus filhos residentes em território francês, livremente ou em campos de concentração, e convida-os para voltar ao solo da Pátria. Nela viverão longe dos perigos inevitáveis que a guerra moderna proporciona, não só ao combatente, mas também à população da retaguarda e poderão desenvolver suas atividades garantidas pela paz e pela ordem interior. (...) Ninguém crê mais na lenda da repressão espanhola. Todos sabem, inclusive por informes diretos de seus parentes, como se administra a justiça de Franco, com que benevolência, com que escrupulosa apreciação das razões complexas, determinantes de muitas condutas, procedem seus governantes. Voltem, pois, à Espanha, Uma, Grande e Livre que os espera. Quando a guerra os deixa órfãos em terras estrangeiras, sua Pátria lhes chama. Todos os Espanhóis de consciência limpa e passado honrado terá lá seu posto para trabalhar na tarefa de fazê-la melhor e reparar seus males.

Para frente Espanha!

Viva Franco!”¹⁹⁹

Esse texto procura apaziguar os temores dos refugiados em relação à perseguição franquista, mas ainda assim salienta que a força do regime não cairá apenas sobre os espanhóis de consciência limpa.

Para todos os que não se consideravam nesse grupo, ou seja, a grande maioria, havia ainda três opções: a chance de uma nova imigração, muitas vezes para o México; os que desejavam permanecer na França deveriam escolher entre a contratação para trabalhar no exterior do campo, muitas vezes com péssimos salários, e o alistamento militar, que foi

¹⁹⁸ DREYFUS-ARMAND, G. **El exílio de los republicanos españoles en Francia – De la guerra civil a la muerte de Franco Barcelona** *op. cit.*, p.88.

¹⁹⁹ *Apud* DREYFUS-ARMAND, Geneviève e TERMINE, Émile *op. cit.*, p.136.

tornado obrigatório aos homens quando a Alemanha nazista invadiu a França quase um ano depois. Um grande azar para muitos refugiados, que haviam escapado por pouco de Franco para cair nas mãos de Hitler.



**** Pepita Carpeña**

Dia 26 de janeiro de 1939, esse foi o dia da queda dos republicanos diante das tropas nacionais-fascistas. Os camaradas nos disseram, alguns dias antes, que era necessário fugir... Não havia meios de locomoção e não podíamos fugir a não ser a pé, coisa que vários companheiros fizeram... Um enorme furúnculo tinha me saído na barriga, eu sofria muito e uma febre forte me devorava e eu não podia andar. Os companheiros decidiram que eu partiria em um carro da SLA junto com outra companheira, ela também doente... Tudo aconteceu como um sonho, uma letargia provocada pela febre. Isso evitou que eu me desse conta da gravidade do momento... Eu me deixei guiar, semi-inconsciente. Ainda hoje, revejo aquilo tudo como um sonho ruim.

Nós éramos 500 mil parias aglutinados na fronteira, era muita gente para se lidar. As autoridades não tinham previsto que tanta gente partiria para o seu país. Eles não sabiam, ou fingiam ignorar que os vencedores iam perseguir aqueles que tinham ousado resistir a eles depois do 19 de julho de 1936. (...) Nos campos e nos refúgios, nós sofremos as mais diversas misérias, mas o que mais me marcou foi a humilhação... o que eu não aceitava era o arame farpado que nos cercava como a malfeitores, um tratamento que era aplicado também às crianças. Nossa única falta tinha sido combater por um mundo melhor, mais justo. Soubemos mais tarde que éramos considerados bárbaros, analfabetos, a serem tratados sem consideração. A continuação da nossa odisséia foi um longo suplício. As mulheres e as crianças foram separadas dos

homens. Eu gostaria de me esquecer das cenas amargas das crianças levadas de seus pais e de casais separados a força. Eu, triste e só, meu companheiro era já morto, eu não sofri esse tipo de separação. Nós ignorávamos que os homens, mais do que nós, iam para um verdadeiro calvário. Eles seriam lançados à areia, na beira do mar, a céu aberto, naquele terrível inverno gelado de 1939.

(...) Com milhares de outras mulheres, eu fui embarcada em um trem que partia para um destino desconhecido... Não fomos muito longe, à 40 quilômetros de Montpellier, Clermont-l'Herault. (...) Nós chegamos em um galpão que era utilizado pelos caminhões das vinícolas... 900 pessoas, mulheres e crianças, foram deixadas lá, para deitar no chão de terra... cada uma escolheu um canto, pouco a pouco a vida se organizou. Nós ficamos lá quase um ano, à medida que o tempo passava, nossa vida melhorava... E de novo o outono, o inverno, a primavera. Quando o verão chegou, as autoridades superiores decidiram que esse refúgio deveria desaparecer. Nós deveríamos nos mudar para um lugar desconhecido. German Guy, que estava apaixonado por mim, pediu para sua mãe e irmã para me tomarem sob sua responsabilidade... a transferência foi feita, mas sem nós, Clermont-l'Herault tornara-se nosso lar. (...) Eu comecei a trabalhar nas vinícolas com aquela que seria minha sogra: Yvette Guy... Germain [depois] me pediu em casamento.

No começo de outubro, German foi convocado como soldado, sem que fossemos casados... Nossa união ocorreu em março de 1940. Depois de alguns dias, ele partiu de novo. Nós ficamos as três sozinhas, sua mãe, sua irmã e eu... Minha filha Suzy nasceu no dia 02 de maio de 1941. (...) A Alemanha tinha invadido a França. Na nossa vila distante, as coisas não mudaram muito, nós estávamos em zona não ocupada... e aí nasceu minha segunda filha, Andréé... Com meu marido, as coisas começaram a estragar. Eu rapidamente percebi que ele amava beber... Gentil e bom quando estava sóbrio, ele se tornava excitado e histérico quando bebia... Com o tempo, eu disse a mim mesma que não o amava suficiente para

suportar seu vício, estava acima das minhas forças. Eu nunca tinha visto um bêbado na minha família, era terrível, e na minha cabeça eu decidi deixa-lo. Partir! Para onde? (...) Eu tomei uma decisão, fiz minha mala, disse adeus à minha sogra, minha nora, abracei muito forte minhas filhas. Fui até Montpellier onde me esperava Castro [Raquel, antigo amigo espanhol que reencontrou] e em seguida a Marselha. Eu já tinha dito que a França tinha sido ocupada. No começo, tinha duas zonas, a ocupada e a livre, essa era a nossa. Mas em 1944 toda a França foi ocupada, havia alemães em todos os lugares. Nós não sabíamos ainda que os eventos iriam se precipitar dali a pouco... Eu encontrei trabalho rapidamente e fiquei hospedada com Castro e um casal de amigos.

(...) Nós pensávamos que uma vez que a guerra terminasse, eles iriam derrubar Franco, o último bastião do fascismo na Europa. Ele tinha se posicionado junto aos alemães e italianos, ele tinha enviado a divisão Azur para combater os franceses e ingleses. Esperávamos que ele não seria deixado em paz, mas era uma ilusão.

Os exilados se organizaram novamente. Nós retomamos nossas atividades sindicais, o Grupo de Marselha era um dos mais importantes pelo número de afiliados. A partir de 1945, a CNT no exílio se organizou abertamente e não mais na semi-clandestinidade como antes.

(...) Em 1972, eu me decidi enfim de ir à Espanha, Franco não tinha morrido ainda, minha filha Dedeé e seu marido Floreal quiseram me acompanhar. Meu pai já tinha falecido, mas eu queria rever minha tia e minha mãe vivas em seu país... Fazia mais de trinta anos que eu havia deixado aquele solo que me vira nascer.

Quando eu me lembro desses instantes, lágrimas ainda afloram em meus olhos. Que emoção indescritível de ver Barcelona onde eu nasci e meu bairro continuava parecido. Eu tive a impressão de nunca ter partido... Ao mesmo tempo, eu não reencontrei a minha Espanha. Os anos de ditadura de Franco fizeram muito mal, as misérias passadas, a repressão feroz que seguiu a guerra de 1936 aterrorizaram o povo por anos... Se

*podemos compreender, sem justificar, os excessos incontroláveis que se produziram durante a guerra civil, de um e outro lado, o que não podemos nem esquecer e nem perdoar são as milhares de mortes e desaparecimentos feitas depois do fim da guerra. Os vencedores se vingaram ferozmente... Mais de 250 mil foram executados, assassinados. (...) O ditador morreu em sua cama depois de ter sobrevivido muitos atentados. Quarenta anos de franquismo graças à complacência das “democracias”. A mudança do regime chegou muito tarde para todos nós... estrangeiros na França, nós éramos também no nosso próprio país.*²⁰⁰



A primeira parte do relato de Pepita, assim como o de Sara Berenguer, também é marcada pelas dificuldades da fuga para o exílio e a indignação frente à acolhida francesa, que conduzia os espanhóis para os campos como gado e os vigiava como bandidos perigosos. Mas Pepita percebe que esse foi o destino dado aos homens; na grande maioria dos casos, as mulheres foram separadas, às vezes junto com seus filhos, e enviadas a outros tipos de abrigos, mas nem por isso menos improvisados. Uma visão de gênero do governo francês que considerava, provavelmente, as mulheres como mais necessitadas de proteção, ou menos perigosas do que os homens.

Os abrigos destinados às mulheres, crianças e idosos encontravam-se, na maioria dos casos, no interior do país, e eles contaram com uma solidariedade muito maior por parte da população francesa, especialmente as crianças. Várias organizações políticas de esquerda se mobilizaram para ajudar os refugiados no interior, e logo foram seguidas por associações de ajuda protestantes ou católicas. Abrigos foram instalados em quartéis, prisões desativadas, haras e antigas instalações industriais, como parece ser o caso do galpão em que Pepita viveu por um ano junto com outras 900 mulheres e crianças.²⁰¹

²⁰⁰ Retirado de CARPEÑA, Pepita **De toda la vida**. Paris: Éditions du Monde Libertaire/ Ed. Alternative Libertaire, 1998.

²⁰¹ DREYFUS-ARMAND, G. e TERMINE, Émile *op. cit.*, pp.23-26.

Esse tratamento dado aos refugiados sempre teve, oficialmente, o caráter de temporário, mas pouco foi feito ao longo dos meses para integrar a população espanhola, ou ao menos para melhorar os campos. Por outro lado, a opinião da população francesa foi mudando bastante, deixando de enxergar aquela população como simples bandidos ou “vermelhos” perigosos, e passando a entender suas experiências. O exilado deixara de ser um vagabundo e passou a ser um lutador.

Do lado dos refugiados, o longo desenrolar do ano de 1939 possibilitou que se organizassem, saindo dos campos e tentando sobreviver na França. O início da Segunda Guerra Mundial e a invasão alemã acabaria por incluí-los novamente em mais uma guerra contra o fascismo. Ainda que muitos se ressentissem com o tratamento recebido na França, a grande maioria, por suas ideologias, acabou integrando não só o exército francês, mas principalmente, a guerrilha dos *maquis*. Afinal, fascismo era fascismo em qualquer lugar, e havia ainda a esperança de que, se os regimes de Hitler e Mussolini caíssem, o próximo seria o de Franco.

A indústria de guerra francesa logo descobriu nos refugiados espanhóis uma mão de obra qualificada e experiente, e contratou um grande número deles dos campos de concentração. Foram criadas várias Companhias de Trabalhadores Estrangeiros (CTE), para as quais os refugiados eram convocados e recebiam um pequeno pagamento. O alistamento militar também se aproveitou desse “reforço numérico em potencial” que representava tantos espanhóis, e logo decretou o alistamento forçado dos homens na Legião Estrangeira.²⁰²

Apenas com o fim da Segunda Guerra Mundial, a situação dos refugiados iria melhorar. A França concedeu finalmente, em 1945, o estatuto de exilado político aos espanhóis, e eles puderam então organizar de fato suas vidas. No entanto, a esperança da queda do regime de Franco iria fazer com que essas pessoas procurassem apenas acomodações e trabalho provisórios voluntariamente. O clima político internacional dava mais forças ainda a essas esperanças. A partir de 1946, a França adotou uma política aberta de condenação do regime franquista, fechando inclusive suas fronteiras para o comércio entre os dois países. Também a recém-criada Organização das Nações Unidas condenou,

²⁰² DREYFUS-ARMAND, Geneviève *El exilio de los republicanos españoles en Francia – De la guerra civil a la muerte de Franco op. cit.*, pp.109-117.

em assembléia no dia 12 de dezembro de 1946, o governo de Franco e recomendou a todos os países pertencentes a ONU que retirassem seus embaixadores de Madri. Declarações oficiais dos governos britânico e norte-americano também se manifestaram nesse sentido.²⁰³ Assim, a vida desses refugiados ficou, durante muito tempo, como que em “stand by”, aguardando um sinal para recomeçar. Segundo Dreyfus-Armand, *“o exilado conserva seus olhos e a mente fixos em sua pátria de origem e o exílio perturba sua forma de viver o tempo, pois oscila entre o passado e o futuro, entre a nostalgia e a esperança, e, para ele, o presente não é mais do que um parêntese. O curso da vida parece estar em suspenso. O presente do exílio é um tempo incompleto que começa com uma catástrofe que quebrou os eixos organizadores da vida. O presente está vazio, não tem raízes no passado. E, sobretudo, não tem prolongação no futuro. Os exemplos históricos são numerosos e os espanhóis não escapam à regra, a esta dispersão do sentido da realidade dos exilados.”*²⁰⁴

No entanto, o regime de Franco nunca foi derrubado, e aquele tão aguardado retorno à Espanha nunca ocorreu. A lógica da Guerra Fria absorveu os países capitalistas para o lado dos Estados Unidos, que procuravam mais um aliado em Franco. Aos poucos a França foi retomando suas relações com o país vizinho e, em 1950, a ONU voltou atrás com seu decreto e, em 1955, a Espanha foi admitida na Organização. Para os refugiados, a realidade não poderia ser mais negada. Nesse momento, todas as esperanças desapareceram e eles perceberam que seu exílio teria uma longa duração. Segundo Dreyfus-Armand,

*“A necessidade de ter um trabalho para assegurar sua subsistência, a reunião das famílias desmembradas pelo êxodo e o acesso das crianças nascidas na França à nacionalidade francesa conduziram o exilado a modificar o caráter provisório de sua instalação. Inclusive se se seguia militando a favor da mudança de regime da Espanha – e esta militância foi particularmente múltipla e intensa durante o primeiro decênio [de exílio] – a integração se realizou quase sem ser sentida, progressivamente, pela via do trabalho e da escola. Ainda que as preocupações de muitos deles continuassem centradas na Espanha, estava em marcha um lento e inelutável processo de integração.”*²⁰⁵

²⁰³ *idem, ibidem*, pp.194-196.

²⁰⁴ *idem, ibidem*, p.345.

²⁰⁵ *idem, ibidem*, p.219.

Talvez seja esta integração a responsável pelos sentimentos de estranhamento relatados por Pepita Carpeña e por Sara Berenguer quando retornaram rapidamente à Espanha na década de 1970. O cenário era, de certa forma, até o mesmo, as ruas, as casas, a cidade. Mas, com certeza, os quase quarenta anos de ditadura e repressão realizaram mudanças nas pessoas, imperceptíveis em um primeiro momento, mas logo notada pelo tratamento que receberam. A Espanha tinha mudado, estava agora irreconhecível. Sara admite que só se sentiu em casa, tranqüila, quando voltou à França. E Pepita estava ainda um pouco mais confusa: seu lar ainda não era a França, mas depois daquela visita, entendeu que também não era mais a Espanha. Como ela mesma diz, a abertura política chegara muito tarde para eles.



**** Antonia Fontanillas**

Existem diferentes formas de considerar o exílio segundo onde estamos. Eu, que não segui o êxodo de 1939 porque o estado de saúde do meu pai nos impediu, penso que, no decorrer dos anos, Interior e Exílio aparecem tão imbricados que, ainda que sob diferentes perspectivas, de um ou outro lado dos Pirineus, não podemos falar de um sem se referir ao outro. Houve exílios relativamente curtos, como foram o de todos aqueles que se reintegraram a Espanha em princípios dos anos quarenta, movidos talvez pela ocupação alemã...

Em março de 1951 houve uma greve geral em Barcelona. Havia bondes tombados, apedrejados, retratos de Franco pisoteados... Depois de doze anos de ditadura ferrenha, aquele espetáculo de Barcelona em greve, os bondes circulando pelas ruas completamente vazios e a gente andando alegremente a pé, era um espetáculo tão insólito e cheio de esperança que não é de se estranhar que aquela libertação das amarras nos emocionou ao ponto de sonharmos com uma entrada armada vinda do exílio e que daria fim ao regime...

(...) Mas o final da guerra mundial foi pior, pois me parece que não houve um momento psicológico parecido. Não somente estávamos convencidos de que a vitória dos Aliados significava o fim do franquismo e do exílio, como eles também, a julgar por uma conversa que ouvi entre falangistas.

(...) Quando terminou a guerra mundial, a CNT na Espanha estava bem organizada clandestinamente. 1945 e 1946 foram os anos de maior crescimento: só a Federação Local de Barcelona reunia quinze sindicatos e uns vinte mil afiliados. “Solidaridad Obrera” clandestina, cuidadosamente impressa, fazia uns meses que vinha aparecendo e, coisa rara na clandestinidade, sempre sujeita a grandes descabros, sua aparição ininterrupta se manteve pelo espaço de quase um ano.

(...) Sabemos que, ao cair Barcelona, o porta-voz da Falange, “Solidaridad Nacional”, ocupou o mesmo imóvel que “Solidaridad Obrera” usava e preparou para a imprensa durante a guerra civil. Como precisavam sobretudo de pessoal técnico, convocaram os trabalhadores da desaparecida “Solidaridad Obrera” para que se reintegrassem ao novo periódico. Eu fui avisada por um companheiro que encontrei casualmente na rua e, como estávamos sem um centavo e sem trabalho, fui até o local... Eles me chamavam de vez em quando para substituir alguém, e finalmente em 1944 me efetivaram. (...) Não nos privávamos de comentar com satisfação as vitórias aliadas, de nos queixar do mercado negro, de defender o divórcio ou manifestar ateísmo. Uma vez o administrador, pela conduta da mais jovens das moças, nos mandou dizer que tivéssemos cuidado quando falávamos. No entanto, por cima dos matizes ideológicos e até irreconciliáveis, como não eram expostos, nos tratávamos como colegas.

(...) O maior contato que tive com o exílio foi na primavera de 1946. Minha intervenção para reestabelecer o contato entre as Juventudes Libertárias de Sabadell e de Barcelona, interrompido pela morte acidental de um elemento que servia de enlace, trouxe como

consequência que conheci vários jovens, uns residentes e outros recém-chegados da França, para incorporarem-se à atividade clandestina, especialmente das FIJL. (...) Era toda uma plêiade de juventude, que chegava com o entusiasmo de fazer alguma coisa na Espanha, reorganizando primeiro e com a ânsia de precipitar a caída do franquismo. (...) Não podemos esquecer essa parte do exílio, seguramente a mais generosa, que não teve paciência de aguardar sentada até que Franco morresse de velho. (...) Foi então que apareceu “Ruta”, o periódico clandestino das JJLL de Catalunha e Baleares... Eu fui a única pena feminina que, sob diferentes pseudônimos, colaborou em vários números no periódico entre 1946 e 1948.

Eu passei legalmente a fronteira no mês de novembro de 1953 junto com outra companheira, sua mãe e um menino de meses. Vínhamos nos reunir com nossos respectivos companheiros. O seu tinha cruzado a fronteira em janeiro desse ano e o meu, em junho, em uma missão de delegado pelo Interior no Congresso da AIT. Ambos, no momento de cruzar os Pirineus, levavam mais ou menos um ano de liberdade. A vida não era fácil na Espanha para encontrar trabalho estável.

Emilia havia encontrado lugar no departamento de Eure et Loir e meu companheiro em outro lugar. (...) Outra das dificuldades maiores de todo refugiado, o alojamento, tinha sido resolvido graças a vários amigos de Emilia que alugaram uma casa de campo em um pequeno povoado e onde cabíamos todos, compartilhando gastos. O inconveniente é que o trabalho ficava a mais ou menos nove quilômetros de distância, sem outro meio de transporte que a bicicleta, e que para eu e minha amiga não oferecia nenhuma perspectiva de encontrar trabalho. (...) As dificuldades para obter minha carta de refugiada e outros papéis colocava em risco a minha permanência, devido a isto legalizamos nossa união nos casando no civil. Dessa forma, ele podia me reter. Logo depois nasceu nosso pequeno. (...) Foi na FIJL onde iniciei minha militância no exílio. (...) Quando chegamos, a FIJL tinha acabado de perder seu

valente porta-voz, o semanário Ruta, suspenso não me lembro por qual razão pelas autoridades francesas em 1953. Em seu lugar aparecia um pequeno boletim interno impresso e não destinado a venda pública. (...) A FIJL foi dissolvida por Ordem Ministerial em 15 de outubro de 1963, o que quer dizer que, a partir daquele momento, teve que se desenvolver na clandestinidade, e foram presos vários de seus militantes.

(...) Em 1958 veio a nossa separação e então soube o quão importante é estar bem assessorada em questões de direitos e legislação, quando tem que enfrentar e discutir com funcionários que lhe ignoram, como aconteceu comigo ao solicitar minha carta de trabalho (...) ou mais tarde, em Dreux, quando insistiam que eu não tinha direito à carta permanente para todos os ofícios e para toda a França, mesmo sendo refugiada e tendo cumprido três anos residindo no país. (...) Nos anos sessenta, se deu nossa união, eu e meu companheiro Antonio Cañete.

*(...) Apesar de todos os pesares, todas as querelas internas que nos conduziram à inércia muitas vezes, o balanço do nosso exílio, que passou por todos os sofrimentos (em campos de concentração, depois na resistência, no exército de libertação, nas prisões ou deportados aos campos de morte alemães onde tantos pereceram), esse exílio trabalhador que se esparramou pela França e além do Atlântico, manteve, sem subsídios nem ajuda de Estado, nem publicidade alguma, órgãos de imprensa, revistas e editoriais que produziram uma infinidade de folhetins e livros; que, sem esquecer nunca seu objetivo, a Espanha, tratou, com melhor ou pior sorte, com mais ou menos acerto, de oferecer seu apoio moral, material e até físico... esse exílio que representa o desgaste de um povo que lutou por sua liberdade e colocou em marcha uma experiência autogestionária inédita...*²⁰⁶



²⁰⁶ FONTANILLAS, Antonia “Desde uno y otro lado de los Pirineos – Relato autobiográfico”, 1993.

Antonia Fontanillas, como ela mesma esclarece, só foi para a França em 1953, por motivos econômicos. A década de 1950 foi muito complicada para pessoas que imigraram como ela, pois a França havia reduzido drasticamente o reconhecimento de refugiado político dado aos imigrantes espanhóis, o que dificultava muito o processo de instalação legal no país. Antonia não pode fugir em 1939 porque seu pai estava doente e ela não quis abandoná-lo, mas mesmo assim essa imigração tardia não deixou de ser impactante em sua vida. Quando a conheci em dezembro de 2006, ela me disse: *“Passei a fronteira no dia 08 de novembro de 1953. Essa é uma data da qual não me esqueço”*²⁰⁷.

O fato de ter ficado quase quinze anos na Espanha franquista possibilitou a Antonia participar do movimento de resistência interno. Por outro lado, também pode observar as grandes mudanças provocadas pela ditadura: viveu a destruição de tudo o que a revolução anarquista havia construído, a esperança da caída do regime de Franco e a desilusão posterior. *“Saíam-me lágrimas quando saímos para visitar minha família e fomos a pé pela Ramblas e passamos em frente de onde ficava o Instituto Libre, onde de noite eu fiz meu bacharelado, e me saltavam as lágrimas... isso foi no segundo ou terceiro dia que entraram os nacionais. E pensávamos, que farsa, que mudança brusca...”*

Irônica, riu-se muito quando se lembrou de que trabalhou para o jornal falangista “Solidaridad Nacional”: *“A última coisa que me ocorreria seria me apresentar num periódico do movimento [falangista], compreende? (risos...), mas como não achava trabalho... Fiz o que pude para sobreviver, fiz o que pude”*.

Assim que passou a fronteira para França, Antonia logo se uniu ao movimento anarquista no exílio, através das Juventudes Libertárias. Os refugiados anarquistas constituíam um grande grupo, se não o maior, o que lhes possibilitou reativar suas organizações rapidamente. Mesmo antes da grande cisão entre a CNT “política” e a “apolítica” em 1945, vários periódicos já circulavam, como *“Solidaridad Obrera”* e *“Ruta”*, citados por Antonia, e também *“CNT”*, talvez o mais importante²⁰⁸.

Ainda durante a Segunda Guerra e o longo trabalho de reorganização do movimento anarquista, antigas divisões internas foram reativadas, dessa vez com muito mais força,

²⁰⁷ FONTANILLAS, Antonia **Entrevista concedida à prof. Margareth Rago e Maria Clara Pivato Biajoli Dreux, França, dia 03 de dezembro de 2006.**

culminando no racha da CNT, em especial pela questão da participação no governo *versus* a defesa de um anarquismo mais tradicional, contra essa participação. Essa cisão durou até 1961, quando a organização foi finalmente reunificada, mas, durante esse período, coexistiram duas CNTs rivais²⁰⁹.

A progressiva integração na sociedade francesa, aliada à desilusão em relação à mudança de regime na Espanha, e por fim todas essas lutas internas fizeram com que muitos militantes acabassem se afastando da organização. Isso não significou, no entanto, que deixaram de ser anarquistas, muito pelo contrário. A permanência dessa identidade e a defesa de seus ideais até hoje são responsáveis por atitudes como a de Antonia, ao analisar a militância anarquista e construir um balance positivo desses eventos que constituem o seu passado, ou a de Pepita, que afirma que tudo na sua vida, experiências boas e más, valeu a pena.



Terceira parte: o direito à memória, degelo da História

No dia 08 de novembro de 2006, foi enviado pelo governo da Espanha, para aprovação nas Cortes (congresso legislativo espanhol), um projeto de lei intitulado “*Proyecto de Ley por la que se reconocen y amplian derechos y se establecen medidas en favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la Guerra Civil y la Dictadura*”²¹⁰, também chamado pela mídia de “*Ley de memoria histórica*”.

Trata-se de um projeto complexo, que regula uma grande quantidade de aspectos problemáticos relacionados com a memória da Espanha hoje, e que por isso tem sido alvo de muita polêmica. Sua principal medida, no entanto, é garantir que todas as pessoas que sofreram perseguições ou violências durante a Guerra Civil (tanto do lado republicano quanto do lado nacionalista) e durante a ditadura franquista recebam uma declaração do

²⁰⁸ Cf.: DOMERGUE, Lucienne e LAFFRANQUE, Marie “Los españoles exiliados en Toulouse y la cultura: el ejemplo de los anarquistas” in ALTED, Alicia e DOMERGUE, Lucienne (coord.) **El exilio republicano español en Toulouse, 1939-1999** Madrid: UNED Ediciones, 2003, pp.231-249.

²⁰⁹ Cf.: BORILLO, Óscar e GÓMEZ, Tomás “Toulouse y el exilio libertario español” in ALTED, Alicia e DOMERGUE, Lucienne (coord.) **El exilio republicano español en Toulouse, 1939-1999**, *op. cit.*, pp. 113-147.

²¹⁰ O projeto pode ser lido, na íntegra, no endereço de internet <http://www.mpr.es>, link “documentos”

governo atestando que essas foram injustas e incoerentes com o espírito democrático atual. Ele diz assim:

“Artigo 1. Objetivo da Lei

A presente Lei tem por objetivo reconhecer e ampliar direitos a favor daqueles que padeceram perseguição ou violência, por razões políticas ou ideológicas, durante a Guerra Civil e a Ditadura, promover sua reparação moral e a recuperação de sua memória pessoal e familiar (...).

Artigo 2. Reconhecimento Geral

1. Como expressão do direito de todos os cidadãos à reparação de sua memória pessoal e familiar, reconhece-se e declara o caráter injusto das condenações, sanções e qualquer forma de violência pessoal produzidas (...).

Artigo 3. Declaração de reparação e reconhecimento pessoal.

1. Reconhece-se o direito a obter uma Declaração de reparação e reconhecimento pessoal àqueles que durante a Guerra Civil e da Ditadura padeceram dos efeitos a que se refere o artigo anterior.

(...)

Artigo 7. Conteúdo da Declaração

1. As declarações de reparação de reconhecimento pessoal terão por único objetivo a constatação que as execuções, condenações ou sanções sofridas são manifestadamente injustas (...).

2. Em nenhum caso a Declaração a que se refere este artigo constituirá título para o reconhecimento de responsabilidade patrimonial do Estado nem de qualquer Administração Pública, nem dará lugar a efeito, reparação ou indenização de índole econômica ou profissional.

3. A Declaração omitirá toda referência às identidades de quaisquer pessoas que intervieram nos atos ou nas atuações jurídicas que deram lugar às sanções ou condenações.”²¹¹

²¹¹ “Proyecto de Ley por la que se reconocen y amplian derechos y se establecen medidas en favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la Guerra Civil y la Dictadura” in <http://www.mpr.es>, link “documentos”.

Como podemos observar, trata-se de uma declaração pública que reconhece o erro, mas, ao mesmo tempo, “lava as mãos” do Estado. Pois está bem claro: essa declaração isenta-o de qualquer responsabilidade e não dá direito a nenhum tipo de indenização ou processo judicial. E, para concluir, não constarão em seu texto os nomes das pessoas que realizaram as ditas injustiças. Para os que foram presos ou tiveram seus pais e amigos mortos durante a ditadura, não é difícil entender porque um pedaço de papel que atesta apenas o que já era sabido está sendo considerado insuficiente.²¹²

O projeto propõe também, entre outras coisas, que o *Valle de los Caídos*²¹³, o grande mausoléu do exército franquista e símbolo maior da ditadura, passe a ser considerado apenas como um cemitério, ficando proibidas quaisquer manifestações ideológicas sobre a Guerra Civil ou a favor do franquismo em seu espaço. As estátuas de Franco e os escudos comemorativos da vitória dos falangistas no conflito, assim como símbolos republicanos da época, também deverão ser retirados de todos os prédios públicos, em uma espécie de proibição de demonstração aberta de filiações ideológicas, para que não haja ofensas contra a memória individual em nenhum dos lados. Sua justificativa, logo na primeira página, apela para um sentimento de reconciliação da Espanha, o respeito ao pluralismo e a defesa da convivência pacífica de todas as idéias que teriam guiado o período de transição política no país e a Constituição de 1978²¹⁴.

Curiosamente, essa “*Ley da memoria historica*” provocou uma reação unânime: tem sido rechaçada tanto pelos partidos de direita, quanto de esquerda do país. Os primeiros alegam que o projeto é fruto de um sentimento de revanchismo que já deveria ter sido deixado de lado; a esquerda considera-o como uma espécie de *ley de punto final* ou de anistia encoberta que legalizaria o esquecimento das atrocidades cometidas durante a ditadura de Francisco Franco, bem como a impunidade de seus carrascos²¹⁵.

²¹² PRADERA, Javier “Guerra y Dictadura” in *El País*, domingo, 26 de novembro de 2006, p.12.

²¹³ “*Valle de los Caídos*”: complexo construído entre os anos de 1940 e 1958, localizado no município de San Lorenzo del El Escorial, próximo a Madri, abrange uma abadia beneditina, uma basílica e duas pequenas igrejas, onde estão enterrados José Antonio Primo de Rivera, fundador da Falange Espanhola, e Francisco Franco, além de milhares de soldados mortos durante a Guerra Civil. O complexo é coroado por uma gigantesca cruz de 150m de altura, que pode ser avistada a 40km de distância. Faz parte do Patrimônio Nacional da Espanha. Cf.: www.patrimonionacional.es.

²¹⁴ “*Proyecto de Ley por la que se reconocen y amplian derechos y se establecen medidas en favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la Guerra Civil y la Dictadura*” in <http://www.mpr.es>, link “documentos”.

²¹⁵ PRADERA, Javier “Guerra y Dictadura” in *El País*, domingo, 26 de novembro de 2006, p.12.

Em 2006, durante uma viagem de pesquisa ao *Archivo General de la Guerra Civil Española*, na cidade de Salamanca, deparei-me, no dia 20 de novembro – aniversário de trinta e um anos da morte do ditador – com sua estátua na *Plaza Mayor* da cidade coberta de ovos... Logo depois, vi, em uma rua um pouco mais à frente, uma inscrição em um prédio que atestava, orgulhosa, que o grande “Caudillo da Espanha” havia comandado seus exércitos dali durante a Guerra Civil. Duas posições radicalmente opostas, a cem metros de distância uma da outra, que se confrontavam.

Passei a considerar esse pequeno tenso ambiente, no dia 20 de novembro, como uma amostra dos conflitos da Espanha com sua história recente, e da própria população, que guarda uma memória polarizada, mesmo depois de tantos anos, em apoiadores e vítimas do regime franquista. Naquela semana, não foram poucos os artigos que apareceram no jornal *El País* a esse respeito. Aquele projeto de lei do governo tenta lidar com uma idéia de direito à memória de toda a população, de esquerda ou direita, buscando uma conciliação democrática, mas acaba por falhar no que foi sua principal motivação inicial, que era fazer justiça às vítimas da ditadura. O projeto acaba por igualar a violência sofrida por soldados, de ambos os lados, durante os três anos da guerra, com a violência sofrida pelos republicanos, comunistas, anarquistas, etc., durante os quase quarenta anos de ditadura franquista. Ao fazer isso, perde o senso de justiça que queria defender. De tanto buscar a imparcialidade, essa lei tornou-se inócua.

É com essa polêmica em mente que devemos refletir sobre os relatos de memória apresentados aqui pelas ex-militantes do *Mujeres Libres*. E, nessa reflexão, surge, com muita força, uma importante diferença entre os posicionamentos assumidos por Lola Benavent e Maruja Lara, que ficaram na Espanha durante o franquismo, e os de Pepita Carpeña, Sara Berenguer e Antonia Fontanillas, que precisaram exilar-se.

Essa diferença, a meu ver, aparece na atitude tomada no presente em relação ao passado. Nenhuma delas lamenta, em momento algum, ter participado da revolução e lutado pelas mudanças sociais. Muito pelo contrário, todas reconhecem inclusive seu crescimento pessoal advindo da participação em grupos anarquistas e, em especial, no *Mujeres Libres*. No entanto, no tom de Lola e Maruja transparece a tristeza pelos sofrimentos vividos durante a ditadura de Franco, e o fato de não terem recebido nem justiça nem reconhecimento público do novo governo democrático. Como já foi dito, os

“vencidos” receberam ordens para, de novo, esquecerem-se desses anos em prol da reconstrução da Espanha.

Do outro lado, Sara, Pepita e Antonia estão muito mais preocupadas com a salvaguarda desse passado revolucionário comum. Lamentam a derrota e a perda de tudo o que foi construído na Espanha, mas seus relatos cercam a história por outros pontos, centrados na continuação da luta no exílio, e todas mantêm um olhar extremamente positivo a respeito das experiências vividas. É esse olhar que não encontramos em Lola e Maruja, pois as crueldades do regime franquista parecem tê-las marcado muito mais do que as dificuldades que suas companheiras viveram no exílio.

Se tomarmos o comportamento de Antonia, que até hoje dedica-se quase que exclusivamente a pesquisar e divulgar a história do anarquismo espanhol e do grupo *Mujeres Libres*, participando ativamente do movimento na França e na Espanha, e se compararmos sua atitude com a vontade de falar de Lola, percebemos que se trata de duas posições diversas: Antonia luta contra o esquecimento histórico, colocando-se como guardiã de um passado. Lola quer apenas justiça, principalmente por todas as humilhações infligidas e por seus amigos e parentes mortos. É aqui que essas companheiras encontram uma diferença no trabalho de memorização e, conseqüentemente, em suas vidas presentes.

Ao mesmo tempo, se compararmos o caso de Antonia com o de Maruja Lara, podemos pensar em outra possibilidade: Antonia continua uma militante ativa, conectada, enquanto Maruja vive com sua família, relativamente isolada dos grupos anarquistas de sua cidade, Valência, por conta da saúde frágil e pela própria distância geográfica de sua casa. Nesse caso, vemos o movimento contrário: as condições do presente atual definindo a atitude para com o passado. As duas comparações mostram claramente um “vai-e-vem” da memória que tinha chamado, na apresentação deste trabalho, de “usos do passado”, ou seja, o passado que constitui o presente, mas esse presente que também molda o olhar para aquele passado.

Ambos os “grupos”, por assim dizer, produzem relatos que se querem verdadeiros, detentores de um caráter de testemunha que viu aqueles acontecimentos e, por isso, podem comprovar sua veracidade. Tal característica pode aproximá-las da literatura de *testimonio* produzida na América Latina, um gênero que abrange testemunhos, autobiografias e obras

de ficção baseadas em experiências vividas durante as ditaduras militares de países como Chile e Argentina²¹⁶.

Para Seligmann-Silva, a concepção deste tipo de literatura baseia-se em uma verdade e utilidade jurídicas, de denúncia e comprovação das atrocidades cometidas por aqueles regimes²¹⁷. Nesse sentido, diz ele, “(...) *a literatura de testimonio antes de qualquer coisa apresenta-se como um registro da história. Na qualidade de contra-história, ela deve apresentar as provas do outro ponto de vista, discrepante do da história oficial*”²¹⁸. Ao realizar uma comparação com os testemunhos dos judeus sobreviventes do Holocausto – ou Shoah, como esse evento é chamado por seus estudiosos –, o autor afirma que o acento desses relatos cai na indizibilidade daquilo que quer relatar, na fragmentação da memória e na impossibilidade de apreendê-la em palavras. O *testimonio*, por outro lado, é um discurso linear e construído como realista. Novamente citando Seligmann-Silva, no *testimonio*, “*ao invés da poética da fragmentação ou da literalidade, enfatiza-se a fidelidade antiestetizante e marcada pelas estratégias de apresentação do documento (histórico) e não tanto, como na literatura da Shoah, pela apresentação fragmentária e com ênfase na subjetividade*”²¹⁹. Podemos perceber que a memória do *testimonio* se coloca como portadora de uma verdade, e busca fazer justiça, enquanto os testemunhos da Shoah e de outras catástrofes são produzidos também como uma forma relacionamento e entendimento do evento traumático.

Dessa forma, entendo que os testemunhos dessas mulheres são produzidos muito mais dentro da concepção de utilidade jurídica do *testimonio*, do que como um relato fragmentado de uma experiência traumática. Pepita, Sara e Antonia, exiladas, inscrevem-se naquela luta por um espaço na História para suas experiências, contra o esquecimento efetivado pela historiografia franquista. Como já afirmei anteriormente, Pepita, em especial, enfatiza em sua autobiografia o seu caráter de testemunha dos acontecimentos. Lola e Maruja, por outro lado, centram-se na justiça, contra o esquecimento dos horrores da ditadura. A existência de uma polêmica atual em torno da memória/história da Espanha,

²¹⁶ Cf.: SELIGAMANN-SILVA, Márcio “Introdução” in **História, Memória, Literatura – O testemunho na Era das Catástrofes** Campinas: Ed. da Unicamp, 2003, pp.32-37.

²¹⁷ SELIGMANN-SILVA, Márcio “Literatura, testemunho e tragédia: pensando algumas diferenças” in **O local da diferença – ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução** São Paulo: Ed. 34, 2005 p.88.

²¹⁸ *idem, ibidem*, p.89.

²¹⁹ *idem, ibidem*, p.90.

como vimos por aquele projeto de lei do governo, justifica o esforço da memória de todas essas mulheres, ainda que de formas diferentes.

A historiografia oficial espanhola congelou, por muito tempo, a história do país. Desfiles, bandeiras, paradas militares sacralizavam a versão da santa cruzada de Franco, eliminando a existência de “outros lados” a serem ouvidos. Tratava-se de um discurso fixo, que colecionava fatos empoeirados como um antiquário e produzia um relato vazio do passado e indiferente ao presente²²⁰. Foi essa cristalização da versão “vitoriosa” que o surgimento das memórias das ex-militantes do *Mujeres Libres*, e dos “vencidos” em geral, destruiu e, conseqüentemente, acabou abrindo espaço para o relato de outras experiências.

Não podemos deixar de observar, como colocou Seligmann-Silva a respeito do *testimonio*, que essas narrativas seguem uma linha cronológica em sua estrutura, e que acabam por idealizar a Revolução Espanhola e seus heróis. No entanto, elas foram responsáveis pelo degelo da História oficial e pelo surgimento, por exemplo, dessa “*Ley de memoria historica*”, ainda que, por enquanto, seja insuficiente. A questão da justiça em relação ao passado, dessa forma, está irremediavelmente colocada. Problema que cabe ao presente. Problema que cabe também a nós, historiadores. Como diz Gagnebin,

*“(...) o historiador atual se vê confrontado com uma tarefa essencial, mas sem glória: ele precisa transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem-nome, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados. Sua ‘narrativa afirma que o inesquecível existe’ mesmo se nós não podemos descrevê-lo. Tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que, infelizmente, se reproduz constantemente).”*²²¹



²²⁰ Cf.: FOUCAULT, Michel “Nietzsche, a genealogia e a história” in **Microfísica do Poder** São Paulo: Graal, 2004, pp.15-37.

²²¹ GAGNEBIN, Jeanne Marie “Verdade e memória do passado” in **Lembrar Escrever Esquecer** São Paulo: Editora 34, 2006, p.47.

Para encerrar:

Em Dreux, uma vila muito, muito distante...

Depois de aproximadamente uma hora de viagem de Paris, e muito enjoada por causa do balanço do trem, chegamos em Dreux. Era o dia 03 de dezembro de 2006.

Esta é a vila em que mora Antonia Fontanillas, ex-militante do *Mujeres Libres* e já muito conhecida neste trabalho. Estávamos indo visitá-la no hospital, onde estava internada por causa de um tombo que lhe custou uma fratura na clavícula. Margareth Rago, minha companheira de viagem, já a conhecia de outros encontros. Eu ia conhecê-la naquele dia. Curiosidade e apreensão se revezavam na minha mente.

Descemos em uma pequena estação ferroviária, olhamos para a direita, para a esquerda, e nada... estava tudo tão deserto. E agora, como fazemos para chegar ao hospital? Finalmente um senhor nos indicou o caminho, e falou que era perto, dava para ir a pé. Sim, até dava, mas eu achei meio cansativo. Agora estava enjoada e suando, mesmo com todo aquele frio.

Chegamos ao hospital, subimos na ala geriátrica e... lá estava Antonia, com todo o seu metro e meio de altura, braço direito imobilizado, almoçando. Já levantou da cadeira, largou seu almoço e abraçou-nos. Depois fomos todas sentarmos juntas, e ali Antonia nos contou suas experiências, animadamente, durante umas quatro horas, quase sem interrupções. Para mim, não havia melhor exemplo de “vontade de lembrar”. No final, nós duas – Margareth e eu – estávamos bem cansadas; Antonia parecia ter energia para continuar noite adentro.

Ela nos falou, a nosso pedido, do período em que viveu na ditadura franquista e depois da época em que imigrou para a França. Várias histórias, algumas engraçadas, outras tristes, e tentei incluir algumas aqui. Mas o que realmente se destacou dessa longa entrevista foi uma de suas primeiras frases: “*Passei a fronteira no dia 08 de novembro de 1953. Essa é uma data da qual não me esqueço*”. Na verdade, essa frase permaneceu na minha memória por um bom tempo depois do nosso encontro. Entendi que Antonia se esqueceu de muita coisa, mas disto, a data em que foi para o exílio, essa nunca será

esquecida. E entendi que, marcadas na pele, às vezes literalmente, algumas experiências nunca nos abandonarão, tornando-se parte de quem nós somos.

Antonia só descobriu o *Mujeres Libres* depois da Guerra Civil, já no exílio, e desenvolveu também um olhar de gênero para seu passado. Há muitos anos já que ela é absolutamente encantada pelo grupo e pela história das mulheres anarquistas, participou da escrita de livros, de reuniões, congressos, escreve e publica artigos. Assim, para ela, o passado é também uma forma de vida no presente. Em geral pensamos na história como reconstituição do passado, mas devemos pensar também na história como uma base, uma forma de tecer o cotidiano, a vida presente. O estudo e a preservação da memória do *Mujeres Libres* é uma forma para essa anarquista de se manter acesa, viva, livre. É também uma forma de dar sentido à própria vida. Essa re-apropriação do passado vai, assim, se tornando um presente, utilizado para se constituir e constituir toda uma rede de relações. É daí, acredito, que Antonia tira sua energia, que lembra mais a de uma pessoa de dezenove anos do que de noventa.

O que me faz lembrar de um artigo de Tânia Navarro Swain, intitulado “Velha? Eu? Auto-retrato de uma feminista”²²². Nele, essa historiadora feminista problematiza a concepção dominante de velhice que encerra as pessoas em uma condição de inutilidade e improdutividade, afirmando que esta é apenas mais uma representação social que hierarquiza o humano e cinde as pessoas em duas categorias, “jovens” e “velhas”. Diz ela: “(...) em nossa sociedade, a velhice é considerada a antecâmara da morte, uma morte em vida: para as mulheres, a essência que lhes é atribuída, a procriação-sedução desaparece, reduzindo-as a corpos inexpressivos; para os homens, a virilidade identitária minguava, murcha. Viagra neles! Adentrar a velhice, nesse universo de sentidos, significa perda: perda de importância, de status, de auto-estima”²²³.

No entanto, argumenta Swain, essa polarização entre juventude e velhice retoma a antiga lógica identitária baseada em corpos como superfícies pré-discursivas e o caráter biológico definindo a essência das pessoas. Trata-se, na verdade, de categorias sociais,

²²² SWAIN, Tânia Navarro “Velha? Eu? Auto-retrato de uma feminista” in RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.) **Figuras de Foucault** Belo Horizonte: Autêntica, 2006, pp.263-270.

²²³ *idem, ibidem*, p.262.

culturalmente construídas, e à espera, portanto, de alguém para desestabilizá-las. Assim, Swain afirma: “*Velha? Eu? Ainda estou rindo*”²²⁴. Quase posso ouvir Antonia rindo junto.



²²⁴ *idem, ibidem*, p.269.

Fontes

Autobiografias:

- CARPEÑA, Pepita **De toda la vida**. Paris: Éditions du Monde Libertaire/ Ed. Alternative Libertaire, 1998.
- BERENGUER, Sara **Entre el Sol y la Tormenta. Treinta y dos meses de guerra (1936-1939)** Barcelona: Seuba Ediciones, 1988.
- MONTSENY, Federica **Mis primeros cuarenta años** Espanha: Plaza & Janes Editores, 1987.

Entrevistas realizadas pela Prof.a Rago:

- Sara Berenguer (França, 2001 - 130 minutos)
- Antonia Fontanillas (França, 2001- 108 minutos; França, 2006 - 120 minutos)
- Concha Perez (França, 2001- 20 minutos)
- Lola Benavent (Espanha, 2004 - 97 minutos)
- Maruja Lara (Espanha, 2004 - 86 minutos)

Outras:

- Depoimentos retirados dos seguintes documentários:
"Vivir la Utopia" (diretor: Juan Gamero) Catalunha, 1997.
"De toda la vida" (produzido por Lisa Berga e Carol Mezer) Catalunha, 1986.
- Artigos da década de 1930 e textos de memórias retirados da coletânea:
GIL, Conchita Liaño (et al.) **Mujeres Libres: Luchadoras Libertarias** Madri: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 1999.
- Artigos da Dra. Amparo Poch y Gascón retirados da coletânea: RODRIGO, Antonina (org.) **Amparo Poch y Gascón - Textos de una médica libertaria** Zараçoа: Alacaraván Ediciones, 2002.
- Revista *Mujeres Libres*, 1936-1939, 13 números.
- Revista *Portavoz de la Federación de Mujeres Libres de España en el Exilio*, 1964-1976, 7 números.

- Revista *Mujeres Libertarias* do Coletivo de Mujeres Libertarias de Madri, 1987 - 1992, 8 números.
- Jornal anarquista *Tierra e Libertad*, Barcelona, 1936-1937.
- “*Proyecto de Ley por la que se reconocen y amplian derechos y se establecen medidas en favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la Guerra Civil y la Dictadura*” <http://www.mpr.es>, link “documentos”.
- BERENGUER, Sara **Cardos y flores silvestres** Mexico: Editores Mexicanos Unidos, S.A, 1982.
- FONTANILLAS, Antonia “De lo aprendido y de lo vivido” Dreux, 26/05/1996, exemplar datilografado.
- FONTANILLAS, Antonia “Desde uno y otro lado de los Pirineos – Relato autobiográfico”, 1993, exemplar datilografado.
- PRADERA, Javier “Guerra y Dictadura” in **El País**, domingo, 26 de novembro de 2006, p.12.
- SANCHEZ SAORNIL, Lucía **Horas de Revolución** Editado por el sindicato Único del Ramo de Alimentación de Barcelona, 1937.

Arquivos consultados:

- Arquivo particular de Antonia Fontanillas (Dreux, França)
- Arquivo particular da prof.a Rago (São Paulo).
- Archivo General de la Guerra Civil Española; Salamanca, Espanha.
- Arquivo da Fundación Anselmo Lorenzo: Madri, Espanha.
- Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp; Campinas-SP



Bibliografia*

1) Revolução Espanhola, Anarquismo e Mujeres Libres

- ACKELSBERG, Martha A. **Mujeres Libres. El anarquismo y la lucha por la emancipación da las mujeres.** Barcelona, Virus Editorial, 1999.
- ALCADE, Carmen **Mujeres em el franquismo – Exiliadas, nacionalistas y opositoras** Barcelona: Flor del Viento Ediciones, 1996.
- ALTED, Alicia e DOMERGUE, Lucienne (coord.) **El exílio republicano español em Toulouse, 1939-1999** Madrid: UNED Ediciones, 2003.
- AROSTEGUI, Julio (ed.) *Violencia y politica en España - Ayer, nº13* Madrid: Marcial Pons, 1994.
- AVELINO, Nildo “A constituição de si na Revolução Espanhola” in *Verve* Revista Semestral do Nu-Sol – Núcleo de Sociabilidade Libertária/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP, nº10, 2006, pp.182-202.
- BOLLOTEN, Burnett **La Guerra Civil Española – Revolucion y contrarrevolucion** Espanha: Alianza Editorial, 1997.
- BORILLO, Óscar e GÓMEZ, Tomás “Toulouse y el exilio libertario español” in ALTED, Alicia e DOMERGUE, Lucienne (coord.) **El exílio republicano español em Toulouse, 1939-1999** Madrid: UNED Ediciones, 2003, pp.113-147.
- BORKENAU, Franz **El reñidero español – la Guerra Civil vista por un testigo europeo** Barcelona: Península/Atalaya, 2001.
- BROUÉ, Pierre **A Revolução Espanhola – 1931-1939** São Paulo: Perspectiva, 1992.
- CHOMSKY, Noam “Objetividade e Pensamento Liberal” in **O poder americano e os novos mandarins** Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2006, pp.42-189.
- CUESTA BUSTILLO, Josefina (ed.) *Memoria e Historia - Ayer, nº32* Madrid: Marcial Pons, 1998.
- DOMERGUE, Lucienne e LAFFRANQUE, Marie “Los españoles exiliados en Toulouse y la cultura: el ejemplo de los anarquistas” in ALTED, Alicia e

- DOMERGUE, Lucienne (coord.) **El exilio republicano español em Toulouse, 1939-1999** Madrid: UNED Ediciones, 2003, pp.231-249.
- DREYFUS-ARMAND, Geneviève **El exilio de los republicanos españoles en Francia – De la guerra civil a la muerte de Franco** Barcelona: Editorial Crítica, 2000.
 - DREYFUS-ARMAND, Geneviève e TERMINE, Émile **Les Camp sur la plage, un exil espagnol** Paris: Éditions Autrement – Série Monde / Français d’ailleurs, peuple d’ici, HS nº88, 1995.
 - ESENWEIN, George e SHUBERT, Adrian **Spain at War – The Spanish Civil War in Context (1931-1939)** EUA: Longman, 1999.
 - ENZENSBERGER, Hans Magnuns **O curto verão da anarquia: Buenaventura Durruti e a Guerra Civil Espanhola** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
 - FERNÁNDEZ, Paloma Aguilar **Memoria y Olvido de la Guerra Civil Española** Madrid: Alianza Editorial, 1996.
 - FERRER, Christian “Átomos soltos: a construção da personalidade entre os anarquistas do início do séc. XX” in *Verve* Revista Semestral do Nu-Sol – Núcleo de Sociabilidade Libertária/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP, nº5, maio de 2004.
 - FERRER y GUARDIA, Francisco **La Escuela Moderna** Argentina: Ediciones Solidaridad, 1960.
 - GALLO, Silvio **Pedagogia do Risco – experiências anarquistas em educação** Campinas: Papirus, 1995.
 - GENEVOIS, Danièle Bussy. “Mulheres de Espanha. Da República ao Franquismo” in DUBY, George e PERROT, Michelle (dirs.) **História das Mulheres no Ocidente vol.5: O século XX**. Porto/São Paulo: Afrontamento/Ebradil, 1991.
 - GOLDMAN, Emma **Viviendo mi Vida** (vols. 1 e 2) Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo, 1996.
 - GREENE, Patricia V. “Federica Montseny: Chronicler of an anarcho-feminist genealogy” in **Letras Peninsulares** Outono de 1997.
 - HARDMAN, Francisco Foot **Nem pátria, nem patrão – Vida operária e cultura anarquista no Brasil** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

- IÑIGUEZ, Miguel **Esbozo de una enciclopédia del anarquismo español** Madrid: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, 2001.
- JACKSON, Gabriel **La República Española y la Guerra Civil** Barcelona: Grijalbo, 1986.
- LEITE, Mirian Moreira **A outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura**. São Paulo: Ática, 1985.
- LEVAL, Gaston; BERTHIER, René e MINTZ, Frank **Autogestão e Anarquismo** São Paulo: Imaginário, 2002.
- MALATESTA, Errico **Textos Escolhidos** Porto Alegre: LP&M, 1984.
- MALEFAKIS, Edward (org.) **La guerra de España 1936-1939** Madrid: Taurus, 1986.
- MANGINI, Shirley **Rojos y rebeldes – la cultura de la disidencia durante el franquismo** Barcelona: Ed. Anthropos, 1987.
- _____ **Recuerdos de la resistencia. La voz de las mujeres de la Guerra Civil Española** Barcelona: Península, 1995.
- MONÉS, Jordi, SOLÀ, Pere e LÁZARO, Luis Miguel **Ferrer Guardia y la pedagogia libertaria: elementos para un debate** Barcelona: Icaria Editorial, 1980.
- NASH, Mary **Rojas: Las mujeres republicanas en la Guerra Civil** Espanha: Tauros Pensamiento, 1999.
- NASH, Mary **Mujeres Libres": España 1936-1937** Barcelona: Turquets Editor, 1977.
- NAVARRO, Javier **A la Revolución por la cultura – Prácticas culturales y sociabilidad libertarias en el País Valenciano, 1931-1939** València: Universitat de València, 2004.
- ORWELL, George **Lutando na Espanha & Recordando a Guerra Civil** Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- PEIRATS, José **La CNT en la Revolución Española** (três tomos) Colômbia: Carvajal SA, 1988.
- PRESTON, Paul (org.) **Revolución y Guerra en España - 1931-1939** Madrid: Alianza Editorial, 1984.

- _____ **La política de la venganza – El fascismo y el militarismo en la Espana del siglo XX** Barcelona: Ediciones Península, 1997.
- RAGO, Margareth **Do Cabaré ao Lar – a utopia da cidade disciplinar –Brasil (1890-1930)** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____ **Entre a História e a Liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo** São Paulo: UNESP, 2001.
- _____ “Es que no es digna la satisfacción de los instintos sexuales? Amor, sexo e anarquia na Revolução Espanhola” in SOARES, Carmen Lúcia (org.) **Corpo e História** Campinas: Autores Associados, 2006.
- RAMOS, Maria Dolores (ed.) *República y republicanas en España – Ayer, nº60* Madrid: Marcial Pons, 2005.
- RICHARDS, Michael “From war culture to Civil Society – Francoism, Social Change and Memories of the Spanish Civil War” in **History and Memory** vol.14, n.1/2, Fall 2002.
- _____ **A time of silence – Civil War and the culture of Repression in Franco’s Spain, 1936-1945** United Kingdom: Cambridg University Press, 1999.
- RICHTER, Liana Peter **Emancipação feminina e moral libertária: Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura**, Campinas: Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1998.
- SEMPRÚN-MAURA, Carlos **Revolución e contrarrevolución en cataluña (1936-1937)** Barcelona: Tusquets Editor, 1978.
- SEMPRÚN, Jorge **Autobiografia de Federico Sanchez** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- VICENTE, Laura **Teresa Claramunt: Pionera del feminismo obrerista anarquista** Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo, 2006.
- VINYES, Ricard **Irredentas. Las presas políticas y sus hijos en las cárceles de Franco** Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2002.
- WEXLER, Alice **Emma Goldman in exile - From de Russian Revolution to the Spanish Civil War** Boston: Beacon Press, 1989.

- WOODCOCK, George **Anarquismo: uma história das idéias e movimentos libertários** Porto Alegre: L&PM Editores, 1983.

2) Obras teóricas – História, Memória, Gênero

- AGAMBEN, Giorgio **Infância e História - Destruição da experiência e origem da história** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- ARTIÈRES, Philippe “Arquivar a própria vida” in **Revista de Estudos Históricos**, número 21 – CPDOC, 1998/1 – versão online in www.cpdoc.fgv.br.
- BENJAMIN, Walter “Experiência e Pobreza” e “O Narrador - Observações sobre a obra de Nikolai Leskow” in **Magia e técnica, arte e política - Ensaios sobre literatura e história da cultura** São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 114-119 e pp.197-221.
- BOSI, Ecléa **Memória e Sociedade - Lembrança de Velhos** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRAIDOTTI, Rosi **Nomadic Subjects** New York: Columbia University Press, 1994.
- BUTTLER, Judith **Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade** Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003.
- CARDOSO, Irene **Para uma crítica do presente** São Paulo, USP, Curso de Pós-graduação em Sociologia: Editora 34, 2001.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia** vol. 1 São Paulo: Editora 34, 2000.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- DIAS, Maria Odila L. S. **Cotidiano e Poder em São Paulo no século XIX** São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _____ “Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectivas Históricas e Hermenêutica do Cotidiano” in COSTA, A. de Oliveira e BRUSCHINI, C. (orgs.) **Uma questão de gênero** Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1992.
- DOUEK, Sybil Safdie **Memória e Exílio** São Paulo: Escuta, 2003.

- DREYFUS, L. Hubert e RABINOW, Paul **Michel Foucault – Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da Hermenêutica** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber** Rio de Janeiro: Forense–Universitária, 1986.
- _____ **História da Sexualidade 2 - O uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____ **História da Sexualidade 3 - O cuidado de si.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____ “Nietzsche, a genealogia e a História” in **Microfísica do Poder** Rio de Janeiro: 1979, pp. 15-37.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie “Existência ou inexistência de uma literatura especificamente feminina” **Boletim bibliográfico biblioteca Mario de Andrade** v.43, n.ºs. ¾, julho a dezembro de 1982, pp.7-14.
- _____ **Sete aulas sobre Linguagem, Memória e História** Rio de Janeiro: Editora Imago, 2005.
- _____ **Lembrar escrever esquecer** São Paulo: Ed. 34, 2006.
- _____ “Walter Benjamin ou a história aberta” Prefácio de BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, arte e política - Ensaios sobre a literatura e história da cultura** (Obras Escolhidas vol.1) São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GADDIS, John Lewis **Paisagens da História – Como os historiadores mapeiam o passado** Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- GROS, Frédéric “O cuidado de si em Michel Foucault” in RAGO, M. e VEIGA-NETO, A. (orgs.) **Figuras de Foucault** Belo Horizonte: Autêntica, 2006, pp.127-138.
- KLÜEGER, Ruth **Paisagens da memória – autobiografia de uma sobrevivente do Holocausto** São Paulo: Ed. 34, 2005.
- LE GOFF, Jacques **História e Memória.** São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.
- LEVI, Primo **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

- LÖWY, Michel **Walter Benjamin: Aviso de Incêndio - Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”** (tradução das teses de Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller). São Paulo: Boitempo, 2005.
- LOURO, Guacira Lopes **Corpo, gênero e sexualidade** Rio de Janeiro: Vozes, 2003;
- MARQUEZ, G.G. **Viver para contar** São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2005.
- NESTROVSKY, Arthur e SELIGMANN-SILVA, Márcio **Catástrofe e Representação: ensaios** São Paulo: Escuta, 2000.
- NORA, Pierre “Entre memória e história - A problemática dos lugares” *in*: **Projeto 10 História - Revista do Programa de Estudos da Pós-Graduação em História e do Departamento de História - PUC/SP**, nº10, dezembro/93.
- PASSETTI, Edson **Éticas dos amigos: invenções libertárias da vida** São Paulo: Imaginário, 2003.
- PERROT, Michelle “Práticas da memória feminina” *in* **Revista Brasileira de História** São Paulo, v. 9, n. 18, ago./set. 1989.
- _____ **As mulheres ou os silêncios da história** Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- PRIORE, Mary Del (org.) **História das Mulheres no Brasil** São Paulo: Contexto, 2004.
- PROUST, Marcel **Em busca do Tempo Perdido** (tradução de Fernando Py) Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.) **Figuras de Foucault** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- RAGO, Margareth “Foucault e as artes de viver no anarco-feminismo” *in* RAGO, M e VEIGA-NETO (orgs.) **Figuras de Foucault** Belo Horizonte: Autêntica, 2006, pp.165-175.
- _____ “Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente” *in* GAUZZELLI, C., PETERSEN, S. SCHMIDT, B. e XAVIER, R (orgs.) **Questões de Teoria e Metodologia da História** Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), pp. 41-58.

- _____ “Narcisismo, sujeição e Estéticas da Existência” in *Verve* Revista Semestral do Nu-Sol – Núcleo de Sociabilidade Libertária/ Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP, nº9, 2006, pp.236-248.
- RICHARD, Nelly **Intervenções Críticas: Arte, Cultura, Gênero e Política** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- SENNETT, Richard **O declínio do homem público – as tiranias da intimidade** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SCOTT, Joan W. **A cidadã Paradoxal – As feministas francesas e os direitos do homem** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.
- _____ “História das Mulheres” in BURKE, Peter **A Escrita da História - Novas Perspectivas** São Paulo: Ed. Unesp, 1992, pp.63-95.
- _____ "Gênero: uma categoria útil da análise histórica" in *Educação e Realidade* vol. 15, nº2. Porto Alegre, jul/dez 1990.
- SELIGMANN-SILVA, Mario **O local da diferença – ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução** São Paulo: Ed. 34, 2005.
- _____ (org.) **História, Memória, Literatura – O testemunho na Era das Catástrofes** Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.
- SILVA, Glaydson José da **História Antiga e Usos do Passado** São Paulo: Annablume, 2007.
- SOIHET, Raquel “História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate” in AGUIAR, Neuma **Gênero e Ciências Humanas** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998, pp.95-114.
- SOIHET, Raquel e Matos, Maria Izilda S. de (orgs.) **O corpo feminino em debate** São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- SMITH, Sidonie e WATSON, Julia (ed.) **Women, autobiography, theory – a reader** Madison: The University of Wisconsin Press, 1998.
- SWAIN, Tânia Navarro “Velha? Eu? Auto-retrato de uma feminista” in RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.) **Figuras de Foucault** Belo Horizonte: Autêntica, 2006, pp.263-270.

- _____ “A desconstrução das evidências: perspectivas feministas e foucaultianas” in SCAVONE, L., ALVAREZ, M e MISKOLCI, R. (orgs) **O legado de Foucault** São Paulo: Unesp, 2006, pp.1119-137.
- VIANNA, L. H e GUIDIN, M. L. (orgs.) **Contos de Escritoras Brasileiras** São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- WOOLF, Virginia **Um teto todo seu** Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.

***Observação:** Todas as traduções para o português presentes neste trabalho, tanto das fontes quanto de citações bibliográficas, foram feitas pela autora.



Anexo
Caderno de Imagens



1 – Maria Clara Biajoli, Antonia Fontanillas e Margareth Rago em Dreux. Margareth segura o livro que Antonia lançou, em 2005, sobre sua colega militante do *Mujeres Libres*, Lola Iturbe, já falecida. 12/2006



2 – Antonia Fontanillas e Maria Clara Biajoli no hospital em Dreux. 12/2006



3 - Pepita Carpeña no CIRA (Centre Internacional de Recherches sur l'Anarchisme) de Marselha. (sem data, 1999?)



4 - Concha Pérez em um passeio por Barcelona, 2004.



5 - Lola Benavent em uma conferência em Valência. 2006



6 - Maruja Lara em sua casa em Valência. 2004.



7 - Da esquerda para a direita: Pepita Carpeña, Concha Liaño, Sara Berenguer e Concha Guillén, reunidas para a correção do livro **Mujeres Libres: Luchadoras Libertarias**. França, 1996.



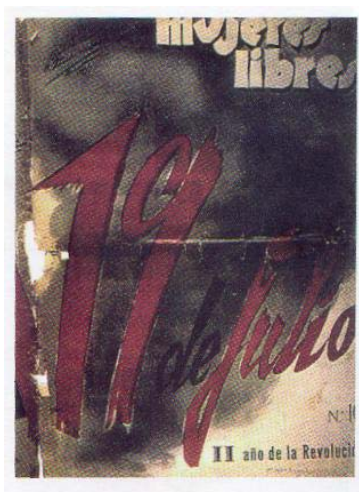
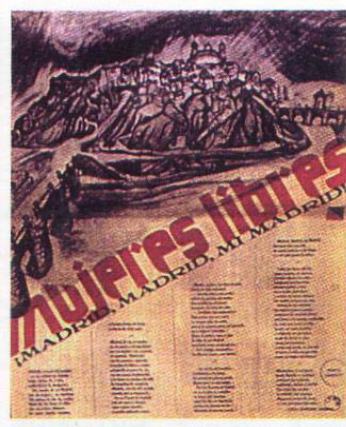
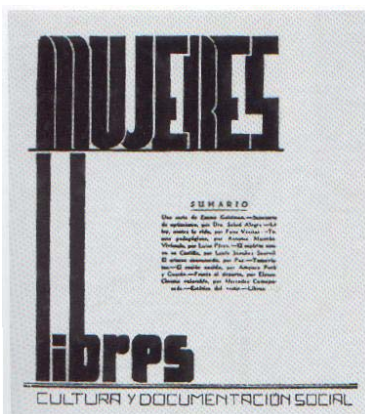
8 - Sara Berenguer, Barcelona, 1937.



9 - Campo de refugiados de Argèles-sur-Mer. França, 1939.



10 - Refugiados nos Pirineus a caminho da fronteira com a França. 1939.



11 - Exemplares da Revista "Mujeres Libres": em cima, da esquerda para a direita, nº1, nº6, nº7. Em baixo, nº9, nº10.



12 - Militantes anarquistas nas ruas de Barcelona. Julho/1936.



13 - Milicianas da CNT. Barcelona, agosto de 1936.

Referências das imagens:

Imagens 1 e 2 – por Maria Clara Pivato Biajoli, 2006.

Imagem 3 – Retirada do site www.anarcoefemerides.baleaerweb.net

Imagem 4 – Retirada do site www.terra.org/diario/art00951.html

Imagem 5 – Retirada do vídeo da conferência proferida por Lola Benavent “Escola i Exili”, Valência, 2006, disponível no site www.youtube.com

Imagem 6 – por Margareth Rago, 2004.

Imagens 7 a 13 – Retiradas do livro *Mujeres Libres: Luchadoras Libertárias*